

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL

**CIDADANIA ATIVA E DIREITO À CIDADE: UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE A
OCUPAÇÃO POVO SEM MEDO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO (SP)**

CECÍLIA BOJARSKI PIRES

NITERÓI

2019

CIDADANIA ATIVA E DIREITO À CIDADE: UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE A
OCUPAÇÃO DO POVO SEM MEDO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO (SP).

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense, na linha de pesquisa Teoria e História do Direito Constitucional e Direito Constitucional Internacional e Comparado, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito.

NITERÓI

2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Curvello Saavedra Avzaradel (orientador)
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof. Dr. Enzo Bello (co-orientador)
Universidade Federal Fluminense - UFF

Felipe Mello da Silva Brito
Universidade Federal Fluminense – UFF

Ricardo Nery Falbo
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos sem-teto, especialmente àqueles que fizeram parte da Ocupação Povo Sem Medo de São Bernardo do Campo, e aos que lutam pelo acesso à moradia digna no Brasil.

AGRADECIMENTOS

O processo que nos guia até a realização de um mestrado é longo e começa a ser construído desde cedo. Muitas foram as pessoas e os acontecimentos que me trouxeram até aqui e me permitiram, hoje, estar finalizando mais uma etapa da minha vida acadêmica.

Agradeço aos meus pais: Nora e Carlos. Certamente, se não fossem vocês eu não teria tido condições para cumprir nenhuma das etapas que me permitiram realizar este mestrado. Obrigada pelo amor, compreensão, dedicação, cuidado, paciência, conversas, questionamentos, parceria e, principalmente, por terem abdicado de tantos planos seus em nome dos meus. Para além disso, agradeço por sempre terem fomentado em mim o pensamento crítico e por não terem permitido que eu, por ter uma condição privilegiada, fosse indiferente ao sofrimento de outrem. De todas as lições que aprendi com vocês, acredito que a mais pertinente neste momento é aquela que vocês ensinaram através das suas atitudes: quem tem mais condições tem, também, mais responsabilidades, e o dever de agir. A omissão não é uma opção.

Agradeço aos meus familiares queridos, especialmente aos meus avós (Leonor e Thimoteo; Marleine e Alberto) e também ao dindo Décio e a dinda Clio, que estiveram ao meu lado sempre.

Agradeço aos tantos e queridos Professores que passaram pela minha vida desde o período escolar até hoje, aos Professores do PPGDC e especialmente: Emir Portella e Clínio Amaral, excelentes Professores de História do Colégio São Vicente de Paulo, que me deram a base para as escolhas acadêmicas que viriam pela frente; ao Professor Eduardo Val, que me acompanha desde a graduação e com quem sempre pude contar; ao Professor Gladstone Leonel, que colaborou muito com a realização desta dissertação por meio das aulas que ministrou no mestrado. Agradeço ao Professor e orientador Pedro Curvello que, mesmo fora do país, esteve disposto a colaborar com o que fosse necessário, não se furtando a me ajudar em nenhum instante. Agradeço ao Professor, co-orientador e amigo Enzo Bello. Obrigada pela parceria, por ter me ajudado a descobrir quem eu sou e por ter me mostrado que eu sou capaz de mais do que pensava que fosse; por ter me respeitado e ter me permitido – sempre – ser eu mesma, e por ter colaborado para que eu me tornasse uma pessoa mais segura. Obrigada por todas as palavras e gestos de apoio e carinho, e por ter estado comigo no Campo e em todas as etapas da realização

deste trabalho. Se seus orientandos moram no seu coração, tenha certeza que você também mora nos nossos.

Agradeço aos Professores membros da banca, Ricardo Falbo e Felipe Brito pela presença, pelas orientações que foram dadas quando da qualificação do trabalho, e por todo o apoio.

Não posso deixar de agradecer, ainda, à Universidade Federal Fluminense (UFF), instituição da qual tanto me orgulho e na qual me graduei em Direito e agora concluo o mestrado. Agradeço também aos queridos e competentes secretários do PPGDC, Eric e Mirian, pela gentileza, carinho e bom humor com que sempre me trataram, e à CAPES pelo financiamento desta pesquisa através da concessão de bolsa de estudo.

Agradeço aos meus colegas de turma, especialmente aos meus amigos e conselheiros que sempre estiveram ao meu lado, me deram forças e permitiram que os momentos difíceis fossem suportáveis: Anne, Greyce, Lucas e Karina, vocês são os amigos e companheiros de luta mais maravilhosos que alguém poderia ter. Não teria conseguido se não estivéssemos juntos! Cada um de vocês é especial e único na minha vida! Agradeço às minhas amigas de longa data, Fabíola e Lorena, por sempre terem estado ao meu lado acreditando na minha capacidade, torcendo por mim e me dando forças para seguir em frente. Agradeço à Carol pela amizade, por ter dado os primeiros empurrõezinhos acadêmicos e por ter estado comigo até o final e em todos os momentos. Agradeço à Mari, minha primeira amiga da vida, por todo o carinho e calma de sempre, pelas conversas e conselhos tão certos e por me receber tantas vezes em sua casa em São Paulo para que eu pudesse realizar minha pesquisa. Agradeço à Déborah pela amizade, por ser tão fofinha e por ter me ajudado com a revisão do trabalho. Agradeço ao Osvaldo, amigo querido que entrou na minha vida com uma camiseta do Sepultura, mas com sotaque do Luan Santana, para quebrar paradigmas e que, além disso, me ajudou com a preparação de um dos eventos que realizamos. Agradeço ao Victor, que com sua enorme paciência e bom humor transformou meus dramas em risos. Agradeço ao João que, apesar de ter me dado diversos sustos, me ajudou com as transcrições finais. Agradeço ao Ömer (Turquinho) que sempre me incentivou com suas palavras e gestos de carinho e admiração. Fico muito feliz que tenhamos conseguido transformar nossos planos que não deram certo e tudo de bom que vivemos juntos em uma grande e verdadeira amizade. Agradeço ao Siddharta, que me incentivou a entrar no mestrado e contribuiu, com seu conhecimento e boa-vontade, para que eu conseguisse ingressar no PPGDC.

Agradeço à militância do MTST, especialmente aos “companheiros” Andréia, Batoré, Cláudio e Josué, que me receberam com todo o carinho e atenção e nunca me deixaram sem resposta, mesmo nos momentos mais atribulados. Agradeço também ao Guilherme Boulos por sempre ter sido solícito, mesmo quando as circunstâncias eram desfavoráveis.

Agradeço aos moradores da Vila da Associação, que tanto me ajudaram com seus depoimentos e que me receberam de forma tão simpática e delicada em suas casas.

Por fim, agradeço a todas as guerreiras e guerreiros sem-teto do Brasil, especialmente aos da Ocupação Povo Sem Medo de São Bernardo do Campo. Se eu saio deste mestrado uma pessoa melhor é, também, por ter tido a chance de conviver e aprender com vocês. Espero que, em alguma medida, este trabalho possa contribuir para que a luta de vocês se torne mais visível, seja mais entendida e respeitada, e para que a questão da moradia no Brasil seja tratada como prioridade, como deve ser.

Porque se chamavam homens

Também se chamavam sonhos

E sonhos não envelhecem

(CLUBE DA ESQUINA, 1972)

RESUMO

O presente trabalho pretende analisar, a partir do estudo concreto da Ocupação Povo Sem Medo - liderada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), ocorrida na cidade de São Bernardo do Campo (SP), nos anos de 2017 e 2018 -, de que maneira a dinâmica de um movimento de ocupação urbana que luta pelo acesso à moradia e pelo direito à cidade pode ser considerado um paradigma de exercício de uma cidadania de caráter alternativo: a cidadania ativa. Nesse sentido, apresentarei não apenas um panorama da Ocupação, como também os elementos componentes e legitimadores do déficit habitacional brasileiro e o perfil dos agentes de todo o processo, notadamente os sem-teto e o próprio MTST. Trata-se de pesquisa de caráter eminentemente empírico que se realiza desde uma abordagem qualitativa, no intuito de compreender o fenômeno estudado a partir de dados narrativos produzidos pelos próprios atores que compõem o objeto, como também da observação não participante. Assim, os dados empíricos produzidos pela própria autora, bem como aqueles apresentados por terceiros, serão cotejados com o aporte teórico utilizado. Isso porque, como a dissertação se desenvolve sob o viés da Teoria Crítica, é fundamental que a construção do trabalho seja composta precipuamente com base na realidade enfrentada pelos que constroem o objeto, e não se atenha exclusivamente à análise distante, dogmática e teórica da questão, sem qualquer preocupação com a aplicação prática.

PALAVRAS – CHAVE: Cidadania Ativa. Direito à Moradia. Direito à Cidade.

ABSTRACT

This dissertation focuses on an empirical investigation of the land occupation Povo Sem Medo lead by the Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) in the city of São Bernardo do Campo (SP) which took place in the years of 2017 and 2018. The main purpose of the study is to understand how the dynamics of an urban land occupation that fights for the housing access and for the right to the city can be considered a paradigm for the exercise of alternative citizenship: the active citizenship. In this context, an overview of the occupation dynamics, the legitimisers components of the Brazilian housing deficit and the profile of the modifying agents of the process, the homeless and the MTST, will be presented. It is eminently empirical research with a qualitative approach in order to understand the main phenomenon from the empirical data. Thus, the empirical data will be collated with the theoretical categories. This is because if the dissertation is developed under the bias of the Critical Theory, it is necessary that the construction of the research must be composed based on the reality of the object.

KEYWORDS: Active citizenship. Housing access. Right to the city.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNH – Banco Nacional de Habitação

CBIC – Câmara Brasileira de Indústria da Construção

CDHU – Companhia de Desenvolvimento de Habitação do Estado de São Paulo

CENFORPE – Centro de Formação de Profissionais de Educação de São Bernardo do Campo

CF – Constituição Federal

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

DPESP – Defensoria Pública do Estado de São Paulo

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FJP – Fundação João Pinheiro

G – Grupo de Pessoas

GAORPE – Grupo de Apoio às Ordens Judiciais de Reintegração de Posse

GCM – Guarda Civil Municipal

IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

MCI – Movimento Contra a Invasão em São Bernardo do Campo

MCMV – Minha Casa Minha Vida

MESC – Movimento de Expansão Social Católica

MPSP – Ministério Público do Estado de São Paulo

MTST- Movimento dos Trabalhadores Sem – Teto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPGDC – Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSM – Povo Sem Medo

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

RJ – Rio de Janeiro

SBC – São Bernardo do Campo

SFH – Sistema de Financiamento de Habitação

SP – São Paulo

TJ – Tribunal de Justiça

UFF – Universidade Federal Fluminense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Opções Metodológicas e Coleta de Dados	15
1.1.1 Coleta de Dados.....	16
1.1.2 Entrevistas.....	18
1.1.3 Pesquisa Documental.....	22
1.1.4 Relatos Etnográficos.....	23
2 BEM-VINDO AO TERRITÓRIO DA RESISTÊNCIA: OCUPAÇÃO POVO SEM MEDO.....	25
2.1 “É proibido proibir” – O primeiro contato.....	25
2.2 “Ocupei um terreno ocioso e sem missão” – O Terreno.....	29
2.3 “Aí foi aquele formigueiro” – Nasce o Território da Resistência.....	33
2.4 “Ocupação não é oba-oba”–A Organização	34
2.5 “MTST, a luta é pra valer!” - Liderança e Militância.....	39
2.6 “Na divisão de classes, sem-teto é vagabundo” – Os acampados.....	42
2.7 “Vocês têm medo de se olhar no espelho?” – A vizinhança.....	45
2.8 “Se esse país fosse justo, a gente não precisava nem estar ocupando” - O fim da Ocupação não é o fim da luta.....	47
3 A LEGITIMAÇÃO E OS COMPONENTES DO ALTO DÉFICIT HABITACIONAL URBANO.....	51
3.1 O perfil do déficit habitacional	51
3.1.1. Quem são os sem-teto no Brasil?.....	52
3.1.2 Quem são os sem-teto da Ocupação Povo Sem Medo?.....	54
3.2 O que é o direito de acesso à moradia?.....	58
3.3 Quem produz o déficit habitacional?	62
4 CIDADANIA ATIVA PELA PORTA DA MORADIA	74
4.1 Cidadania e direito à cidade	74
4.2 O poder é popular, fé na luta, venceremos.	80
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101
ANEXOS	106

1 INTRODUÇÃO

Dados de 2015 estimam que o déficit habitacional¹ brasileiro corresponde a 6,355 milhões de domicílios, dos quais 5,572 milhões (87,7%) estão localizados em áreas urbanas. Em relação às regiões do país, o déficit habitacional da região Sudeste é de 39%. São Paulo é o único estado cuja necessidade habitacional é de mais de um milhão de moradias (1,337 milhões). 48% desse total está na região metropolitana. Nesse contexto, o município de São Bernardo do Campo (ABC paulista) possui um déficit habitacional² de 53.560 domicílios. As informações, publicadas em 2018, são de um estudo produzido pela Fundação João Pinheiro (FJP), desenvolvido em parceria com o Ministério das Cidades, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por meio do Programa/Habitar/Brasil/BID.

Nessa conjuntura, de indisponibilidade de moradia para uma grande parcela da população urbana, e de insuficiência das políticas públicas que deveriam suprir tal necessidade, milhares de famílias se vêem obrigadas a adotar meios alternativos para exigir o cumprimento do direito constitucionalmente previsto de acesso à moradia³, que é constantemente flexibilizado frente ao direito de propriedade⁴. Dentre eles, as ocupações urbanas surgem como “um novo fenômeno que caracteriza a prática da cidadania nas cidades” (BELLO; 2013; p.22).

¹ O estudo apresenta as informações mais recentes sobre as necessidades habitacionais do país. Produzido com dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015, elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), evidencia os resultados representativos para o país, as Unidades da Federação e regiões metropolitanas selecionadas. A Metodologia de trabalho é extensa, e não cabe no presente momento tratá-la de forma aprofundada. Ressaltamos, apenas, que o trabalho é feito a partir de dois componentes: déficit habitacional e inadequação de moradias. Déficit habitacional trata da noção mais imediata e intuitiva da necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento. É esse número que apresentamos.

² Dados retirados do Diagnóstico Habitacional Regional do Grande ABC, produzido pela Universidade Federal do ABC e divulgado em 2016. A Metodologia do trabalho é extensa, e não cabe no presente momento tratá-la de forma aprofundada. Ressaltamos, apenas, que o trabalho é feito a partir da conexão entre diversos componentes. Déficit habitacional trata da noção de déficit quantitativo e qualitativo de moradias. É esse número que apresentamos.

³ A Constituição Federal garante o direito de acesso à moradia em seu art. 6º, que deve ser promovido através de políticas habitacionais pela União, Estados e Municípios, (art. 23, *caput*, X e XI).

⁴ O art. 5º, XII da Constituição Federal garante o direito à propriedade privada, mas o condiciona ao cumprimento de sua função social.

Recentemente, em setembro de 2017, na cidade de São Bernardo do Campo (ABC paulista), nasceu a Ocupação Povo Sem Medo, liderada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). A Ocupação existiu - em um terreno de 70 mil metros quadrados - até abril de 2018. A área, de propriedade da construtora MZM, fica localizada em bairro nobre da cidade, e está há 40 anos sem cumprir função social, além de ostentar uma dívida de IPTU estimada em meio milhão de reais. A PSM de SBC foi a segunda maior Ocupação urbana da América Latina, e experimentou um destaque maior por ter reunido um total de oito mil famílias de sem-teto - componentes do déficit habitacional brasileiro - em um momento de forte instabilidade política, econômica e institucional. Nas palavras do coordenador nacional do MTST, Guilherme Boulos, “trata-se de um símbolo da crise social que o Brasil atravessa em virtude de políticas públicas inconsequentes”⁵.

Nesse cenário, ter como objeto de estudo tão expressiva ocupação urbana, localizada na região metropolitana da cidade de São Paulo (ABC paulista), um dos mais importantes polos industriais do Brasil e da América Latina, retrato de um problema social pulsante - mas ainda pouco estudado pelo campo do Direito - foi uma escolha inevitável e influenciada, sem dúvida, pelos anseios e pela trajetória de vida da pesquisadora.

Nunca passei nenhuma necessidade. Sou branca, filha única em uma família de classe média, sempre estudei em escolas particulares, e só tive contato com o ensino público quando fui cursar Direito na Universidade Federal Fluminense (UFF), a mesma na qual desenvolvo o mestrado em Direito Constitucional. Não sei como é ser sem – teto e nem ousarei me colocar no lugar deles. No entanto, nunca tive meus olhos fechados para o próximo e procuro não me acomodar na posição privilegiada que ocupo.

Quando ingressei no PPGDC sabia que queria falar sobre o acesso à terra e seus conflitos. Lembro até hoje quando, na aula de Metodologia, no primeiro ano de Mestrado, o professor Enzo Bello disse: eu já entendi qual é a tua, o teu negócio é “*war for territory*”⁶. Meu tema inicial tratava do acesso dos povos indígenas aos territórios originários. No entanto, ao participar do I Seminário de Direito à Cidade tive contato com outro viés da luta pela terra: a urbana. A partir de então, influenciada pelo mundo que havia se aberto como consequência das leituras e discussões desenvolvidas em sala de aula, saí em busca de um novo objeto de pesquisa. Foi quando tomei conhecimento da Ocupação PSM de SBC. Li e reli sobre o assunto.

⁵ Declaração de Guilherme Boulos quando indagado por mim sobre a importância da Ocupação Povo Sem Medo.

⁶ “Guerra por território”, em tradução livre. Alusão à música “*Territory*”, do grupo Sepultura.

Antes mesmo de conversar com os professores Pedro e Enzo, e de ouvir se a mudança seria possível, minha decisão já estava tomada.

Pouco tempo depois eu estava em SBC para realizar a pesquisa empírica e fazer uma das coisas que eu mais gosto desde criança: ouvir o que as pessoas têm a dizer. Em adição, poder ver o funcionamento de um movimento social como o MTST, de certa forma, faz parte do anseio em responder um questionamento que me fiz ainda menina, quando ia de carro para Canoinhas – cidade natal da minha mãe, no interior de Santa Catarina – e via as barracas dos sem-terra e as bandeiras do MST. Por que essa gente toda está aí nessas barracas? Hoje, partindo da perspectiva de outro movimento de luta por terra e território, pretendo responder uma pergunta um pouco mais abrangente e, se possível, ir além. “Por que tanta gente sem-terra, e tanta terra sem gente?”⁷. E, principalmente, se é possível, a partir do estudo de caso da Ocupação PSM de SBC, que tantas pessoas se organizem e, juntas, consigam transformar essa realidade através do exercício da cidadania ativa.

A presente dissertação é um trabalho de caráter eminentemente empírico. Isso porque, sua fundamentação se constrói, principalmente, com base nos dados coletados pela própria pesquisadora, bem como em informações coletadas e produzidas por terceiros, também a partir de uma abordagem empírica. Categorias e conceitos teóricos, ainda que presentes e de fundamental importância para a construção da dissertação, estão entremeados com os dados empíricos, através de uma costura que entrecruza dois fios: teoria e prática.

Considerando que o objeto da presente dissertação é a Ocupação PSM de SBC, liderada pelo MTST, meu objetivo é verificar, a partir da análise dos dados empíricos, bem como do aporte teórico a ser utilizado e considerando a atuação do principal movimento social de luta por moradia e pelo direito à cidade do Brasil – o MTST -, se a reivindicação no e pelo espaço urbano se traduz no exercício de um modelo ativo de cidadania capaz de transformar a realidade ao passo que transmuta a consciência e a postura de seus agentes: pessoas que compõem o déficit habitacional brasileiro e sonham com um teto, que orbitam os grandes centros urbanos e que vivem à margem da sociedade em geral, como não-cidadãos ou cidadãos de segunda categoria (HOLSTON, 2013).

Delimito o tema partindo da premissa de que a resposta pode ser dada desde uma análise detida e crítica do meu objeto de pesquisa: a dinâmica da Ocupação PSM de SBC, bem como

⁷ Verso do rap produzido pelo sem-teto Edson Sem-Teto.

da liderança exercida pelo MTST dentro da Ocupação, movimento social de massas - nos termos trazidos por Gohn⁸ (2014) - que organiza trabalhadores urbanos a partir do local em que vivem: os bairros periféricos.

Em um primeiro contato com o objeto, realizei pesquisa exploratória no local da Ocupação. Anteriormente à visita, já havia traçado um perfil prévio do que iria encontrar *in loco*. Em momento posterior, já familiarizada com o ambiente, e ciente das condições que encontraria, dei andamento à pesquisa propriamente dita, colocando em prática, ainda que com algumas modificações, os passos previamente planejados. Buscando evitar a perda do objeto⁹, realizei a pesquisa empírica antes mesmo de ter consolidado o embasamento teórico. No entanto, mesmo após a finalização da Ocupação, ou seja, após a desocupação do terreno, mantive contato com a militância e lideranças do MTST. Com isso, estive com membros da coordenação nacional do Movimento em mais uma oportunidade, na sede do MTST em Taboão da Serra (SP). A comunicação mais difícil de ser mantida foi aquela com a brigada de advogados. Dessa forma, não foi possível realizar a oitiva dos advogados, tampouco ter o contato desejado com as questões jurídicas presentes durante todo o processo de Ocupação.

Em relação à coleta de dados empíricos (entrevistas em áudio, produção e utilização de vídeos por mim realizados), estão todos transcritos e juntados ao trabalho na forma de apêndice. Embora tenha sido autorizada pelos entrevistados, optei por não utilizar nomes, mas apenas as iniciais. A única exceção se dá no caso do Guilherme Boulos, por ser coordenador nacional do MTST e também parte do referencial teórico que aqui será utilizado. Na sequência, passo a apresentar minhas opções metodológicas.

m1.1 Opções Metodológicas e Coleta de Dados

Para análise do objeto, optei pela realização de pesquisa empírica a partir de uma abordagem qualitativa, no intuito de compreender o fenômeno estudado por meio da coleta de dados narrativos produzidos pelos próprios atores que compõem o objeto, como também da

⁸ De acordo com Gohn (2014; p.14) um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica e cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e assessorias – que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações –; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos, projetos e visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações.

⁹ Por ser o objeto da pesquisa uma ocupação urbana, ele poderia se perder a qualquer momento, fato que inviabilizaria a realização do trabalho.

minha própria observação não participante. Fontes quantitativas, e já produzidas, serão utilizadas em caráter complementar. Nesse sentido, a abordagem é subjetiva. A opção pela realização de pesquisa qualitativa se deu por parecer mais adequada ao objeto de estudo, e também em virtude da falta de domínio de técnicas adequadas para produção de pesquisa quantitativa por parte da pesquisadora.

A pesquisa se desenvolve sob o viés da Teoria Crítica, pois pretendo “conjugação reflexão epistemológica do direito e análise de conjuntura social” (FALBO; 2015; p.16), uma vez que planejo fazer presentes as três características que, de acordo com Horkheimer, distinguem a Teoria Crítica da Teoria Tradicional da pesquisa: comportamento crítico, diagnóstico do presente e orientação para emancipação (FALBO; 2015; p.16). Pelo mesmo motivo, faço a opção por desenvolver o trabalho em discurso na 1ª pessoa do singular.

Para que seja possível a realização de um diagnóstico do presente e uma tentativa de orientação para emancipação do objeto, é fundamental que a construção do trabalho seja composta precipuamente com base na realidade enfrentada pelos que participam da Ocupação PSM, e não se atenha exclusivamente à análise distante, dogmática e teórica da questão, sem qualquer preocupação com a aplicação prática, como é comum no campo do direito e nas pesquisas que se desenvolvem a partir da Teoria Tradicional. Daí a importância da adoção de um modelo empírico de pesquisa. De acordo com Marx (2003; p.247), “o melhor método será começar pelo real e pelo concreto, que são a condição prévia e efetiva”.

Além das categorias operacionais produzidas quando da realização da pesquisa empírica, que serão detalhadas na sequência, utilizarei fontes documentais (cartilhas, artigos de jornais e revistas veiculadas tanto a partir da mídia, como dos próprios atores que compõem o objeto; imagens; vídeos e postagens em redes sociais); bem como fontes bibliográficas diversas. Ato contínuo, passo a analisar, especificamente, a metodologia empregada na coleta de dados quando da realização de pesquisa empírica.

1.1.1 Coleta de Dados

Realizei visitas na Ocupação em dois períodos: de 30 de outubro de 2017 a 06 de novembro de 2017, e de 24 a 25 de fevereiro de 2018. Posteriormente, em 04 de dezembro de 2018, após a desocupação do terreno de SBC, estive na sede do MTST, o chamado Casarão,

localizado em Taboão da Serra (SP). Fora isso, mantive contato virtual com a militância do MTST.

No primeiro período, viajei de Niterói para São Paulo de ônibus, e fiquei hospedada na casa de uma amiga de longa data. Iniciava minhas visitas pela manhã, por volta das 09 horas, quando a maioria dos acampados já estava acordada. Passei todos os oito dias de pesquisa indo embora da Ocupação por volta das 20 horas, após o término das Assembléias. Em alguns dias cheguei a almoçar com os acampados¹⁰, em outros fiquei sem almoçar, e jantava apenas quando retornava para a casa da minha amiga.

O contato com os ocupantes, com a militância¹¹ do MTST e com as lideranças¹² da Ocupação e a convivência no ambiente da Ocupação era muito agradável, mas igualmente cansativo. Os dias estavam quentes e, em sua maioria, ensolarados. Em algumas ocasiões, em virtude das longas caminhadas pelo terreno da Ocupação, e da realização de diversas entrevistas em sequência, foi necessário pausar a gravação para retomar a concentração e poder voltar ao trabalho. Os acampados eram muito gentis, sempre me ofereciam água, café ou suco, e pareciam satisfeitos em poder colaborar com a minha pesquisa. Entre um relato e outro, era comum comentarem sobre o Rio de Janeiro e as praias cariocas, bem como sobre a Ponte Rio – Niterói, e até mesmo a respeito da prisão do ex-governador Sérgio Cabral. Já nos últimos dias de visita, passei a ser reconhecida por grande parte dos ocupantes e chamada de companheira. No meu último dia na Ocupação muitos se despediram de mim com abraços e desejos de boa sorte.

No segundo período de visitas, também viajei de Niterói para São Paulo de ônibus, e fiquei hospedada em um hotel. Estive na Ocupação por dois dias, acompanhada pelo Professor Enzo Bello, que percorreu todo o terreno comigo e com os militantes do MTST. Tal experiência nos permitiu escrever o último e décimo quarto capítulo do Curso de Direito à Cidade¹³. O intuito do segundo período de visitas foi verificar quais mudanças ocorreram no ambiente da Ocupação, sem o compromisso e a necessidade de realizar tantas entrevistas. No entanto, mesmo assim, foi possível conversar com outros e novos acampados, mas, por problemas no gravador, não foi possível realizar o registro em áudio.

¹⁰ Os próprios sem-teto ora se denominam “acampados”, ora se denominam “ocupantes”. Dessa forma, ao longo do trabalho utilizo os dois termos que se referem, ambos, aos sem-teto.

¹¹ Utilizo o termo “militância” para me referir àqueles que fazem parte do MTST, estão na Ocupação, mas que não reivindicam sua própria moradia ali.

¹² Utilizo o termo “liderança” para me referir àqueles militantes do MTST que atuam como liderança na Ocupação ou mesmo dentro do próprio Movimento de forma geral.

¹³ BELLO, Enzo; KELLER, Rene José. Curso de Direito à Cidade: Teoria e Prática. 1ª ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

Em razão de se tratar de um objeto dinâmico e pela impossibilidade de estar presente no cotidiano da Ocupação, explorei também entrevistas (escritas e em vídeo), além de conteúdo veiculado em páginas da internet e em redes sociais produzidos pelos mais diversos veículos de mídia, como também pelos diversos atores envolvidos.

De pronto, para viabilizar o entendimento daquilo que será exposto daqui por diante, farei referência à existência dos seguintes atores presentes na dinâmica da Ocupação: acampados/sem-teto ou ocupantes (pessoas que participam da Ocupação a partir da construção de um barraco e buscam conquistar a moradia); coordenadores (pessoas que participam da Ocupação a partir da construção de um barraco, buscam conquistar a moradia e também coordenam os grupos nos quais a Ocupação se divide. No entanto, não fazem parte da militância); militantes (representantes do MTST que atuam na Ocupação pessoalmente, mas não buscam, a partir dela, conquistar moradia); liderança (militantes do MTST que foram identificados como líderes da Ocupação); vizinhos (Vila da Associação e Avenida Dom Jaime de Barros Câmara); Construtora MZM (proprietária do terreno ocupado); Governo do Estado de São Paulo, Município de SBC; Guarda Civil Municipal (GCM) e Poder Judiciário do Estado de São Paulo.

Quando da realização do levantamento de dados empreguei os seguintes instrumentos: i) entrevistas semiestruturadas com acampados, militantes do MTST, lideranças da Ocupação e vizinhos da Vila da Associação; ii) pesquisa documental (jornais da Ocupação; materiais impressos produzidos pelo MTST; cartilhas e materiais fornecidos pela vizinhança, material fotográfico e filmagem; página em rede social mantida pela vizinhança; iii) relatos etnográficos, com a elaboração de uma espécie de diário, produzido a partir da observação não participante na dinâmica da Ocupação, do comportamento dos acampados, da militância do MTST, da liderança da Ocupação e da vizinhança.

1.1.2 Entrevistas

Após ter conhecimento que a Ocupação é dividida em dezenove “Grupos de Pessoas”, chamados de “G”, e sabendo que cada “G” contém uma média de sete coordenadores, e um

número impreciso de integrantes¹⁴, estabeleci como critério entrevistar pelo menos dois integrantes de cada um dos dezenove “Gs”, sendo um coordenador e um ocupante.

No entanto, por conta da extensão da Ocupação, nem sempre foi possível localizar os integrantes de cada “G” dentro do terreno. Ademais, a própria instrução da liderança e da militância do MTST foi de que só me seria facultado entrevistar os acampados por eles indicados, em sua maioria coordenadores, sob a alegação de serem os mais preparados para dar informações sobre os acontecimentos da Ocupação e sobre o próprio MTST. Eventualmente, a depender do ocupante, os militantes que me acompanhavam permitiam a oitiva de acampados não coordenadores, mas tal situação foi muito rara. Portanto, tornou-se inviável ouvir integrantes de todos os “Gs”. Assim, procurei conversar com todos os coordenadores que me eram apresentados, no maior número possível, independentemente do “G” ao qual pertenciam, até o último dia de visita.

Registre-se que nem todos os acampados demonstravam a mesma disponibilidade em fornecer relatos. Em uma das ocasiões um dos coordenadores não pode conversar comigo porque sua esposa não permitia. Sendo assim, a entrevista não foi realizada. No dia seguinte fiquei sabendo que o referido coordenador havia recebido uma espécie de advertência por parte da liderança. Tal advertência consistia em ficar suspenso do cargo de coordenador por determinado período de tempo. De acordo com a liderança da Ocupação, embora ninguém seja obrigado a nada, é importante que os ocupantes, principalmente os coordenadores, cumpram com suas tarefas. Uma delas é fornecer informações sobre a Ocupação para os acampados e para as pessoas que quiserem tirar dúvidas ou realizar entrevistas. A justificativa é que o Movimento não cobra nada para que o sem-teto esteja na Ocupação, mas é dever participar da luta. Outra situação similar ocorreu com outro coordenador. A liderança foi informada que ele vinha se apresentando para as pessoas que chegavam até a Ocupação como responsável pelo setor de comunicação, quando não o era. Inclusive, foi assim que ele se apresentou para mim. Houve a aplicação da mesma advertência: suspensão do cargo de coordenador por um determinado período de tempo.

Foi possível realizar entrevista com e sem registros em áudio, consegui conversar com alguns poucos ocupantes não coordenadores, além de ter tido conversas mais informais, até mesmo com a militância e com a liderança. As entrevistas foram sempre acompanhadas por um

¹⁴ De acordo com a líder da Ocupação A.B., é usual que cada “G” seja formado por uma média de 500 famílias. No entanto, na Ocupação PSM, o limite foi ultrapassado e alguns “Gs” chegaram a ter 3.500 famílias.

militante do MTST. Conforme a militância passava a me conhecer e a ter contato com as perguntas que eram por mim realizadas, iam ganhando confiança e me deixando com mais liberdade, mas nunca desacompanhada. Em nenhum momento foi permitido que eu andasse sozinha pelo terreno da Ocupação. Sendo assim, todas as entrevistas gravadas foram realizadas sob alguma supervisão e mediante autorização prévia.

Para as entrevistas com os ocupantes elaborei um questionário com algumas perguntas que deveriam, obrigatoriamente, ser feitas por mim. No entanto, permiti que os entrevistados tivessem liberdade para expor suas experiências. Conforme iam sendo ouvidos, assim como minha percepção a respeito da Ocupação ia sendo construída com o passar dos dias, novos questionamentos foram surgindo e sendo acrescentadas ao questionário inicial (APÊNDICE 1). Nem sempre foi possível realizar, com todos os entrevistados, as mesmas perguntas presentes no questionário inicial. Isso porque, muitas vezes a resposta já era fornecida antes mesmo que eu perguntasse, ou não tinha cabimento diante da realidade do entrevistado. Outras vezes, era difícil encontrar um lugar de apoio para consultar o questionário. A exaustão também acabou influenciando e fez com que eu esquecesse de realizar algumas das perguntas.

Além dos ocupantes, conversei, registrando em áudio, com a liderança e a militância do MTST. Da mesma forma que ocorreu com os acampados, eu havia elaborado um questionário prévio, que também foi sendo modificado conforme minhas percepções sobre a Ocupação, e de acordo com o que era dito pelo entrevistado (APÊNDICE 2). Em relação à militância, conversas ricas foram construídas, sem registro em áudio, nos momentos em que nos deslocávamos entre os barracos da Ocupação. Nos vários dias de pesquisa fui acompanhada por diferentes militantes. Foi assim que descobri que tão logo havia eu informado minha data de chegada na Ocupação, bem como a quantidade de dias que lá ficaria, os militantes teriam sido informados que haveria uma espécie de rodízio para me acompanhar durante a realização da pesquisa¹⁵.

A vizinhança da Ocupação também foi entrevistada. Meu objetivo inicial era entrevistar tanto os moradores da Rua João Augusto de Souza (Vila da Associação), rua que dá acesso à

¹⁵ Foi ouvida a seguinte instrução da liderança para a militância: “essa menina não pode ficar sozinha de jeito nenhum”. Percebe-se que havia, de fato, preocupação com a segurança desta autora. Afinal, o espaço de deslocamento entre os barracos é estreito e de difícil locomoção e a Ocupação é muito extensa. Além disso, não é possível conhecer inteiramente quem são todos os acampados. Ao mesmo tempo, e pelo mesmo motivo, entendeu-se que o Movimento não permitiria que uma pessoa desconhecida tivesse total liberdade para dar depoimento sobre a Ocupação.

Ocupação, como os moradores da Avenida que fica nos fundos do terreno, Dom Jaime de Barros Câmara, que abriga condomínios de classe média e classe média alta.

No entanto, enquanto os moradores da Vila da Associação foram extremamente receptivos, os vizinhos da Avenida Dom Jaime de Barros Câmara foram resistentes ao diálogo. Além disso, o fato de a vizinhança ser formada por condomínios fechados dificultou meu acesso aos moradores. Nesse sentido, não foi possível conversar com nenhum morador da localidade.

Foi viável entrevistar, com gravação em áudio, alguns moradores das 50 casas da Vila da Associação. Comecei a tocar as campainhas das casas do final para o começo da rua. Como era dia de semana, muitos moradores não estavam em casa. Outros olhavam pela cortina, mas não abriam a porta para que eu pudesse me apresentar. A partir de então, passei a seguir as dicas dos moradores que iam me atendendo, e fui tocando nas casas em que me diziam haver vizinhos mais dispostos a colaborar. Havia um questionário previamente elaborado. No entanto, como as entrevistas revelaram novas informações, diferentes perguntas foram ocorrendo (APÊNDICE 3). Apresentei-me como estudante de Mestrado em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (UFF), da cidade de Niterói, do Estado do Rio de Janeiro, e informei que gostaria de fazer algumas perguntas sobre a Ocupação.

De modo geral, os entrevistados, principalmente os acampados, sentem-se mais confortáveis para falar quando o gravador está desligado. Muitos, mesmo diante da minha explicação, entendiam se tratar de matéria jornalística que seria veiculada na mídia, e por isso ficavam mais nervosos. Mesmo assim, optei por realizar a gravação, uma vez que julguei ser importante ter o áudio fiel do que era dito para efetuar posterior transcrição. Ressalto que, no segundo período de visitas à Ocupação, não foi possível fazer gravação de áudio, pois o tempo disponível era mais curto e a Ocupação encontrava-se visivelmente esvaziada, com uma movimentação menor de acampados. Desse modo, optei por realizar conversas informais.

Foi utilizado o modelo semiestruturado de entrevista, com três moldes previamente concebidos: um dirigido a cada público a ser ouvido, conforme já explicitado. No entanto, os entrevistados ficaram o mais à vontade possível para contarem suas histórias, principalmente no caso dos sem-teto. Ainda assim, uma referência prévia era necessária, tanto para guiar os entrevistados mais tímidos ou menos dispostos a falar, como para garantir que assuntos fundamentais para a pesquisa fossem tratados. A utilização do modelo semiestruturado de entrevistas pareceu ser a escolha mais acertada, pois a liberdade dada aos entrevistados - ainda que tendo o roteiro como norte - permitiu que outras temáticas conexas surgissem e que novos

pontos de interesse fossem descobertos, influenciando diretamente na minha postura sem que tópicos importantes para a pesquisa deixassem de ser abordados.

1.1.3 Pesquisa Documental

Realizei análise documental da cartilha *Mutirão da Vila Comunitária – A força da Mulher na Construção das 50 casas*, que conta a história da Vila da Associação e de como se desenvolveu a habitação na Rua João Augusto de Souza, à qual me foi facultado acesso por uma das moradoras e participantes do mutirão, M.L.

Tive acesso ao jornal *O Formigueiro*, produzido pelo próprio MTST, que dá conta das questões que envolvem a Ocupação PSM de SBC, bem como à *Revista da Vitória!*, também elaborada e editada pela Secretaria Nacional do MTST, que traz informações relevantes e minuciosas sobre o *Empreendimento João Cândido*, resultado do êxito da conquista habitacional alcançado por duas outras ocupações lideradas pelo MTST: João Cândido e Chico Mendes. O acesso à revista foi interessante pois, de acordo com a militância do MTST, a intenção é que a Ocupação Povo Sem Medo alcance moradias no mesmo padrão das do supracitado empreendimento. Apesar de eu haver solicitado por diversas vezes, não tive acesso nem ao regimento interno da Ocupação, nem ao número do processo relativo à ação de reintegração de posse interposta pela construtora MZM.

Realizei filmagens e fotografias do ambiente da Ocupação, do exterior e interior de alguns barracos, de alguns acampados e de todos os ambientes da Ocupação, sempre com autorização e sob supervisão da militância. Foi possível registrar como funcionam as cozinhas, como ocorre o preparo dos alimentos que ali são consumidos e como é estruturada a Ocupação em relação à distribuição do espaço. No entanto, pelas imagens terem sido produzidas de forma livre e sem a adoção de uma metodologia específica, optei por não as incluir no presente trabalho. Ainda assim, certamente, as informações que me forneceram em alguma medida vão aqui refletidas.

Foi realizada a análise de vídeos e matérias veiculadas pela mídia em jornais e revistas, notadamente no que diz respeito aos moradores da Avenida Dom Jaime de Barros Câmara. Devido a impossibilidade de realizar entrevistas com tais atores, para expor o perfil de tais moradores, utilizarei tais materiais, bem como as postagens – de textos, de vídeos, e de imagens – e comentários veiculados na página do *Facebook* por eles administrada denominada

*Movimento Contra a Invasão em São Bernardo (MCI)*¹⁶. Considerei também os depoimentos dados pelos acampados da Ocupação e pelos vizinhos da Vila da Associação.

Outro ator fundamental que só pode ser ouvido por meio de vídeos veiculados em seu perfil do *Facebook* foi o prefeito de SBC, Orlando Morando. Não tentei nenhum contato com o prefeito ou com a prefeitura, mas a mim foi informado que o mesmo só se comunica com os moradores da cidade através das redes sociais. De fato, as únicas manifestações dele a respeito da Ocupação por mim encontradas foram dessa natureza.

1.1.4 Relatos Etnográficos

A observação não participante no ambiente da Ocupação e na vizinhança me permitiu produzir relatos etnográficos que foram firmados em um caderno, que acabou se transformando em um verdadeiro diário. Ao final de cada dia de pesquisa, após deixar a Ocupação, relembrava todas as vivências daquele dia e a as anotava no caderno. Tal exercício possibilitou, não apenas o pronto registro de tudo que havia acontecido, evitando o esquecimento, como também foi fundamental para que eu chegasse já a algumas conclusões, bem como percebesse a necessidade de observar, em momento posterior, alguns pontos específicos relevantes. O processo de observação me permitiu analisar silenciosamente a real dinâmica da Ocupação, a postura dos acampados, dos militantes e da liderança. Tal conduta possibilitou confrontar aquilo que me fora dito no ambiente da Ocupação e pela vizinhança, com a realidade cotidiana por mim observada. Da mesma maneira, foi possível esboçar um mapa da distribuição do espaço, com seus barracos, cozinhas, palco para Assembléia, barracão comunitário, banheiros, entre outros.

Foi sob a condição de observadora não participante que pude comparecer a uma das reuniões que ocorrem diariamente entre a liderança e os coordenadores dos “Gs”, bem como subir no palco central de onde todos os dias ocorre a Assembléia Geral com todos os acampados.

O primeiro capítulo desta dissertação é exclusivamente empírico. Busco, a partir da análise de dados coletados e das minhas percepções, fornecer um retrato inicial da Ocupação PSM de SBC. A opção por trazer o capítulo empírico logo no início do trabalho, e não ao final, como é usual e como foi sugerido por um dos membros da banca quando da qualificação do trabalho, se deu porque, no meu entender, não seria interessante dissertar, antes, sobre aquilo

¹⁶ A página do *Facebook Movimento Contra a Invasão em São Bernardo (MCI)* foi retirada do ar após a realização das nossas observações em decorrência do fim da Ocupação PSM de SBC.

que o leitor não conhece. Portanto, antes de falar sobre a Ocupação e os seus desdobramentos para além do terreno ocupado, é preciso entender a Ocupação e os diversos atores que a construíram. Isso não quer dizer, no entanto, que os dados empíricos não irão continuar aparecendo no restante do trabalho, pelo contrário. Sendo assim, o capítulo seguinte, intitulado “Bem-Vindo ao território da resistência: Ocupação Povo Sem Medo” pretende dar conta de todos os elementos, por mim considerados centrais na caracterização do objeto e para o entendimento da dinâmica da Ocupação. O segundo capítulo, intitulado “A legitimação e os componentes do alto déficit habitacional urbano” pretende verificar os fatores que levam o Brasil a ter e a manter tão expressivo déficit habitacional, bem como quem são os sem-teto, produto da falta de moradia. Por fim, o terceiro e último capítulo, intitulado “Cidadania ativa pela porta da moradia” trata de se e por que é possível afirmar, a partir da análise da Ocupação PSM de SBC liderada pelo MTST, que a luta pelo direito à moradia é um modelo de exercício da cidadania ativa.

2 BEM-VINDO AO TERRITÓRIO DA RESISTÊNCIA: OCUPAÇÃO POVO SEM MEDO

No presente capítulo traço um perfil inicial descritivo da Ocupação PSM de SBC, desde a coleta dos dados empíricos. A intenção não é fazer uma análise profunda dos itens que serão descritos, mas sim oferecer um panorama geral sobre a Ocupação, como ela está hoje e como se deu meu primeiro contato com o objeto de estudo. Para isso, apresento os pontos que considero fundamentais para sua caracterização. Ressalto que, ao longo da dissertação os mesmos elementos serão tratados a partir de uma perspectiva distinta e conjugada com alguns elementos teóricos. A divisão do capítulo é feita em tópicos que traduzem a principal impressão que pretendo deixar em cada caso, quais sejam: 2. 1. “É proibido proibir” – o primeiro contato; 2.2. “Ocupei um terreno ocioso e sem missão” – o terreno; 2.3. “Aí foi aquele formigueiro” – nasce o território da resistência; 2.4. “Ocupação não é oba-oba – a organização”; 2.5. “MTST, a luta é pra valer – liderança e militância; 2.6. “Na divisão de classes sem-teto é vagabundo” – os acampados; 2.7. “Vocês têm medo de se olhar no espelho?” – a vizinhança e 2.8. “Se esse país fosse sério, a gente não tinha nem que ta ocupando – o fim da Ocupação não é o fim da luta”.

2.1 “É proibido proibir”¹⁷ – O primeiro contato

O meu primeiro contato com a Ocupação ocorreu no fim da tarde do dia 30 de outubro de 2017, dia que cheguei em SBC, uma chuvosa segunda-feira. Naquela noite haveria, dentro do terreno da própria Ocupação, um show gratuito do cantor Caetano Veloso. No entanto, o deferimento de uma tutela provisória de urgência pela juíza Ida Inês Del Cid, da 2ª Vara da Fazenda Pública de São Bernardo do Campo, proibiu o evento. O pedido foi realizado pelo Ministério Público (MP) do Estado de São Paulo, em uma Ação Civil Pública. A argumentação da juíza foi no sentido de que a figura de um artista como Caetano Veloso atrairia um público que o local não comportava, principalmente em termos de segurança e infraestrutura. Deferida

¹⁷ Título de canção de Caetano Veloso, de 1968.

a liminar, houve também a imposição de multa de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em caso de descumprimento. Restou determinado, ainda, o uso de força policial para que a decisão fosse efetivada.

Entre os ocupantes e a militância, o que se falava é que o prefeito da cidade de SBC, Orlando Morando¹⁸, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), era o verdadeiro responsável pela proibição. Em virtude dos acontecimentos, o cenário observado consistia na presença de muitos acampados, militantes, lideranças e artistas entoando canções e gritos de guerra¹⁹ logo na entrada da Rua João Augusto de Souza, na qual se situa a Ocupação. Havia, ainda, a presença de viaturas policiais da GCM impedindo o trânsito de veículos e, assim, encurralando os acampados. No entanto, não houve confronto. Os sem-teto não desafiavam os policiais, apenas cantavam e pulavam debaixo de chuva.

Nesse mesmo quadro, parado em frente às viaturas policiais, conversando com a liderança do MTST e recebendo e fazendo telefonemas a todo o tempo, estava o coordenador nacional do Movimento, Guilherme Boulos. Sua postura era ativa e de liderança, ao mesmo tempo integrada aos acampados.

Tentando me ambientar e buscando entender o que de fato estava acontecendo, me aproximei da liderança com quem havia agendado minha visita, “A.B.” Após me identificar, fui por ela informada do que estava acontecendo, e que poderia ficar por ali, mas que naquele dia não seria possível conversar muito por conta da tensão que a proibição do show havia causado. Apesar do barulho, da chuva e do tumulto, conversei informalmente com algumas das pessoas que estavam participando da manifestação de maneira mais contida. O primeiro relato que ouvi partiu da ocupante “R.P.S.”, manicure e sem filhos, que expôs, em vários momentos de sua fala, que a luta era por direitos, e não no intuito de trazer problemas para a vizinhança ou para o Poder Público.

O importante é uma moradia digna, porque ninguém tá aqui para fazer favela. A gente tá aqui pra fazer nossa moradia digna como qualquer outra pessoa (...). Ter uma moradia digna é direito do povo, não é direito de...tipo, nós não tá aqui para fazer favela, não tá aqui para escandalizar o país de ninguém. Estamos aqui lutando pelo que nós paga também, né? Nós paga imposto, nós paga as coisas, então nós tá lutando pelo nosso direito mesmo. (...) Ninguém taaqui pra bater de frente com polícia, ninguém tá aqui pra bater de frente com ninguém. Nós tá aqui ocupando, e se decretarem nesse terreno, ou em outro terreno, a moradia digna que nós procura, nós

¹⁸ Orlando Morando Junior tem 43 anos, é natural de São Bernardo do Campo e se tornou prefeito em 2017. É empresário do ramo varejista e vice-presidente da APAS (Associação Paulista de Supermercados).

¹⁹ Podiam ser ouvidos os seguintes cantos: “pode chover, pode molhar, porque é na chuva que os sem-teto vai lutar”; “o povo sem medo chegou”; “MTST, a luta é para valer”; “somos sem - teto, quero minha casa para morar” ao ritmo de Trem das Onze de Adoniran Barbosa; “Fora, Temer”; “periferia chegou”.

vamo se retirar, ninguém tá aqui pra pegar terreno de ninguém e nem pra roubar nada de ninguém. Nós tá aqui pelos nossos direito mesmo. (R.P.S., acampada).

Ao perceberem minha presença e minha movimentação, alguns ocupantes, que depois descobri, faziam parte da “brigada”²⁰ de segurança, vieram até mim para perguntar quem eu era e o que eu queria. Assim que eu me identificava e explicava que tinha permissão para estar ali, sorriam e voltavam a se juntar aos demais.

Foi então que um dos sem-teto, “A.P.”, de 21 anos e muito solícito, que disse fazer parte da “brigada” de comunicação, me explicou que a Ocupação era dividida em Grupos de Pessoas, chamados de “Gs”, e que havia um total de 19 “Gs” naquela Ocupação. A meu pedido passou, então, a me apresentar para um acampado de cada “G”. Os acampados me passaram os números de telefone e disseram que poderiam conversar comigo em um dia mais tranquilo²¹. Todos estavam muito envolvidos com a questão do cancelamento do show, e o ambiente não estava propício para conversa. Fiquei o resto do tempo junto dos sem-teto, observando toda a movimentação. Em um momento mais calmo, consegui um breve depoimento do Guilherme Boulos, que disse que não poderia falar muito por estar extremamente ocupado, mas que mesmo assim me atendeu amistosamente. Assim que terminou de falar comigo, o coordenador do MTST pediu que os ocupantes subissem a rua, voltando para a porta do terreno ocupado, e, de cima de um pequeno barranco e ao lado da “A.B.”, começou a falar:

Pessoal, vamos fazer um pouquinho de silêncio aqui, só para a gente se entender aqui. É o seguinte: primeiro, o que a prefeitura de São Bernardo, não vou falar nem a GCM, porque a GCM está cumprindo ordem, certo? A gente pode até ficar irritado, como ficamos, mas os nossos inimigos não são eles, eles tão aí cumprindo ordem, que é uma ordem ilegal, dada pelo prefeito Orlando Morando, que ficou com dor de cotovelo porque a gente vai fazer show do Caetano aqui hoje. Então é o seguinte, é o seguinte, nesse momento tá lá na prefeitura, acho que vários que estavam aqui, estavam no momento em que as atrizes vieram, chegaram aqui, a gente se reuniu com elas. Elas foram lá para a prefeitura e estão nesse momento reunidas lá, não sei se com o prefeito, se com o secretário dele, estão nesse momento reunidas com alguém lá na prefeitura, tentando garantir que a lei seja cumprida, porque nesse caso, como na maioria deles, aliás, a lei ta do nosso lado. O que eles tão fazendo aí é desrespeitar o direito de ir e vir, é desrespeitar a Constituição, por uma ordem do prefeito. Isso a gente não admite, não é? Alguns companheiros falaram: tinha que ir pra cima. Se essa fosse a nossa opção e fosse pra cima, com o tanto de gente que a gente tem aqui, a gente até podia tirar. Agora, isso não ia resolver o nosso problema. Então, o nosso objetivo, do pessoal que ta lá, buscando uma negociação para trazer uma solução. O que foi falado para nós pela turma que tá lá, pela Paula Lavigne que é a produtora do Caetano Veloso? Independentemente de entrar caixa de som, de entrar gerador, de entrar qualquer coisa, o Caetano Veloso vai vir aqui. É o seguinte, nesse sentido, nós não podemos deixar que tirem o foco da gente. Isso é provocação, isso que foi feito hoje é uma provocação, e passaram dos limites até. Agora, se a gente entrar na pilha deles, a gente perde o foco, isso atrapalha a nossa Assembléia de hoje, com o Caetano e com os artistas. Isso

²⁰“Brigada” é o modo que o MTST utiliza para denominar os setores responsáveis pela realização de diversas tarefas.

²¹ No entanto, a liderança da Ocupação não permitiu que eu ouvisse tais acampados.

atrapalha principalmente a nossa marcha²² de amanhã. O nosso foco nesse momento é amanhã dar a nossa resposta, é parar essa cidade, é parar São Paulo, é chegar aonde a gente tem que chegar amanhã, levando a bandeira dos nossos direitos e da nossa luta por moradia. Isso ninguém vai impedir da gente. Então, vamo ter calma nesse momento. A ideia é que a gente fique, vamo esperar acabar a reunião, a gente tá em contato com o pessoal que tá lá, quando acabar a reunião a gente conversa novamente e explica o que foi falado lá e vê como é que nós vamos conduzir. Então, nesse momento, se a gente ficar aqui o guarda vai querer provocar, já veio provocar, o que vai ter é mais provocação. Vamo ficar dentro da nossa Ocupação. É claro, vai ter um grupo do apoio aqui atento, porque falaram que iam cortar luz, que iam não sei que e tal. Então, isso nós vamos estar atentos aqui na frente pra não deixar acontecer, mas o resto da turma, vamo ficar lá dentro, segurando a onda na nossa Ocupação e assim que a gente tiver novidade a gente passa. Beleza, gente? (BOULOS, Guilherme; 30 de outubro de 2017)

Seguindo as orientações de Guilherme Boulos, os acampados voltaram para a Ocupação. Juntei-me a eles e entrei pela primeira vez no terreno. A todo tempo “A.P.” estive comigo, me apresentou a mais alguns sem-teto, permitiu que eu subisse no palco existente na Ocupação, e me questionou sobre o que eu estudava e como era a vida no Rio de Janeiro.

Como naquele dia havia muitas pessoas de fora, inclusive da imprensa²³, a possibilidade de perceber quem era autorizado a estar ali, e quem não era, estava dificultada. Além disso, o show do Caetano seria gratuito e aberto ao público em geral e foi, inclusive, anunciado no *Facebook*. Desse modo, quando os artistas e políticos²⁴ iam se encaminhar para o palco, os coordenadores dos “Gs” amarraram uma faixa vermelha nos braços²⁵ e fizeram uma espécie de cordão humano de isolamento para que os convidados pudessem passar. Na falta de coordenadores em número suficiente para fazer tal cordão, ou por engano, um dos militantes amarrou uma fita no meu braço e me encaixou no cordão humano.

²² No dia 31 de outubro de 2017 ocorreu uma marcha com os ocupantes. Acampados, militância, lideranças e o próprio Guilherme Boulos, saíram a pé de São Bernardo do Campo e foram até o Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo do Estado de São Paulo, no bairro de Morumbi, em um percurso de aproximadamente 23 quilômetros. A intenção era cobrar do Governo do Estado uma solução para a questão das moradias dos acampados. Os ocupantes passaram a madrugada anterior preparando as refeições que foram levadas para a marcha. A volta para São Bernardo do Campo ocorreu em ônibus que foram cedidos pelo governo do Estado após negociações. Muitos sem-teto, no entanto, voltaram os 23 quilômetros andando. Foram aproximadamente 10 horas de caminhada.

²³ A Mídia Ninja era responsável pela cobertura oficial de tudo que envolvia a Ocupação. A mim foi relatado que a entrada da Rede Globo era terminantemente proibida. Houve, no entanto, uma exceção para a gravação do programa *Profissão Repórter*, comandado pelo jornalista Caco Barcellos que, segundo a militância, é “companheiro”.

²⁴ Nesse dia estavam presentes Marcelo Freixo (deputado estadual pelo PSOL do Rio de Janeiro), Eduardo Suplicy (vereador pelo PT de São Paulo); os cantores Caetano Veloso, Criolo e Emicida; a empresária Paula Lavigne; as atrizes Aline Moraes, Letícia Sabatella, Sônia Braga e a apresentadora Marina Person. Ao longo de toda sua existência a Ocupação contou com o apoio e com a visita de diversos outros artistas e intelectuais, como Seu Jorge, Monica Iozzi, Wagner Moura, pastor Henrique Vieira, Boaventura de Souza Santos, Rafael Mayoral, entre outros.

²⁵ A fita vermelha era uma forma de identificar quem era da organização do evento.

O show do Caetano, de fato, não ocorreu naquela data²⁶, mas todos os artistas que estavam presentes na Ocupação se manifestaram no microfone e deram apoio à causa dos sem-teto. Caetano afirmou que pela primeira vez havia sido proibido de cantar no período democrático.

2.2 “Ocupei um terreno ocioso e sem missão”²⁷ – O Terreno

O terreno no qual a Ocupação se situa fica localizado em Planalto, um bairro nobre da cidade de São Bernardo do Campo. A área é heterogênea e composta por grandes fábricas - como a da montadora Scania e a da Tome Equipamentos e Transportes – como também pelo Hospital Lacan, especializado no tratamento de dependência química; pelo Clube Movimento de Expansão Social Católica (MESOC) e pelo Centro de Formação de Profissionais de Educação de São Bernardo do Campo (CENFORPE). A Rua João Augusto de Souza, que dá acesso ao terreno, é em formato de “U” e desemboca na Avenida José Odorizzi. A Ocupação fica exatamente na curva do “U” e faz da rua sem saída. Um mesmo muro faz limite entre os fundos da Ocupação e os condomínios de classe média e classe média alta da Avenida Dom Jaime de Barros Câmara (APÊNDICE).

O terreno de propriedade da construtora MZM possui 70 mil metros quadrados, tem uma dívida de meio milhão de reais em IPTU, e está desocupado, ou seja, sem cumprir função social, há cerca de 40 anos. Relatos de moradores dão conta que a área era uma espécie de chacinha de propriedade de uma advogada, que a vendeu para prefeitura para quitar dívidas de IPTU. Posteriormente, o terreno passou a ser de propriedade da MZM. O solo era completamente coberto por eucaliptos e, recentemente, foi desmatado pela construtora²⁸. Trata-se de terreno acima do nível da rua, com duas entradas, uma menor e outra maior. A entrada maior é a mais usada e funciona como acesso principal à Ocupação. Antes de chegar na Ocupação, mas já dentro da propriedade, há um barranco do qual era possível visualizar uma faixa vermelha suspensa com os dizeres “bem-vindo ao território da resistência. Ocupação Povo Sem Medo São Bernardo”. Ao lado há o símbolo do MTST.

²⁶ O show acabou acontecendo no dia 10/12/2017, no Largo do Batata, zona oeste da capital paulista, em celebração aos 20 anos do MTST.

²⁷ Verso de rap produzido pelo acampado Edson Sem-Teto.

²⁸ Especula-se que o desmatamento tenha sido feito irregularmente.

O fato de o terreno estar desocupado há tanto tempo foi confirmado pelos militantes, pela liderança, pelos acampados e pelos próprios vizinhos. “A.B.” afirmou que a prefeitura já havia notificado a proprietária para que fosse dada à área função social, mas nenhuma outra atitude foi tomada. Antes de ser ocupado pelo MTST, o terreno chegou a ser sinalizado com uma placa do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) e seria destinado à construção de moradias para as faixas dois e três do Programa, que não é a que atenderia aos acampados, que são da faixa um. No entanto, as obras não foram iniciadas e a placa foi retirada. Ninguém soube explicar o porquê.

Uma das moradoras das casas vizinhas, “M.L.”, que é radicalmente contra a Ocupação, apesar de negar que o terreno esteja abandonado e garantir que tal afirmação é mentirosa, confirmou o descumprimento da função social:

Esse terreno, ele nunca foi abandonado. Era tudo mata fechada, não tem cinco anos que eles desmataram, numeraram todas as árvores, as árvores que ainda ficaram, ta tudo numerada. Todos os anos eles vieram fazer limpeza no terreno. O que eles alegam, 40 anos abandonado? Eu digo, onde é que tá esses 40 anos abandonado? E digo, é mentira. É mentira porque eu moro aqui há 30 anos. Do jeito que nós pegamos esse terreno aqui, o terreno deles era a mesma coisa, não tem cinco anos que foi desmatado. (...) então, esse terreno é da MZM, eles todos os anos vem fazer limpeza, quando tem evento aqui na escola os carros ficam todos aqui em cima. (M.L., moradora da Vila da Associação)

Diante da declaração, questionei se a função do terreno era, então, a de ser um estacionamento, e a moradora me respondeu que sim, que o terreno era utilizado, de vez em quando, como estacionamento de carros dos convidados de eventos que a prefeitura realiza no CENFORPE (Centro de Formação de Profissionais de Educação de São Bernardo do Campo) e que na maior parte do tempo a propriedade fica vazia. Outros vizinhos também se disseram, em maior ou menor medida contra a Ocupação, justamente, por ela acontecer em um terreno que é uma propriedade privada que seria sempre limpo e cuidado pela proprietária.

Ao observar a Rua João Augusto de Souza percebi que todas as 50 casas que a compõem são muito similares. Foi então que descobri, a partir de conversas com a moradora “R.R.S.” e sua numerosa família, que a Rua também é conhecida como Vila da Associação. Isso porque, trata-se da rua onde fica localizada a Associação da Construção Comunitária por Mutirão. De acordo com a Cartilha *Mutirão da Vila Comunitária – A força da Mulher na Construção das 50 casas* que conta a história da Associação e de como se deu a ocupação do local -, o projeto nasceu em 1982 e contou com fortíssima participação das mulheres, mães de família, que faziam parte da Sociedade de Amigos da Favela do Parque São Bernardo.

A luta pela moradia e a busca pela casa própria levou os membros da Associação a realizarem reuniões periódicas. A ideia inicial perseguia a “urbanização” da favela do Parque São Bernardo, pois apesar de quererem ficar naquela localidade, os moradores desejavam ter acesso a condições dignas de vida. Na época, muitas crianças adoeciam e até morriam em decorrência da falta de saneamento básico, por exemplo. No entanto, como tal projeto não foi possível na região, os próprios associados se uniram em mutirão e iniciaram a busca por um terreno para que pudessem construir suas moradias.

Após longa procura por um espaço adequado, e com pouco dinheiro, descobriram que a Cúria Diocesana era proprietária de um terreno de 10 mil metros quadrados em frente à fábrica da Scania, que poderia ser utilizado para a construção das moradias. Sendo assim, restou acordado entre a Cúria Diocesana - proprietária do terreno - e os moradores, que o mesmo seria vendido por um “preço social” de 9% do salário mínimo vigente na época, e que o valor seria pago mensalmente durante oito anos. Em média, e em valores atualizados, as parcelas pagas seriam de R\$ 10,00 reais por mês. Posteriormente, os associados conseguiram financiamento pela Companhia de Desenvolvimento de Habitação do Estado de São Paulo (CDHU), ligada à Secretaria de Habitação, para obtenção do material de construção. Pagaram 21% mensais sobre o salário mínimo vigente na época durante dez anos. A prefeitura de Campos do Jordão realizou a terraplanagem do terreno.

Os moradores da atual Vila da Associação sofreram, inclusive, com invasões da área enquanto as casas não eram construídas. A saída encontrada pelos associados foi ocupar o terreno, conforme demonstra a passagem da fala da associada “M.” veiculada pela cartilha:

Nessa época, tivemos que montar guarda no terreno, armamos uma barraca e revezamos entre as famílias. Eu não dormia a noite. Só cochilava para poder estar na vigilância do terreno, muitas vezes eu pedia saída da firma, faltava uns 2 dias para que não perdêssemos esse terreno. Foi um sofrimento, um sufoco, dava medo ficar lá, no escuro total, tinha companheira grávida. (M., moradora da Vila da Associação)

As casas foram construídas utilizando a mão-de-obra das próprias famílias, principalmente das mulheres, que não trabalhavam fora, e havia a necessidade de cumprir um determinado número de horas de trabalho. Houve também a participação de arquitetos no desenvolvimento e acompanhamento dos projetos. Quando da construção das casas, a própria Scania não foi favorável que houvesse moradias em uma área que era industrial. Foi necessária uma reunião com os representantes da Montadora para que as obras da Vila pudessem avançar. Outros moradores afirmam que até hoje os vizinhos da Avenida Dom Jaime Câmara não são muito amigáveis com os moradores da Vila, por considerá-los “fora do perfil do bairro”.

Ainda que a liderança e a militância do MTST tenham afirmado que a escolha pelo terreno a ser ocupado se deu com base em critérios costumeiramente utilizados pelo Movimento - tamanho do terreno, topografia plana, área livre e limpa disponível, centralidade e ociosidade -, acredito que a eleição do local pode ter sido influenciada por sua força simbólica. No entanto, de acordo com “J.A.R.”, um dos coordenadores nacionais do MTST, tais fatores não foram determinantes para a escolha do terreno, mas, certamente, foram responsáveis pela Ocupação ter tido tanta repercussão e ter se transformado em uma espécie de símbolo da luta por moradia.

Isso porque, além da região citada ter um histórico de luta por moradia, em 1978, sob o governo militar, cerca de dois mil metalúrgicos da Scania deram início a uma greve na qual reivindicavam aumento salarial. A ocorrência foi o pontapé inicial para que novas ondas grevistas tomassem conta do ABC e do país, levando, por um lado, a uma ação repressiva que gerou intervenção nos sindicatos e cassação de seus líderes; e por outro a um forte movimento de apoio por parte de setores da sociedade que lutavam pela redemocratização do país. De acordo com Campos:

A movimentação operária serviu como divisor de águas para o processo de abertura política. Em primeiro lugar, porque as demandas sociais decorrentes da crise econômica da segunda metade da década de 1970 aceleraram as medidas de liberalização política. Em segundo lugar, porque se definiram os limites da abertura. (CAMPOS; 1999; p.310)

Em 2008, em discurso na Scania, Luiz Inácio Lula da Silva afirmou:

Foi naquele pátio que nós começamos a conquistar a redemocratização do nosso país. Aqui, no dia 12 de maio de 1978, um grupo de trabalhadores resolveu exercitar, depois de muitos anos, porque o regime militar não permitia o direito de greve, uma conquista universal, que é o exercício da greve. Eu estava no sindicato às 08h quando recebi o telefonema de que a Scania tinha parado. (LULA DA SILVA, Luiz Inácio; 2018)

A Ocupação Povo Sem Medo de SBC tornou-se, nas palavras do próprio Guilherme Boulos, muito mais do que a luta por um terreno. Ela é uma expressão simbólica da situação que a maioria do povo brasileiro foi colocada com essas políticas inconsequentes²⁹.

²⁹ Declaração de Guilherme Boulos quando indagado por mim sobre a importância da Ocupação.

2.3 “Aí foi aquele formigueiro”³⁰ – Nasce o Território da Resistência

O território da resistência, como era anunciado na faixa vermelha colocada logo na entrada da Ocupação, nasceu na madrugada do dia 1º para o dia 2 de setembro de 2017. Entre meia noite e uma hora da manhã, ônibus e caminhões estacionaram na frente da fábrica da Montadora Scania. Deles, além de estacas de madeira e lonas, saíram cerca de 500 pessoas que ainda não sabiam exatamente onde estavam, mas sabiam perfeitamente o porquê de estarem ali, e recebiam as últimas instruções por parte da militância do MTST sobre como seria a ação de ocupação.

Na retaguarda, e após os esclarecimentos dados pelos militantes do MTST responsáveis pela tarefa de “autodefesa”, que conduzem os primeiros momentos das ocupações, os futuros acampados saíram dos ônibus e partiram rumo à porteira do terreno pela Rua João Augusto de Souza, gritando repetidamente a palavra “sem-teto” e acordando a vizinhança. De acordo com o militante “C.R.C.”, “quando o portão foi estourado foi aquele formigueiro”. O Formigueiro, inclusive, é um dos gritos de guerra entoado pelos acampados e presente em todas as ocupações e atos do MTST.

Uma hora depois, a frente do terreno já estava cheia de barracos e a cozinha central, responsável pela alimentação de todos os acampados que ali já estavam e que ainda iriam chegar, restava fundada. Aos poucos, novos espaços foram sendo montados. Quando do primeiro período da nossa visita, passado o barranco de entrada do terreno, do lado esquerdo, ficavam a cozinha central, o galpão da militância – onde havia reuniões internas e atendimento aos acampados - e o espaço de reuniões, entrevistas, cursos e palestras. Mais à frente ficava o palco e uma grande área livre. A partir de então, do lado direito, e mais ou menos enfileirados, havia um sem fim de barracos, todos numerados. Em uma semana a Ocupação, que tinha começado com 500 famílias, contava com cinco mil pessoas. Ao final do período da nossa primeira visita, com um mês de Ocupação, era de oito mil o número de acampados.

Quando do nosso segundo período de visitas, a cozinha central havia sido derrubada e o espaço para reuniões, entrevistas e palestras havia diminuído de tamanho para dar lugar a uma biblioteca equipada com um número razoável de obras literárias que foram doadas. Também havia sido demarcado um campinho de futebol. A PSM foi considerada a segunda maior

³⁰Afirmção do militante C.R.C., ao relatar como se deu o início da Ocupação.

ocupação urbana da América Latina, perdendo apenas para a Vila Nova Palestina, também liderada pelo MTST³¹.

Em regra, as ocupações lideradas pelo MTST têm início com cerca de 500 famílias. O objetivo inicial é montar 500 barracos e a Cozinha Central. Inicialmente, são convidadas pessoas que já participaram de outras ocupações, além de militantes do MTST, que entram no terreno e fixam os barracos. Com o passar dos dias chegam famílias que procuram o Movimento anteriormente e ficam aguardando que uma nova Ocupação ocorra. Aos poucos, novas famílias de sem-teto vão tendo notícia da Ocupação, passam a ocupar os barracos já feitos e a construir novos³².

2.4 “Ocupação não é oba-oba”³³ – A Organização

Com o nascimento da Ocupação, é chegada a fase de expansão e consolidação. Nesse sentido, a organização torna-se fator primordial para a manutenção da mesma. Não existe seleção prévia de pessoas que possam ou não participar. No entanto, cada ocupante que chega tem que fornecer para a liderança o nome completo. Assim, não há necessidade de preenchimento de determinados critérios estabelecidos para participar da Ocupação. Porém, há um cadastro interno para que a liderança possa controlar o número de ocupantes. Normalmente o MTST já é procurado, por meio de outras ocupações, por pessoas em busca de moradia. Como nem sempre é possível alocar todos em uma mesma ocupação, os interessados ficam sempre em contato com o Movimento. É feito, então, antes de cada nova ocupação, um trabalho de base com os sem-teto interessados, onde eles colocam sua situação e suas necessidades. Para além desses interessados, vão chegando novas famílias que tomam conhecimento da ocupação, já implantada, através de conhecidos, de panfletagem e de carro de som.

Não é possível, dado o tamanho da Ocupação e a quantidade de acampados, identificar exatamente quem é quem. Os próprios militantes e a liderança afirmam que é certo que existem pessoas que montam barracos, mas que não precisam de moradia, pois já possuem. Assim, há também aqueles que não se comprometem, de fato, com a causa. No entanto, a seleção de quem

³¹ A Ocupação Vila Nova Palestina, considerada a maior ocupação urbana da América Latina ocupou um terreno de 1 milhão de metros quadrados no extremo sul da capital paulista em 2013.

³² De acordo com relatos da militância e da liderança, é importante que a entrada no terreno seja realizada por pessoas que já estejam acostumadas com a dinâmica das ocupações, principalmente, por uma questão de segurança e para que a empreitada tenha sucesso.

³³ Frase da líder Andréia Barbosa.

fica ou sai ocorre naturalmente e se deve, em elevado grau, a forma com que a mesma se organiza. Nas palavras do líder e integrante do setor de autodefesa, “C. S.”, “o MTST não cobra um centavo de quem ta aqui, mas cobra participação pesada”. Portanto, o critério para permanecer é a participação, ou como os próprios sem-teto dizem: é o fazer a luta.

Uma primeira exigência diz respeito as condições dos barracos. É necessário que os barracos estejam sempre em bom estado. Por isso, foi comum ver, principalmente no final de semana, pessoas trabalhando na manutenção dos barracos: trocando as lonas, firmando mais estacas de sustentação e fazendo reparos diversos. Os acampados também trabalham na construção e manutenção das áreas comuns. No segundo período da minha visita, no entanto, havia um número maior de barracos visivelmente deteriorados, bem como uma menor movimentação de pessoas empenhadas na realização da manutenção.

Não há estruturas de caráter permanente dentro do terreno, mas barracos de dois metros por dois metros construídos com lonas e estacas. Não é permitido o uso de madeirite e nem de telhas, não há “gatos de luz”, mobiliário ou aparelhos eletrônicos, apenas as cozinhas são equipadas com itens como fogão e geladeira. Os barracos possuem colchões, roupas de cama, objetos de uso pessoal como roupas, itens de higiene, fotografias e imagens religiosas, todos trazidos pelos próprios acampados.

Outro meio de fazer a luta é estar nas Assembléias e nas marchas e atos que são realizados pelo Movimento. No primeiro período da visita, as Assembleias aconteciam diariamente às 19 horas, e aos domingos às 17 horas no palco principal da Ocupação. Estar nas Assembléias é importante porque é nesse momento que são passados os informes e orientações para manutenção do controle e da organização. Após as Assembleias é realizada a coleta de assinaturas nos respectivos “Gs”. Assim, tão logo os informes eram passados, os acampados eram liberados para se apresentarem na cozinha dos “Gs” e assinarem a lista de presença, que funciona como uma espécie de instrumento para aferir quem realmente tem interesse em continuar na luta.

Quando da realização de um segundo cadastro dos acampados feito pela própria militância do MTST³⁴, os sem-teto que fossem mais assíduos nas Assembleias, bem como

³⁴ Tal cadastro era mais detalhado do que o primeiro, que continha apenas o nome completo do ocupante e servia para fins internos, como meio de controle do tamanho da Ocupação. Durante uma semana os acampados dos “Gs” deveriam apresentar a documentação requerida. Em uma Assembleia houve a distribuição dos “Gs” pelos dias da semana. Tal distribuição foi feita através de sorteio, do qual eu mesma participei tendo tirado o “G2”. Acredito que tal cadastro foi feito, justamente, porque o fim da Ocupação após a reunião com o GAORP era previsto.

tivessem participado da grande marcha de 23 quilômetros - que ocorreu no dia 31 de outubro, e foi de São Bernardo do Campo até o Palácio dos Bandeirantes, na capital paulista - teriam prioridade. Segundo a liderança, esse tipo de “cobrança” é importante para que a demanda por moradia ganhe mais força e para que o Movimento tenha potencial para pressionar os governantes a darem uma resposta. Do contrário, as pessoas, em geral não se sentem tão estimuladas a participar e não desenvolvem o senso de comprometimento com a luta, ou seja, não se envolvem com o processo.

Há um determinado momento no qual a Ocupação “fecha”, ou seja, para de receber acampados. Oficialmente, a Ocupação PSM atingiu o número de oito mil famílias. No entanto, antes disso, chegou a contar com 12.123 famílias³⁵. O fechamento se deu com a finalização dos cadastros internos dos acampados. Além das Assembléias diárias, acontecem reuniões entre a própria liderança e a militância, bem como entre a liderança e os coordenadores dos “Gs”. Cada um dos 19 “Gs” tinha, em média, de sete a oito coordenadores. Os ocupantes que desejam exercer a função de coordenação informam tal desejo. Se houver mais de oito pessoas com a intenção de participar da coordenação, é realizada uma reunião dentro do próprio “G” para escolher no máximo oito coordenadores. A tarefa dos coordenadores é manter os “Gs” organizados e repassar de forma mais eficiente as necessidades dos acampados para a liderança.

De acordo com a liderança, militantes, coordenadores e ocupantes, tudo que acontece dentro da Ocupação é deliberado, nada é imposto e sempre há abertura ao diálogo. É comum ouvir dos acampados que “aqui é tudo no coletivo”.

Alguns coordenadores têm mais destaque e tiveram, inclusive, o desempenho elogiado pela militância quando da realização das entrevistas. Nesse sentido, há os que fazem uma lista com o nome de todos os ocupantes dos “Gs”, colam nas portas das cozinhas e distribuem tarefas entre eles. A maioria administra grupos de *Whatsapp* com intuito de repassar informes e facilitar o diálogo, uma vez que são muitos sem-teto por “G”.

No dia 1º dia de novembro, fui convidada pelo líder “J.A.R.” a assistir a reunião entre a liderança e a coordenação. “J.A.R.” pediu que os coordenadores se acomodassem sentados em círculo. Todos os três líderes presentes, “A.B.”, “J.A.R.” e “C.S.”, agradeceram pela participação de todos na marcha do dia anterior, e ressaltaram que todos têm capacidade de

³⁵ De acordo com dados de pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em parceria com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Friedrich Ebert Stiftung. Disponível em: <[https://cut.org.br/system/uploads/ck/files/Apresentao-pesquisa-teto-e-trabalho-dez17-verso-final\(1\).pdf](https://cut.org.br/system/uploads/ck/files/Apresentao-pesquisa-teto-e-trabalho-dez17-verso-final(1).pdf)>.

ajudar de alguma forma, seja cuidando das crianças para os pais poderem participar dos atos, cozinhando os alimentos que foram levados, organizando os acampados ou cuidando da segurança. Após a fala da liderança, o microfone foi passado aos coordenadores que, de modo geral, agradeceram aos companheiros pela oportunidade de estarem juntos e passaram a relatar como haviam mudado após o ingresso na Ocupação e como nunca haviam imaginado que se sacrificariam tanto em prol de uma luta que não era mais individual, mas sim coletiva. Na reunião também ficou acordado que haveria, no domingo seguinte, um grande churrasco para comemorar a realização da marcha. A militância informou que seria interessante que o churrasco acontecesse na área comum da Ocupação, para que todos os acampados pudessem confraternizar e estreitar os laços. Através de votação ficou acordado que o cardápio seria arroz, maionese e vinagrete e que as cozinhas de cada um dos “Gs” ficariam responsáveis pelos cozimentos dos pratos. Ainda, seriam utilizadas várias churrasqueiras portáteis para assar a carne.

Com o fim da reunião, teve início a Assembleia Geral. De cima do palco pude observar o pátio da Ocupação tomado de pessoas. Antes dos informes serem repassados, alguns gritos de guerra são entoados: “MTST, a luta é pra valer”; “aqui está o povo sem medo, sem medo de lutar” e “pisa ligeiro, pisa ligeiro, quem não pode com a formiga não atíça o formigueiro”. É impressionante o efeito que tais gritos causam nos acampados. Posteriormente, “J.A.R.” e “A.B.”, mais uma vez, agradeceram aos acampados pela marcha do dia anterior e alguns ocupantes - um homem e uma mulher - subiram ao palco para dizer como estavam se sentindo. Os sem-teto que assistiam vibravam. Com o fim da Assembleia, quase como formigas, os ocupantes fizeram fila pelas “trincheiras” formadas entre os barracos rumo às cozinhas para assinarem as listas de presença.

Os ocupantes podem e devem se engajar em atividades que sejam de seu interesse e que contribuam para a organização da Ocupação. Muitos são os que trabalham na cozinha, seja no preparo dos alimentos, na limpeza ou no abastecimento de água. Há os que participam das trilhas, ou seja, passam a noite inteira andando pela Ocupação para fazer a segurança.

Por dia, três refeições são servidas: café da manhã, almoço e jantar. Os alimentos que são utilizados provêm de doações de pessoas de fora, de empresas, como também dos próprios sem-teto, que não são obrigados a contribuir, mas colaboram de acordo com suas possibilidades. O cardápio não costuma ser muito variado, em todos os dias de pesquisa havia arroz, feijão e macarrão. Em algumas ocasiões havia também salada. Porém, em nenhuma das vezes tinha

carne. Apesar de não haver muita diversidade, ninguém fica sem comer. Quando há proteína, a preferência é dada para as crianças. Os pratos são bem servidos e, apesar de cada “G” ter a sua cozinha, é comum ver acampados fazendo as refeições na cozinha de outros “Gs”. A militância e a liderança também se alimentam na Ocupação. Eu mesma, por insistentes convites dos acampados, almocei com eles durante alguns dias.

Além das refeições, o “cafezinho” preto é servido ao longo de todo o dia. Recusar o café está fora de questão, e é em torno dele, no ambiente da cozinha, que as conversas se desenvolvem e a convivência se estreita.

Conversei, ainda, com acampados que cuidavam da horta³⁶ ou coletavam o lixo. Um dos sem-teto é apaixonado por animais. Diante disso, considerando que há alguns cachorros de rua vivendo na Ocupação, ele ficou responsável por cuidar da alimentação dos bichos. Todos os dias arrecadava ração e alimentava os animais. Uma das ocupantes relatou que ele é dependente químico e ficava dias sem tomar banho. No entanto, após ter entrado na Ocupação, ter passado a conviver com os acampados e ter ficado responsável pela tarefa de cuidar dos animais, a frequência do uso de álcool e drogas havia caído, bem como os banhos passaram a ser mais frequentes. Atividades não faltam e a escolha costuma ser feita pelos próprios sem-teto. Cada um faz o que gosta e o que se sente bem fazendo. Nos casos em que a liderança e a militância percebem alguma aptidão para realização de alguma tarefa específica, há uma sugestão, mas não imposição.

Por fim, é perceptível que dentro da Ocupação existem regras previstas, inclusive, em um estatuto próprio³⁷. Embora eu tenha solicitado acesso ao estatuto, ele me foi negado. No entanto, algumas regras ficaram claras: não é permitido entrar ou sair da Ocupação após as 22 horas. Não é permitido o consumo de bebidas alcoólicas ou de drogas ilícitas. É proibido qualquer tipo de violência física, sobremaneira contra as mulheres e crianças.

³⁶ Da primeira vez que estive na Ocupação havia uma pequena horta que não deu certo. Da segunda vez, a horta mudou de lugar e foi cultivada em um espaço menor. Ao que parece, o solo do local não é propício para o plantio dos gêneros que se pretendia cultivar. No entanto, a existência de uma horta comunitária é comum em todas as ocupações do MTST.

³⁷ Solicitei acesso ao estatuto da Ocupação por diversas vezes, mas não me foi fornecido.

2.5 “MTST, a luta é pra valer!” – Liderança e Militância

A Ocupação PSM conta com inúmeros militantes. Quase todos entraram no Movimento “pela porta da moradia”, como disse “A.B.” Não conheciam o MTST até irem para uma Ocupação em busca de um teto. A tomada de consciência política se dá dentro do Movimento, na maioria das vezes. Muitos foram os relatos de ocupantes que diziam não saber que tinham direitos e que era possível persegui-los, como é o caso de “E.R.”:

A gente as vezes é muito fechado pro mundo, a gente acha que a vida é só comer, dormir e trabalhar, e a vida é além disso, a gente tem que saber das leis, saber nossos direitos, a gente luta por um direito que é nosso, a gente não ta fazendo nada que ta fora da Constituição. A gente ta fazendo coisa que é direito, que eles têm que cumprir esse direito, que é o direito de moradia digna. (E.R.; 2017)

Quando o MTST faz uma ocupação e a divide em “Gs”, surgem novos coordenadores. Os coordenadores, por sua vez, além de terem uma intensa e estreita convivência com a militância e com a liderança, participam de cursos e palestras. Tais cursos são ministrados nas próprias ocupações ou no chamado “Casarão”³⁸. De acordo com relatos dos coordenadores, é a partir dos cursos que eles aprendem que são sujeitos de direitos e que a Constituição garante a todos, entre outros, o direito à moradia. Todos os coordenadores que ouvi relataram que eram pouco ou nada envolvidos com política e que acreditavam que a vida era resignação. No entanto, a partir da convivência na Ocupação, bem como dos cursos ministrados pelo MTST, tal perspectiva foi ampliada.

Os coordenadores não souberam precisar com exatidão qual era o conteúdo ministrado nas palestras e cursos, mas afirmaram que tinha relação com Política, Direito, Constituição, Geografia e História. Em suas falas é possível perceber, também, o freqüente uso das expressões “especulação imobiliária” e “dignidade”, além de uma forte crítica a ideia de que o pobre deve viver apartado das pessoas com melhores condições financeiras.

O coordenador “C.M.” relatou que em um dos cursos foram dispostas sobre uma mesa figuras de prédios e casas que simbolizavam o centro da cidade, e que outras figuras, de casas mais simples, foram postas ao redor, mas de maneira distante. Segundo ele, o palestrante explicou, então, que era isso que acontecia com os pobres, eram jogados para a periferia. “Eles explicou como funciona esses povos da alta sociedade, o que eles acha da gente e deu uma visão

³⁸ Casarão é uma casa situada no município de Taboão da Serra (SP) onde o MTST realiza cursos de formação e reuniões.

do que eles tenta fazer com a gente, que é cada vez colocar nós mais longe, quanto mais longe, melhor”.

Praticamente todos os coordenadores afirmaram que quando a Ocupação tiver fim e eles conseguirem suas casas, continuarão na luta com o MTST, seja como militância, seja dando uma ajuda mais eventual. Alguns, inclusive, disseram que pretendem colaborar na medida do possível, mas mostraram ter consciência que o trabalho militante é mais complexo e exige responsabilidade e comprometimento e que, por terem família, talvez não pudessem se envolver tanto. Assim o Movimento forma sua militância e liderança. Os coordenadores de hoje serão os militantes e líderes de amanhã.

No caso da Ocupação PSM, constatei a existência de quatro líderes principais: Guilherme Boulos, “J.A.R.”, “A. B.” e “C. S.”

Guilherme Boulos, coordenador nacional do MTST, embora tenha sido citado como líder principal e sirva, igualmente, de inspiração - principalmente pelo fato de ser proveniente de uma família conhecida e com alto poder aquisitivo, mas ter escolhido viver de forma simples e lutar pelos menos favorecidos -, não é figura presente no dia a dia da Ocupação. Da mesma forma, “J.A.R.”, apesar de ser também muito querido pelos acampados, só costuma estar na Ocupação em datas especiais quando orientações específicas devem ser dadas ou por ocasião de atos importantes. Guilherme e “J.A.R.” são referência para os próprios militantes e demais líderes. Em mais de um momento, quando fiz algum questionamento mais profundo sobre o Movimento, fui aconselhada a perguntar para o “J.A.R.” ou para o Guilherme. Ambos possuem formação Universitária e não entraram no Movimento lutando pela própria moradia.

Sem nenhuma dúvida, “A.B.” é a grande líder da Ocupação. Mulher de 34 anos, viúva e mãe de cinco filhos, milita pelo MTST desde 2014 e é também Coordenadora do Movimento do Estado de São Paulo. Antes de entrar para o Movimento, trabalhava como vigilante e auxiliar de produção para conseguir dar conta do aluguel que pagava. Tinha uma qualidade de vida baixa, não conseguia dormir e tampouco participava do crescimento dos filhos. Viu na televisão notícias sobre uma ocupação do MTST, em Itaquera (SP), foi até lá e descobriu que não era necessário pagar nada para participar. Entrou no Movimento “pela porta da moradia”, mas participar do MTST trouxe mais do que isso, trouxe uma “esperança como pessoa, pois na luta a gente consegue ser muito mais solidária, se doar muito mais, entender que os nossos problemas é pequeno perto do próximo”. Hoje ela ainda espera para receber sua casa própria.

“A.B.” participa do cotidiano da Ocupação e comanda as Assembléias. É a referência maior dentro da Ocupação, mas afirma que ainda tem muito a aprender. Até as expressões utilizadas pela líder são repetidas com orgulho pelos acampados. A marcha do dia 31 de outubro, por exemplo, ficou conhecida como a marcha “linda de bonita” graças a ela.

“C.S.”, então com 44 anos de idade, metalúrgico desempregado, também tem destaque e importância, ainda que longe dos microfones e com uma postura mais sisuda. Trata-se do maior responsável pela segurança da Ocupação, comandante do setor de autodefesa. Nada passa despercebido aos seus olhos. Não raras vezes, o flagrei observando visitantes, ou mesmo acampados menos frequentes, com desconfiança. Em uma determinada Assembléia, desceu do palco para verificar quem era um sujeito que estava no meio do público, mas que tinha atitude “suspeita” e era desconhecido. Segundo ele, é normal que haja infiltrados da prefeitura para saber o que está acontecendo dentro da Ocupação e quais são os planos e comandos do Movimento. Em outra ocasião, enquanto eu entrevistava um dos ocupantes, pediu que eu parasse de gravar, pois se tratava de um acampado que tinha “muitos problemas”, era “exaltado” e poderia falar alguma coisa que fosse “desagradável”.

O MTST é uma organização coletiva. O Movimento organiza sua luta a partir de três pilares principais: Coletivos Políticos, são as coordenações estaduais e a coordenação nacional, que ficam responsáveis pela tomada de decisões políticas dentro do Movimento; Coletivos Organizativos, que têm a função de tomar decisões e organizar tarefas em relação às diversas questões necessárias para a construção do MTST e, por fim, os Coletivos Territoriais, que têm a função de tomar decisões e organizar o trabalho territorial do MTST.

Assim, cada militante se insere em algum dos coletivos e deve ser submetido à avaliação coletiva na realização da tarefa em, no máximo, um ano.

Os Coletivos Organizativos são, ainda, subdivididos em sete setores: formação política (responsável pela formação de militantes); negociação (responsável pela relação com o Estado); organização (responsável pelo funcionamento coletivo); autodefesa (responsável pela segurança da organização); autossustentação e finanças (responsável por desenvolver iniciativas de financiamento, organização dos recursos e prestação de contas); comunicação e simbolismo

(responsável pelos canais de divulgação do MTST e pelo fortalecimento de identidades simbólicas próprias) e trabalho comunitário (responsável pela relação com as comunidades)³⁹.

2.6 “Na divisão de classes, sem-teto é vagabundo”⁴⁰ – Os acampados

Por terem mais tempo disponível para estar na Ocupação, a maioria dos acampados com os quais conversei encontrava-se em situação de desemprego⁴¹ relativamente recente: de dois meses há dois anos, havendo, nesse intervalo, os períodos de três e seis meses e um ano⁴². Entre as profissões exercidas pelos ocupantes estão as de ajudante de pedreiro, auxiliar administrativo, auxiliar de enfermagem, cabeleireiro, catador de material reciclável, doméstica, manicure, merendeira, motorista e pedreiro⁴³.

É muito comum a presença de mulheres que, enquanto os maridos trabalham – geralmente com bicos –, ficam na Ocupação “fazendo a luta da família”. Na maioria das vezes são as mulheres que convencem os maridos a montarem o barraco da família na Ocupação. Algumas, que são solteiras, estão sozinhas buscando sua moradia ou acompanhadas dos filhos. Muitas deixam os filhos na casa de parentes para que tenham mais conforto e possam continuar indo para a escola, e passam a viver na Ocupação⁴⁴. Há homens que, desempregados, estão sozinhos e apenas visitam a família nos finais de semana.

A presença de crianças das mais diversas faixas etárias no ambiente é grande e há, inclusive, uma acampada com uma filha que faz uso de cadeira de rodas. Segundo ela, que

³⁹ As informações foram retiradas da página do MTST na internet. Disponível em: <<http://www.mtst.org/quem-somos/a-organizacao-do-mtst/>>.

⁴⁰ Verso do rap feito por Edson Sem Teto.

⁴¹ De acordo com pesquisa realizada pelo DIEESE, CUT e Friedrich Ebert Stiftung, a taxa de desemprego entre os acampados da Ocupação PSM de SBC, é de 41,8%. Ainda, a maior frequência é de desempregados há 1 ano. Informação disponível em: <[https://cut.org.br/system/uploads/ck/files/Apresentao-pesquisa-teto-e-trabalho-dez17-verso-final\(1\).pdf](https://cut.org.br/system/uploads/ck/files/Apresentao-pesquisa-teto-e-trabalho-dez17-verso-final(1).pdf)>.

⁴² O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em parceria com a Central única dos Trabalhadores (CUT) e com o Friedrich Ebert Stiftung divulgou, em dezembro de 2017, a pesquisa Teto e Trabalho: perfil e características de trabalho e moradia das famílias da Ocupação PSM em SBC. Tanto por questões metodológicas, como por objetivos perseguidos, apesar de terem o mesmo objeto, nossas pesquisas se distanciam. No entanto, irei me socorrer de alguns dados de tal pesquisa para complementar de forma mais precisa com relação à números, o que foi por mim levantado.

⁴³ De acordo com pesquisa do DIEESE, CUT e Friedrich Ebert Stiftung, as principais ocupações/ funções dos empregados são diarista/emprego doméstico, ajudante geral, auxiliar de limpeza, garçom, motorista, auxiliar administrativo, operador de máquinas, telemarketing, pedreiro, porteiro, vendedor ambulante, cozinheiro e vigilante. Disponível em: <[https://cut.org.br/system/uploads/ck/files/Apresentao-pesquisa-teto-e-trabalho-dez17-verso-final\(1\).pdf](https://cut.org.br/system/uploads/ck/files/Apresentao-pesquisa-teto-e-trabalho-dez17-verso-final(1).pdf)>.

⁴⁴ De acordo com a pesquisa do DIEESE, CUT e Friedrich Ebert Stiftung, 53,4% dos acampados são mulheres.

trabalha na cozinha, na Ocupação é mais fácil realizar as tarefas, pois sempre haverá alguém disposto a cuidar da menina para que ela possa trabalhar.

Ainda em relação às crianças, estive presente em uma reunião entre liderança e alguns assistentes sociais que estavam ali para verificar se era possível que crianças e adolescentes vivessem na Ocupação. Tratava-se do caso específico de um casal de acampados cujos filhos estavam em um abrigo da prefeitura de Diadema, mas queriam estar junto dos pais. Os assistentes sociais pareceram positivamente impressionados com a quantidade de crianças que havia na Ocupação, bem como com as explicações dadas pela liderança no sentido de que o ambiente era completamente adequado para crianças. No caso, a liderança foi extremamente favorável a que as crianças passassem a viver com os pais novamente.

Ir para uma Ocupação não é uma escolha. É comum ouvir a frase “nunca me imaginei passando por uma situação dessas”. De acordo com “M.C.”, técnica de enfermagem desempregada, participar da Ocupação passou a ser a única saída viável a partir do momento em que ela e o marido começaram a ter que escolher entre pagar o aluguel ou dar de comer aos filhos. “Ficou impossível pagar R\$ 700,00 reais, R\$ 800,00 reais de aluguel estando desempregada e com meu marido fazendo bicos de pedreiro”.

A maioria das pessoas estava ali, justamente, por não darem mais conta de arcar com os valores do aluguel. Havia, ainda, os jovens que moravam com os pais e queriam ter sua casa própria, ou os que viviam de favor em cômodos na casa de conhecidos e parentes. Também presente é o caso dos que foram despejados e se viram na rua, sem ter onde morar⁴⁵.

É muito comum que, ao chegarem na Ocupação e ao vivenciarem aquela realidade, muitos dos sem-teto abandonem de vez a moradia na qual estavam e passem a viver ali permanentemente. Em todos os relatos foram utilizadas ao menos uma das seguintes palavras para descrever o que é a Ocupação: acolhimento, solidariedade, segurança, companheirismo, diálogo e família.

⁴⁵ De acordo com pesquisa do DIESSE, CUT e Friedrich Ebert Stiftung, 69,3% dos acampados vivia em casas alugadas, 21,5% vivia em casas cedidas, 297 famílias viviam em condições irregulares, 193 famílias viviam em outras ocupações, 78 famílias possuíam casas financiadas, mas não conseguiam pagar e 39 famílias estavam em situação de rua. Das situações acima narradas, não tive contato com nenhuma família que possuísse casa financiada sem poder pagar.

Muitos relataram que não conheciam o MTST ou, se conheciam, não tinham uma boa impressão, achavam que “só tinha confusão”⁴⁶. No entanto, ao serem bem recebidos pelo Movimento, passaram a admirá-lo e abraçaram a causa.

A Ocupação “abre a cabeça” à medida que tira os acampados de uma postura passiva, individualista e de aceitação - de apenas trabalhar para pagar o aluguel - e os situa de forma ativa e coletiva no sentido de que é possível ter mais conquistas, mais direitos, e que a vida não é só trabalhar para pagar aluguel e comer.

Os acampados afirmam que não sabem o que teria sido de suas vidas se não fosse a Ocupação. A sem-teto “A.T.”, de 29 anos, mãe de três filhos, desempregada, chegou a morar 15 dias na rua com as crianças e o marido. Nesse período, alternava as noites acordada com o marido, para que pudessem tomar conta dos filhos enquanto dormiam. No dia em que chegou na Ocupação, mesmo após o fechamento da mesma para recebimento de novos acampados, foi acolhida em virtude da precariedade de sua realidade, e conheceu “um pedaço do céu”, além de ter encontrado a família que achou que nunca teria. “Na Ocupação fizeram por mim o que nenhum familiar meu fez”. Já estabelecida no ambiente, propôs que a biblioteca fosse dividida em duas, para que houvesse um espaço de uso exclusivo das crianças, com brinquedos e livros infantis. “Posso ficar lá tomando conta para as outras mães poderem trabalhar com tranquilidade. É bom porque também fico cuidando dos meus filhos”.

Os acampados estão na Ocupação em busca de moradia digna. Moradia digna não foi definida, em grande parte das vezes, como um número específico de cômodos dentro de uma casa, mas sim, ainda que de maneiras distintas e com contornos particulares, como “ter um lugar para voltar depois do trabalho, é acordar de manhã e ver um teto em cima da cabeça”⁴⁷, é “empregada ou desempregada, saber que tem sua casa, que não precisará pagar o aluguel amanhã sem ter o dinheiro”⁴⁸, é “sair e saber que quando voltar seus pertences estarão a salvo”⁴⁹, é “ter uma porta para abrir”⁵⁰, é “ter a certeza de que meus filhos não vão passar por isso”.

Apenas posteriormente, e devido alguma provocação de minha parte, os acampados diziam que queriam que a moradia fosse construída no terreno que estavam ocupando, pois,

⁴⁶ Relato da acampada Adriele.

⁴⁷ Relato do acampado J.S.

⁴⁸ Relato da acampada A.P.S.C.

⁴⁹ Relato da acampada T.I.Q.

⁵⁰ Relato da acampada B.S.

toda a luta havia se desenvolvido ali, naquele território. Ademais, já havia sido criada uma relação, não só com o lugar, mas principalmente entre os próprios acampados que ali estavam. Para eles, se as moradias fossem construídas ali, todos os companheiros, ou toda a “companheirada”⁵¹, poderia ficar junta. No entanto, aceitam que se o teto tiver que ser construído em outro lugar, não haveria problema. O mais importante é conquistar a casa.

Todos afirmam que querem estar em um local servido por hospitais e postos de saúde, escolas e creches, transporte de qualidade e fácil acesso ao trabalho. A maioria, no entanto, informou não se importar em viver em regiões periféricas por já estar acostumada com tal realidade. Alguns, de forma mais veemente, disseram que querem morar em “bairro bom”, pois “não é o dinheiro que deve separar as pessoas”⁵².

2.7 “Vocês têm medo de se olhar no espelho?”⁵³ – A vizinhança

A relação dos sem-teto com a vizinhança não é das mais amistosas. A opinião dos vizinhos em relação à existência da Ocupação também não é unânime. Tanto entre os vizinhos da Vila da Associação, como entre os da Avenida Dom Jaime de Barros Câmara, onde se situam os condomínios de classe média e classe média alta⁵⁴ há aqueles que são contra e os que são a favor da causa e da Ocupação. Inegável que, em relação aos moradores da Vila a aceitação é maior, ainda que não seja total, pois há uma identificação entre as causas. Por isso mesmo a própria Vila da Associação não é bem vista pelos vizinhos dos prédios, que não gostam do “nível dos moradores e os apelidaram de moradores da favela de concreto”⁵⁵. Aqueles que são contra a Ocupação o são pelos mais diversos motivos e em diferentes graus. Porém, em geral, a insatisfação diz respeito ao fato de que o terreno é de propriedade privada, ou seja, tem dono. Por isso, invadi-lo seria uma espécie de roubo. Nesse sentido, pontuam que não são contra o acesso à moradia, mas sim contra invasões desorganizadas e ilegais.

Além disso, muitos alegam ter medo dos acampados. Isso porque, muitos fariam uso de drogas ilícitas, tanto dentro da Ocupação, como nas redondezas. Inclusive, um segurança foi

⁵¹ Os sem-teto se tratam como companheiros, assim como a militância e a liderança. “Companheirada” é uma expressão comumente usada por Andréia Barbosa, que se popularizou também entre os acampados.

⁵² Relato do acampado J.S.

⁵³ Fragmento retirado da fala de J.S., moradora da Vila da Associação.

⁵⁴ Os condomínios receberam o nome de diversos castelos, como: Castelo de Dover, Castelo de Chevalier, Castelo de Alhambra e Castelo de Windsor. Os apartamentos, em geral, possuem dois quartos, um banheiro e têm, em média 69 metros quadrados. O aluguel gira em torno de R\$ 1.200,00 mensais.

⁵⁵ Relato do morador I.D.G.

contratado por um dos condomínios para fazer a vigilância do muro que faz divisa com a Ocupação. De acordo com ele, no entanto, nunca houve nenhum tipo de perturbação partindo dos sem-teto.

Os moradores afirmam que a Ocupação é fantasma, baseados no fato de que nem sempre há acampados nos barracos, e muitos deles estão destruídos ou são muito pequenos, inviabilizando que alguém de fato fique ali dentro. Além disso, chegam a dizer que grande parte dos acampados já teria casa própria, “duas ou três”, e estariam em busca de mais uma forma de receber um “aluguelzinho”⁵⁶, além de ostentarem celulares e “carrões” “de cem mil reais para cima”⁵⁷.

Com o nascimento da Ocupação, os vizinhos da Avenida Dom Jaime de Barros Câmara criaram o Movimento Contra Invasão em São Bernardo do Campo (MCI). O MCI realizou uma manifestação no dia 16 de setembro de 2017. O grito de guerra por eles entoado era: “buscar o direito na legalidade! Ilegalidade, não!” Contam com uma página no *Facebook*⁵⁸ na qual encontra-se postagens de vídeos feitos da Ocupação a partir das janelas dos apartamentos e também com o uso de um *drone*, bem como o compartilhamento de matérias veiculadas pela mídia. Foi feita, ainda, uma contagem regressiva com os dizeres “*Keep Calm*, faltam tantos dias para os invasores fantasmínhas caírem fora”.

Os comentários das postagens têm, invariavelmente, o mesmo tom, e abusam de palavras como “bandidos”, “vândalos”, “fantasmas”, “vagabundos”, “aproveitadores”, “corja” entre outras. Além disso, incitam a violência: “tacar fogo nos vagabundos”, “5 litros de gasolina e uma caixa de fósforo e a gente resolve esse problema”, “tinha que meter pau, mas no Brasil não pode, tem o direito dos manos”, “a ordem seria matar quem invade propriedade alheia”, entre outros. Muitos afirmam que a Ocupação é patrocinada pelo PT e comemoraram a prisão do ex-presidente Lula. É comum o uso de *hashtags* como “#minhabandeirajamaisserávermelha”, “#LulaNaCadeia”, “#invasãoécrime”. Ao mesmo tempo, havia apoio ao juiz Sérgio Moro e ao então deputado federal e hoje presidente da República, Jair Bolsonaro. No entanto, no período das festas de fim de ano, algumas postagens promoveram a participação em eventos beneficentes.

⁵⁶ Relato da moradora M.L.

⁵⁷ Relato da moradora M.L.

⁵⁸ Tal página foi retirada do ar recentemente. No entanto, conseguimos ter acesso a algumas postagens quando da sua atividade. Por não termos autorização dos moradores para utilizar suas falas, as identidades serão preservadas.

A violência não ficou limitada ao ambiente virtual. Era comum que os moradores chegassem na janela para xingar os acampados e atirar objetos lá em baixo, mas também havia os que mandassem beijos e acenassem, em gestos de apoio. Segundo relatos, há moradores que queriam pendurar a camisa do MTST na janela. No entanto, a própria liderança da Ocupação desaconselhou o gesto na tentativa de evitar novos conflitos.

Na tarde de 19 de setembro de 2017, um sábado – dia de maior movimento na Ocupação e de manutenção dos barracos –, um dos moradores do prédio desferiu, sem motivo aparente, um tiro de arma de fogo que atingiu o acampado “A.S.S.” De acordo com os ocupantes, “A.S.S.” estava cavando um buraco para fossa quando foi atingido. Ao seu lado havia uma mulher grávida e algumas crianças brincando. O sem-teto foi operado e não teve maiores complicações. Um boletim de ocorrência foi feito e o atirador identificado.

A hostilidade da vizinhança também é percebida para além dos limites da Ocupação. A acampada “B.S.” relatou que foi abordada na rua por uma vizinha que afirmou que não se conformava com o fato “desse povo vindo morar em um lugar bom desses”. Na própria página do MCI, há postagens nesse sentido, afirmando que “é muito fácil invadir terreno em lugar bom. Na periferia ninguém quer”.

2.8 “Se esse país fosse justo, a gente não precisava nem estar ocupando”⁵⁹ – O fim da Ocupação não é o fim da luta

Em 2 de setembro de 2017, dia seguinte à ocupação do terreno, a proprietária MZM entrou com ação de reintegração de posse que foi distribuída para a 7ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo. O juiz Fernando de Oliveira Ladeira deferiu o pedido e autorizou a realização do despejo caso o terreno não fosse desocupado voluntariamente dentro do prazo de 72 horas. Ainda, autorizou o uso de força policial para cumprimento da decisão.

Os advogados do MTST, por sua vez, entraram com recurso da decisão e a reintegração de posse restou suspensa por decisão do relator Correia Lima. No entanto, posteriormente, decisão colegiada da 20ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), manteve a reintegração, mas vetou sua ocorrência imediata. Assim, a execução da integração ficou condicionada a realização de intervenção prévia do Grupo de Apoio às

⁵⁹ Frase dita por Guilherme Boulos na última Assembleia na Ocupação PSM de SBC.

Ordens Judiciais de Reintegração de Posse (GAORP) do TJ-SP. Participaram da reunião representantes das partes – ocupantes, líderes do MTST e seus advogados, bem como a construtora MZM e seus advogados - e representantes da administração federal, estadual e municipal.

A reunião do GAORP ocorreu no dia 11 de dezembro de 2017 e, embora a prefeitura de São Bernardo do Campo e a construtora MZM tenham defendido o despejo das famílias em 72 horas, restou acordado um prazo de 120 dias para que os acampados se retirassem do terreno.

Enquanto isso, o MTST continuou a negociar uma solução para a questão junto ao governo do Estado e a realizar atos cobrando uma solução para o caso. Restou estabelecido, também, que haveria a realização de um cadastro de todos os ocupantes junto a CDHU, e a criação de um grupo de trabalho com participação da Defensoria Pública e do Ministério Público do Estado de São Paulo, para a construção de uma solução habitacional para as famílias envolvidas.

Durante todo o processo, o prefeito de São Bernardo do Campo, Orlando Morando, não esteve na Ocupação, tampouco recebeu a liderança na prefeitura, apesar das tentativas de diálogo por parte do Movimento. No entanto, duas câmeras foram instaladas pela prefeitura em um dos prédios vizinhos para monitorar a Ocupação. Viaturas da GCM foram posicionadas nas entradas da Rua João Augusto de Souza no intuito de controlar a entrada de moradores. A GCM chegou a impedir que caminhões com doações de alimentos chegassem até a PSM.

As manifestações do prefeito ocorreram exclusivamente através da veiculação de vídeos em suas redes sociais. Em todos os vídeos, o prefeito fez questão de informar que a prefeitura, apesar de não ser parte do processo, não podendo, portanto, realizar nenhuma intervenção direta, estava acompanhando o desenrolar do caso, além de estar reunida com a Polícia Civil e Militar para garantir a segurança da população do município. Orlando Morando afirmou que era contra movimentos de invasão a terrenos de propriedade pública ou privada, e que aqueles que queriam moradia, deveriam se inscrever no programa habitacional da prefeitura que já contava com uma fila de 2.000 pessoas. Por fim, prometia que faria de tudo para manter a ordem e o cumprimento da lei na cidade⁶⁰.

⁶⁰ Tais declarações foram feitas em vídeos veiculados na página do prefeito no Facebook nos dias 12/09/2017, 03/10/2017 e 11/12/2017. Disponíveis em: <<http://www.facebook.com/orlando.morando/videos/781603905381012>>.

Após sete meses e seis dias de existência, em 8 de abril de 2018, a Ocupação PSM de SBC mudou de fase. Naquela tarde, Guilherme Boulos subiu pela última vez no palco do território da resistência para, em Assembleia, informar aos acampados que acordo firmado entre o MTST e o governo do Estado de São Paulo, garantiu ao Movimento a cessão de quatro terrenos: um em São Bernardo, dois em Mauá e um em Diadema, para a construção das moradias.

Somente após a desocupação, o prefeito Orlando Morando esteve no terreno para “dar uma satisfação aos moradores dos prédios” e informar que a área, “fruto de uma invasão oportunista” estava completamente limpa. Aproveitou, em outra visita, para agradecer ao apoio da GCM, que “não permitiu que prédios fossem depredados e que o trânsito fosse piorado” e aos moradores da Avenida Dom Jaime de Barros Câmara e da “Vila Socialista” por, mesmo tendo sido “tão prejudicados pelo transtorno, barulho e pelo fedor”, terem aturado os ocupantes. Afinal, “ninguém merece ter uma vizinhança nesse padrão”.

Com a conquista dos terrenos pelos ocupantes, a luta passa a ser pela aprovação dos projetos e pela obtenção de recursos para a construção das moradias. A intenção é que tais recursos sejam providos no bojo do programa Minha Casa Minha Vida, Entidades, Faixa 1⁶¹. O projeto das moradias será elaborado pelo próprio Movimento a partir das demandas dos acampados beneficiados. De acordo com a liderança, cada grupo de sem-teto que participa de uma ocupação, naturalmente, possui necessidades distintas e específicas. No entanto, o propósito é que sejam construídos apartamentos nos moldes do Empreendimento João Cândido, fruto do sucesso das Ocupações Chico Mendes, de 2005⁶² e João Cândido, de 2007⁶³. O condomínio, segundo consta da “Revista da Vitória”, editada pela Secretaria Nacional do MTST, tem os maiores apartamentos do programa Minha Casa Minha Vida no Brasil e são destinados às famílias que ganham menos que três salários mínimos. Possuirão áreas comuns e centro comunitário, prédios com elevador e apartamentos de dois e três dormitórios, com 39 e 56 metros quadrados, sacada e “espaço para todos”.

<<http://www.facebook.com/orlando.morando/videos/7917138667703349>>

e

<<http://www.facebook.com/orlando.morando/825452094329526>>.

⁶¹ Destinado às famílias que têm renda mensal bruta de R\$ 1.800,00, o programa pode custear até 90% do valor do imóvel. O restante é dividido em até 120 meses (10 anos), com parcela mínima de R\$ 80,00 e máxima de R\$ 270,00.

⁶² A Ocupação Chico Mendes ocorreu em um terreno de 80.000 metros quadrados situado em Taboão da Serra (SP).

⁶³ A Ocupação João Cândido ocorreu em um terreno em Itapeirica da Serra (SP).

Atualmente, embora os terrenos para a construção das moradias tenham sido prometidos pela prefeitura, os mesmos ainda estão em fase de destinação para as famílias envolvidas. Embora a intenção inicial fosse no sentido de captar recursos do Programa MCMV, faixa um, modalidade entidades, para a construção das moradias, em decorrência da mudança de governo e do próprio perfil político assumido pelo atual governo, o panorama é incerto em relação a manutenção do Programa, bem como de suas diretrizes. Sendo assim, o MTST já articula a captação de recursos com o próprio governo do Estado de SP. Enquanto isso, as famílias que estavam na Ocupação voltaram para seus locais de origem: a moradia mediante pagamento de aluguel e de favor na casa de amigos e parentes. Aqueles que não tinham para onde ir, estão abrigados em outras ocupações do MTST. Na negociação com o governo do Estado de SP, não foi feita nenhuma oferta relativa ao pagamento de aluguel social. O terreno no qual a Ocupação PSM de SBC ocorreu continua vazio e sem cumprir sua função social.

Neste segundo capítulo desta dissertação procurei traçar um perfil geral da Ocupação PSM de SBC, como foi seu início e em que fase ela se encontrava quando da finalização desta pesquisa. Para isso realizei a análise de alguns pontos principais que mais me chamaram a atenção e apresentei os principais atores envolvidos na formação do objeto de estudo.

3 A LEGITIMAÇÃO E OS COMPONENTES DO ALTO DÉFICIT HABITACIONAL URBANO

Neste terceiro capítulo trarei, em um primeiro momento, os componentes do déficit habitacional brasileiro verificados, especialmente, a partir da observação da realidade da Ocupação PSM de SBC. Na seqüência, desde a análise dos contornos assumidos, explorarei os motivos que geram a falta de moradias urbanas, bem como de que forma as duas principais políticas públicas de acesso à moradia utilizadas pelo MTST – MCMV e CDHU (presente no estado de SP) – funcionam.

A importância do capítulo se justifica porque, para que seja possível apurar o objetivo deste trabalho e aferir o eventual impacto que uma ocupação urbana⁶⁴ pode causar na disputa no e pelo espaço urbano nacional - através da viabilização do desenvolvimento de uma cidadania ativa - é preciso entender quem são os sem-teto que protagonizam esse processo. Outro ponto de elucidação essencial é o que diz respeito aos elementos que geram o déficit habitacional brasileiro e a segregação urbana, estopins que fazem do direito à moradia um motor de luta também pelo direito à cidade.

3.1 O perfil do déficit habitacional

Para traçar os contornos do déficit habitacional brasileiro me pautarei em dois perfis que, ao longo da dissertação, irão se conjugar: o dos sem-teto como um todo e o dos sem-teto da Ocupação PSM de SBC. Infiro que os sem-teto da Ocupação PSM de SBC fornecem também um retrato dos sem-teto dos centros urbanos brasileiros⁶⁵. A opção por analisar o déficit habitacional a partir dos dois pontos supracitados se dá, também, em virtude da natureza dos

⁶⁴ Parto do estudo do caso da Ocupação PSM de SBC, que considero ao longo de toda a dissertação como um arquétipo da maneira que se comportam as demais ocupações lideradas pelo Movimento. Da mesma maneira, seus ocupantes são tidos como uma espécie de retrato dos sem-teto brasileiros.

⁶⁵ Isso porque, a Ocupação PSM de SBC, além de ser uma Ocupação atual, é também uma das maiores ocupações urbanas da América Latina e se situa na periferia do principal centro urbano do país, região que ostenta o maior déficit habitacional urbano brasileiro.

dados disponíveis e que serão trabalhados. Isso porque, no que diz respeito aos sem-teto de forma ampla, farei uso de pesquisa à qual já me referi no capítulo anterior, produzida pela FJP, desenvolvida em parceria com o Ministério das Cidades, BID e PNUD, por meio do Programa/Habitar/Brasil/BID. Trata-se de levantamento de perfil eminentemente quantitativo, que é utilizado oficialmente pelo governo federal, e que visa, através da decomposição do déficit habitacional, oferecer instrumental de intervenção no espaço urbano aos governos e àqueles que, em alguma medida, interagem com as políticas habitacionais.

Por sua vez, no que diz respeito aos sem-teto da Ocupação PSM de SBC, por não ser possível que meus dados empíricos, pela forma como foram produzidos e pelo perfil que possuem, forneçam um retrato quantitativo da questão, os conjugarei com aqueles constantes de pesquisa também já referenciada no capítulo anterior, “Teto e Trabalho – Perfil e características de trabalho e moradia das famílias da Ocupação Povo Sem Medo em SBC”, produzida pelo DIEESE, em parceria com a CUT e o Friedrich Ebert Stiftung. Aqui, portanto, procuro fazer uma análise de perfil quantitativo e qualitativo. Por fim, a análise do déficit habitacional brasileiro a partir desses dois prismas revelará o perfil do sem-teto brasileiro. Afinal, a questão da moradia não deve estar limitada à termos numéricos, “a habitação urbana vai além dos números e das unidades” (MARICATO, 1991, p.43).

3.1.1. Quem são os sem-teto no Brasil?

O estudo mais recente da FJP, produzido em 2015 e publicado em 2018⁶⁶ dá conta que o déficit habitacional brasileiro é de 6,355 milhões de domicílios. No entanto, mais importante do que olhar para os números, é preciso entender quem são e pelo que passam aqueles que precisam de um teto e, tantas vezes, se sujeitam a ficar em uma ocupação como a PSM de SBC. De acordo com BOULOS (2014; p. 31) o déficit habitacional poder ser olhado a partir de dois prismas distintos: o quantitativo e o qualitativo. O primeiro corresponde ao número de famílias que não possuem moradia e o segundo corresponde ao número de famílias que moram em situação inadequada.

A partir dos dados empíricos coletados na Ocupação PSM de SBC, notadamente no que diz respeito à vizinhança, é comum verificar que o aspecto qualitativo é comumente ignorado

⁶⁶ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. **Déficit Habitacional no Brasil 2015**. Belo Horizonte: 2018. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/direi-2018/estatistica-e-informacoes/797-6-serie-estatistica-e-informacoes-deficit-habitacional-no-brasil-2015/file>>.

pelas pessoas. Poucos são os que entendem que não são sem-teto exclusivamente aqueles que moram nas ruas, embaixo de pontes e viadutos, em situação de miséria e mendicância. Daí concluírem que muitos dos ocupantes não precisam de casa e estão ali porque são aproveitadores. Situação inadequada, além de abarcar questões como carência de infraestrutura (energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário ou fossa séptica, coleta de lixo, ausência de banheiro exclusivo, cobertura inadequada e inadequação fundiária urbana), também dá conta daqueles que moram em pequenos cômodos, na casa de parentes ou que estão sob ameaça de despejo por não poderem mais pagar o aluguel. Assim, estão aí envolvidos, de forma geral, dois subgrupos: os que simplesmente não moram e os que moram em situação inadequada e atentatória à dignidade de qualquer ser humano.

Para construir o número que representa o déficit habitacional brasileiro, a FJP faz uso de metodologia específica que também considera os aspectos qualitativo e quantitativo, nos termos supramencionados. Nesse sentido, déficit habitacional está ligado à insuficiência ou deficiência de estoque de moradias, ou seja, é composto tanto pela necessidade de adequação de moradias, como pela necessidade de construção de novas moradias. Diversas são as variáveis metodológicas consideradas para a construção da pesquisa realizada. Porém, nesta dissertação, me limito a certificar que os sem-teto são, além daqueles que vivem nas ruas, os que vivem em habitações precárias (domicílios rústicos e improvisados, sem condições de serem habitados em razão da precariedade das construções ou desgaste da estrutura física); os que vivem em situação de coabitação familiar forçada; os que vivem em casas, apartamentos ou cômodos alugados com grande densidade; os que vivem em imóveis com fins não residenciais e os que possuem ônus excessivo com aluguel.

As áreas urbanas produzem 87,7% do déficit habitacional brasileiro, o que demonstra que a falta ou inadequação de moradia é uma questão que cresce e se desenvolve no cotidiano das cidades. A região com maior déficit habitacional do país é a Sudeste, com 39% do total. Em seguida, a região Nordeste, com 31%. No entanto, é nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste em que o déficit habitacional urbano ultrapassa os 90%. Nas regiões Norte e Nordeste, o déficit habitacional rural ainda é forte, de 21,8% e 26,8% respectivamente. São Paulo é o único estado em que a necessidade de novas unidades habitacionais ultrapassa um milhão de moradias e quase metade desse número está localizado na região Metropolitana, onde se situa SBC. Em seguida, Minas Gerais apresenta um déficit de 575 mil domicílios, seguido da Bahia, com 461 mil domicílios e do Rio de Janeiro, com 460 mil unidades. Outro aspecto relevante é o de que se por um lado o déficit habitacional é expressivo, por outro há um grande número de domicílios

vagos. Os dados dão conta de que há 7, 906 milhões de imóveis vagos no país, sendo 80, 3% localizados em áreas urbanas e 19, 7% em áreas rurais. Estima-se que desse total, 6, 893 milhões estejam em condições de serem habitados, enquanto 1,012 milhão estão em fase de construção ou de reforma. A própria FJP, ao se deparar com a informação, conclui:

Domicílios em condições de serem ocupados ou em reforma constituem o estoque do mercado, uma vez que representam as unidades prontas e aquelas com potencial para serem habitadas no futuro próximo. Seria essencial poder identificar a que público as unidades vagas estão direcionadas, uma vez que o déficit habitacional atinge com maior intensidade as famílias de renda mais baixa. Especula-se que muitas dessas moradias não sejam adequadas ao perfil do consumidor que realmente precisa ser atendido. (FJP; 2018)

Desses domicílios vagos com potencial para serem habitados, 38,9% estão na região Sudeste, e 32,7% na Região Nordeste. Tais informações são importantes para nortear o caminho que deve ser seguido pelas políticas públicas que visem solucionar a questão da falta de moradia.

De forma geral, os sem-teto brasileiros estão em tal condição porque 50%, ou seja, metade, não consegue pagar o aluguel; 29,9% vive em coabitação familiar forçada, 14,8% vive em habitações precárias e 5,2% vive em situação de adensamento excessivo em domicílios alugados. O ônus com o aluguel atinge com maior força as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. A impossibilidade de pagar o aluguel é, portanto, um fator eminentemente urbano. A região Sudeste concentra 61,4% das famílias urbanas que comprometem a maior parte da renda com o aluguel. Por ser um indicador que reflete a dificuldade do mercado imobiliário de se adequar ao perfil de demanda da população, espera-se que tenha maior peso nos grandes centros urbanos.

3.1.2 Quem são os sem-teto da Ocupação Povo Sem Medo?

A pesquisa produzida pelo DIEESE que trata exclusivamente da Ocupação PSM de SBC adota metodologia distinta da pesquisa da FJP e, mais do que decompor o déficit habitacional a partir da análise das condições da moradia em si, volta os olhos, em certa medida, para as características pessoais dos sem-teto. Até mesmo pelas distintas intenções de estudo e metodologias utilizadas, enquanto eu me preocupei em ouvir os ocupantes e suas vivências e opiniões pessoais, a pesquisa do DIEESE buscou, lançando mão de um questionário fechado, números que apontam para as características pessoais dos acampados. Portanto, o perfil dos

sem-teto da Ocupação PSM de SBC que será aqui traçado abordará aspectos quantitativos e qualitativos.

Um primeiro dado é o de que 53,4% dos Ocupantes são mulheres, enquanto 46,6% são homens. Nas entrevistas que realizei, ficou claro que além de estarem presentes em maior número, são as mulheres, na maioria dos casos, que tomam a iniciativa de levar a família para Ocupação, ou mesmo são elas que vão sozinhas, lutar pela moradia, deixando os filhos na casa de parentes ou levando-os consigo para o ambiente da Ocupação. A presença da mulher na luta por moradia no Brasil não é recente. A própria “Vila da Associação”, localizada na rua que dá acesso à Ocupação foi construída, em grande medida, pelo esforço das mulheres. Como era preciso que os associados participantes do mutirão para construção das casas populares “batessem ponto”, enquanto os homens iam trabalhar, eram as mulheres que iam para a luta construir as casas. Além disso, de acordo com os relatos por mim ouvidos, a própria iniciativa de lutar por uma moradia melhor foi das mulheres.

Eu acho que muitas mulheres aqui no mutirão trabalharam mais do que os homens, porque muitos maridos trabalhavam de segunda a sábado e no domingo eles queriam descansar. Então, as mulheres vinham trabalhar durante a semana pra cumprir as horas. (C.; maio de 1988)

A idade dos ocupantes é variada. Há desde bebês até pessoas de 89 anos. Entre os homens, a faixa etária predominante é a de 25 a 29 anos, e entre as mulheres de 15 a 19 anos, mas há um número expressivo de ocupantes em praticamente todas as faixas etárias, principalmente de 20 a 44 anos para os homens, e de 15 a 44 anos para as mulheres. De fato, quando estive na Ocupação, era comum ver pessoas com família já formada que buscavam uma moradia, mas também era comum ver idosos que estavam acompanhando os filhos e jovens que buscavam ter sua primeira casa própria:

Nossos pais têm, mas eles sofreram para ter o que tem hoje. Hoje nós luta por uma vida melhor, entendeu? Eu luto assim. Eu não tenho filho, mas futuramente eu posso ter. Então, eu já to garantindo o futuro dos meus filhos. Futuro meu também, um futuro digno. Porque, querendo ou não, morar na casa dos pais a gente leva desaforo, e morando no que é nosso a gente não leva desaforo. Nós ta no que é nosso, debaixo do nosso teto. Então, é isso que muitas pessoa aqui procura. (R.S.P., acampada)

Em relação à localidade, 63% dos ocupantes são da região Sudeste, sendo 58,9% naturais do próprio estado de São Paulo; 34% são naturais da região nordeste e 2,3% das demais regiões do país. De fato, das pessoas que entrevistei, a maioria é do próprio estado de São Paulo e originalmente periférica, proveniente dos municípios de SBC, Santo André, Diadema e Guarulhos. Apenas um dos ocupantes ouvidos por mim era de fora de São Paulo, do estado do

Paraná. A justificativa dada para terem saído de suas cidades e estarem em uma Ocupação em SBC é no sentido de que precisavam de uma moradia o mais rápido possível. Se a luta ocorria em SBC, era para lá que eles iriam. Nesse sentido, todos os ocupantes ouvidos disseram não se importar se o terreno para a construção das moradias seria aquele que estava sendo ocupado ou outro. Quando provocados, diziam que seria bom se o terreno ocupado fosse o local destinado para a construção das moradias, menos pela localidade, e mais porque ali seria possível que todas as famílias ficassem juntas:

Tipo assim, nós queremos a moradia, né, mas acho que seria muito importante pra nós se fosse aqui, então seria melhor que ela fosse aqui, nossos imóveis fosse por aqui mesmo, seria muito bom pra nós. (E.G., acampada)

As famílias, em média, possuíam, 2,9 pessoas, sendo 30,4% com duas pessoas, 21,8% com três pessoas e 18% com uma pessoa. Outro dado que chama atenção e também acaba dizendo respeito ao papel que as mulheres exercem é que, apesar de a referência familiar das famílias ser, em 52,3% dos casos homens, e em 47,7% mulheres, 21,3% das famílias monoparentais têm as mulheres como chefes, e 31,8% das famílias em geral, possuem uma mulher como chefe de família.

A Ocupação conta também com 13% de acampados portadores de alguma deficiência e com 3% de pessoas que necessitam de cuidados constantes de saúde por sofrerem de câncer, deficiências congênitas ou adquiridas, transtornos, doenças mentais, doenças metabólicas e autoimunes, epilepsia e problemas cardíacos. Pessoalmente, entrevistei uma acampada que sofre de diabetes, colesterol, pressão alta, desvio de coluna e artrose e a mãe de uma ocupante portadora de deficiência. A menina estava sentada ao meu lado na cadeira de rodas durante a entrevista e parecia apresentar problemas de ordem mental.

Dos acampados com os quais conversei os motivos apresentados para estarem na Ocupação são, com mais frequência, o alto valor do aluguel. De acordo com M.C, “paga aluguel é complicado, porque eu pago R\$ 550,00 reais de aluguel, pago luz, moro em dois cômodo e muitas das vezes falta até o pão dos nossos filhos”. O valor médio gasto com aluguel pelos acampados da Ocupação é de R\$ 556, 97. O segundo motivo apresentado é a insatisfação com a moradia de favor em cômodos na casa de parentes:

Eu morava em Diadema, eu sou mãe de quatro filhos e eu morava lá. Porém, eu moro numa casa, é, a minha mãe cedeu um cômodo pra gente. Porém, a gente vive em conflito, coisa de família, né? Porque meu irmão vive me dizendo que se o cômodo

tivesse desocupado minha mãe taria alugando pra ajudar na renda dela. (R.M., coordenadora)

Alguns acampados estão na luta sozinhos, pois são jovens, moram com os pais e almejam conquistar a casa própria, desejo que, devido a renda, nível de escolaridade e situação de desemprego, não seria alcançado por outro meio senão a participação na Ocupação, como é o caso de “A.P”, “eu morava com minha mãe, meu irmão e o marido da minha mãe, numa casa própria dela. Agora eu to aqui direto e sozinho pra conquistar a minha casa”. Há, ainda, pais que estão na Ocupação para conseguir a casa para os filhos, como “I.G.S.” que tem um filho de outro casamento e quer colocar o apartamento conquistado no nome dele, para “ele não passar o que eu passei, que é pagar aluguel e ter uma vida melhor do que a minha”. Há também ocupantes que não têm onde morar, como é o caso de A.M., que estava com os filhos e o marido em situação de rua e alternava as noites sem dormir com o marido enquanto os filhos dormiam.

De acordo com a pesquisa do DIESSE, 69,3% dos ocupantes são provenientes de casas alugadas, 21,5% de casas cedidas, 207 famílias residem em moradias irregulares, 193 famílias residem em outras ocupações⁶⁷, 78 famílias possuem casas financiadas, mas não conseguem pagar e 39 famílias estavam em situação de rua.

Em relação ao acesso aos serviços públicos urbanos, 92,2% dos domicílios anteriores tinham acesso à rede elétrica regular, 94,3% ao abastecimento de água, 91,1% à rede de esgoto e 91,8% ao serviço de limpeza público de coleta de lixo em sua própria residência.

A maioria dos ocupantes que entrevistei encontrava-se em situação recente de desemprego e muitos passaram a trabalhar fazendo bicos. A taxa de desemprego da Ocupação é de 41,8%. Dos que trabalham, o rendimento médio é de R\$ 1.137,80, sendo que 50,1% são do setor de serviço, e 23,8% trabalham no setor industrial. Por fim, 20,6% dos ocupantes possui ensino fundamental completo, 39,1% possui ensino médio completo e 2,4% ensino superior completo.

Considerando que São Paulo é o estado brasileiro que concentra o maior déficit habitacional do país, principalmente em sua região metropolitana, onde fica localizada a cidade de SBC, é possível inferir que é razoável traçar o perfil de quem são os sem-teto no Brasil a

⁶⁷ Acredito que as famílias que residem em outras ocupações são aquelas que, ao conhecerem o MTST por meio dessas outras ocupações, resolveram se engajar no Movimento e estão, temporariamente, na Ocupação PSM para ajudar na manutenção e na organização.

partir dos dados coletados por nós na Ocupação PSM, uma vez que a mesma contou com a participação de 12.123 heterogêneas famílias de sem-teto, e 33.883 pessoas.

3.2 O que é o direito de acesso à moradia?

De acordo com os próprios acampados, acesso à moradia não basta. É preciso que a moradia seja digna, e moradia digna é: não ter que andar “10 minutos pra pegar um ônibus, é ter posto de saúde próximo, escola próxima. É um lugar, não favela, a gente não quer favela, a gente quer morar com dignidade”⁶⁸. É “você ter lugar pra dormir, pra chamar de seu, porque quando você paga um aluguel, o dono pode chegar no outro dia e falar: você pode sair da minha casa? (...) é poder dormir sem me preocupar com o aluguel de amanhã”⁶⁹. É o cumprimento de um direito de “nós termos próximos as regiões uma escola, um posto de saúde e o que suporta nossos direitos”⁷⁰. “É um direito, né? Por lei que eu saiba e já vi. Por lei o governo teria que dar esse acesso mais fácil pra quem não tem muitas condições, porque o salário mesmo, ou você paga o aluguel, ou você come”⁷¹. “É poder sair pra trabalhar e saber que quando eu voltar os meus filhos vão estar bem”⁷². “Seria eu ter condições de pagar minha própria residência, querendo pelo menos deixar um futuro pra minha filha, né?”⁷³. “Não é algo de luxo, eu quero apenas um lugar pra morar (...) da forma que vim vai ser bem-vindo, eu vou aceitar e ficar muito feliz de ter meu lar e meu cantinho”⁷⁴. “É paz, né? A gente levantar no nosso apartamento, viver dignamente, ter paz, respeito ao próximo, diálogo, tudo. Viver uma vida normal como todos”⁷⁵. “É poder tirar do meu coração aquela insegurança, será que quando eu chegar em casa meus móveis estarão dentro ou fora do local aonde eu moro?”⁷⁶. “É uma casinha que meu filho possa ter o quartinho dele, eu tenha um espaço com a minha esposa, minha cozinha, simplesmente só isso”⁷⁷. “Não é só um sonho, eu acredito que seja algo maravilhoso você acordar e você ver um teto (...) saber que tem um teto, que não vai cair chuva, não vai molhar nós”⁷⁸. “Significa tudo na minha vida assim, por eu não ter tido antes”⁷⁹. “É você conseguir obter a casa diretamente,

⁶⁸ Relato de E.M.N.

⁶⁹ Relato de A.A.S.C.

⁷⁰ Relato de M.C.

⁷¹ Relato de G.M.

⁷² Relato de R.M.

⁷³ Relato de K.H.

⁷⁴ Relato de W.B.A.

⁷⁵ Relato de C.O.S.

⁷⁶ Relato de T.I.Q.

⁷⁷ Relato de J.S.

⁷⁸ Relato de B.M.C.S.

⁷⁹ Relato de A.D.

sem ter que passar por tudo isso”⁸⁰. “Na minha visão, eu acho que nós não precisaria nem ta aqui passando por isso. Nós da periferia se mata de trabalhar, ganha um salário pouco, esse pessoal (do governo) podia raciocinar melhor isso aí pra nós”⁸¹. “É um sonho não só meu, de todos os brasileiros”⁸².

De acordo com “J.A.R.”, um dos líderes da Ocupação e também coordenador do MTST, o acesso à moradia no entender do Movimento não é um conceito isolado que busca a conquista de um teto e de um chão simplesmente. Moradia é poder, na mesma medida, aproveitar tudo que a cidade tem e tudo o que a cidade produz. Assim, moradia seria também lutar por um território que permita o acesso à diversos bem e direitos.

O art. 6º da Constituição Federal (CF) de 1988⁸³, prevê o direito à moradia como um dos direitos sociais. No entanto, tal direito só passou a constar expressamente do texto constitucional em 2000, após a edição da Emenda Constitucional nº 26. Além disso, a Declaração Internacional dos Direitos Humanos de 1948, da qual o Brasil é signatário reconheceu o direito à moradia adequada como um direito humano. Posteriormente, diversos tratados internacionais reafirmaram que os Estados têm obrigação de promover e proteger este direito. A CF em seu art. 21, XX⁸⁴, conferiu à União competência para instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos. Além disso, os arts. 182 e 183 da CF⁸⁵ também contemplam a política urbana. Nesse contexto, outro

⁸⁰ Relato de P.A.

⁸¹ Relato de E.G.

⁸² Relato de B.M.C.S.

⁸³ Art. 6º, CF 1988 São direitos sociais a educação, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

⁸⁴ Art. 21, CF 1988. Compete à União: XX – Instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.

⁸⁵ Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

instrumento normativo importante é a Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), que estabelece normas que regulam o uso da propriedade urbana dirigido ao bem coletivo, à segurança e ao bem-estar dos cidadãos. Assim, o art. 2º, I⁸⁶ do Estatuto da Cidade também traz o direito de acesso à moradia como uma diretriz que deve guiar as políticas de desenvolvimento urbano, notadamente das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Por força constitucional, os municípios têm obrigação de executar a política urbana, e o principal instrumento legislativo utilizado é o Plano Diretor. Especificamente no caso de SBC, no que diz respeito ao direito à moradia, o art. 6º⁸⁷ da Lei nº 6.184/2011, Plano Diretor do município, também prevê o direito à moradia digna, e o art. 8º⁸⁸ coloca como objetivo geral da política urbano-ambiental o acesso à terra e à moradia digna.

Para Rolnik (2011; p.6), “moradia adequada não é apenas um teto e quatro paredes”, é um direito que abarca sete elementos: segurança da posse; habitabilidade; disponibilidade de serviços; infraestrutura e equipamentos públicos; localização adequada; adequação cultural; não discriminação e priorização de grupos vulneráveis; e custo acessível. Assim, se todos esses pontos fossem considerados para fins de cálculo de déficit habitacional, os indicadores apresentados seriam ainda maiores.

Apoiada nos relatos dos acampados da Ocupação PSM de SBC, é possível identificar que muitos dos elementos até aqui expostos e considerados como formadores de um conceito de acesso à moradia digna estão presentes, também, em seus anseios e discursos, em maior ou em menor medida. A ideia de (in)segurança da posse (ROLNIK; 2011; 2015) pode ser identificada nas afirmações que entendem que acesso à moradia digna e moradia ideal é não ter o constante medo de chegar em casa após o trabalho e encontrar os pertences na rua, ou de não precisar mais pagar aluguel sem saber se no dia seguinte vai ser possível continuar honrando o

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

⁸⁶ Lei nº 10.257/2001. Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: I – garantia do direito à cidades sustentáveis, entendido como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.

⁸⁷ Lei municipal nº 6.184/2011. Art. 6º A função social da cidade corresponde ao direito à cidade como direito difuso dos habitantes do Município de São Bernardo do Campo e tem como componentes, de acordo com o inciso I do art. 2º do Estatuto da Cidade: I – o direito à moradia digna.

⁸⁸ Lei municipal nº 6.184/2011. Art. 8º Constituem objetivos gerais da política urbano-ambiental: VI – garantir o acesso à terra e à moradia digna, como fator de inclusão social.

compromisso. Trata-se de um fator importante, considerando que no âmbito da Ocupação PSM, 69,3% dos ocupantes são provenientes de casas alugadas. Além disso, 50% dos sem-teto brasileiros não conseguem pagar aluguel. O requisito da habitabilidade (ROLNIK; 2011), ainda que de maneira não tão aprofundada, aparece quando os acampados afirmam querer ter um teto em cima da cabeça para se protegerem da chuva e do sol, quando afirmam que querem ter paz e até mesmo quando esboçam que não esperam luxo, mas esperam o mínimo: dois quartos, um banheiro, uma sala e uma cozinha. A infraestrutura aparece nos discursos que reclamam que a moradia ideal deve estar próxima de escolas, creches, postos de saúde e transporte público.⁸⁹ Em relação à localização adequada (ROLNIK; 2011), a maioria dos ocupantes apenas se referiu a ela quando a pergunta era direcionada, ou seja, quando questionado se a moradia tinha que ser naquele terreno e o porquê, e se deveria ser em local tivesse oferta de empregos e demais serviços. Nesse caso, as respostas eram no sentido de que o ideal é que a moradia fosse, sim, no terreno ocupado, pois já havia um costume e até mesmo seria possível que todos ficassem juntos em um grande condomínio. Entretanto, todos disseram que mais importante do que a localização, era ter um teto. Tais afirmações demonstram que embora os acampados tenham uma visão ampla de acesso à moradia, nem todos os elementos que aqui são elencados são, de fato, por eles considerados essenciais em um primeiro momento. Assim, há, de maneira geral, a consciência de que estar próximo ao centro da cidade é um elemento importante, mas não é prioritário. Ainda que em menor número, alguns acampados, até então, não parecem realizar que a existência das periferias urbanas é uma forma de segregação e dizem não se importarem em morar nas periferias. A adequação cultural (ROLNIK; 2011) não é requisito citado, no sentido que nenhum dos ocupantes por mim ouvidos fez menção ao fato de que a forma de construir a moradia e os materiais utilizados na construção das mesmas devem respeitar a identidade e a diversidade cultural dos moradores. Da mesma forma, não foi feita menção a não discriminação e priorização de grupos vulneráveis (ROLNIK; 2011). No entanto, é possível perceber, a partir da fala dos ocupantes e até mesmo da heterogeneidade existente entre eles, que há um espírito de coletividade e que dentro da Ocupação não reverbera um juízo discriminatório. Pelo contrário, há combate à violência doméstica e relatos de mulheres que afirmam que antes, quando em casa, apanhavam dos maridos e companheiros e eram inseguras, mas que agora, dentro da Ocupação, se sentem protegidas e mais conscientes do importante

⁸⁹ Embora nenhum acampado tenha feito menção expressa aos outros elementos componentes da infraestrutura, como conexão à rede de água, saneamento básico, gás, energia elétrica e coleta de lixo, acredito, pelo contexto das respostas e até mesmo pela postura dos acampados, que eles acreditem que tal necessidade é óbvia e, por isso, não precisa ser expressa.

papel que devem desempenhar na sociedade. Além disso, há pessoas identificadas com a comunidade LGBT⁹⁰ no ambiente da Ocupação, bem como pessoas portadoras de deficiências e idosos⁹¹. Por fim, o custo acessível da moradia (ROLNIK; 2011), também parece ser elemento conhecido pelos acampados, uma vez que fizeram menção ao fato de que não queriam nada de graça, mas sim pagar pela moradia um preço que fosse justo e compatível com seus ganhos.

Nesse sentido, é possível perceber que o direito à moradia, ao contrário do que pode parecer em um primeiro momento, vai muito além da imagem simbólica da casa em si. Ele traz consigo aspectos sociais e culturais que estão intrinsecamente ligados a forma de desenvolvimento das cidades e aos processos de urbanização, e funciona como ponto de partida que dá acesso a outros direitos. De acordo com Maricato (1997), as cidades são um produto resultante das relações sociais e, dessa forma, acabam por espelhar a realidade social e econômica do país. Por isso, a própria ideia de moradia só pode ser considerada dentro de um contexto de direito à cidade, pois quando na sua forma urbana não pode ser pensada de maneira isolada do ambiente da cidade.

3.3 Quem produz o déficit habitacional?

O crescimento urbano brasileiro se deu paralelamente ao crescimento industrial e as cidades passaram a ser o local de produção. Imigrantes, escravos libertos e trabalhadores constituíram a massa urbana nacional. O desenvolvimento urbano gerou necessidade de moradia propriamente dita, transporte e outros serviços que fazem parte do que é conhecido como direito à cidade. No entanto, com a precariedade das moradias das classes sociais mais pobres, a habitação passa a ser uma das principais demandas da sociedade capitalista industrial. Com o desenvolvimento de uma mentalidade republicana que procurava ser moderna e não mais escravista, as reformas urbanas se tornaram necessárias para que os capitais externos fossem atraídos. As obras “conjugaram saneamento com embelezamento e segregação territorial” (MARICATO; 1991; p.29). Sendo assim, pobres e negros foram afastados das áreas centrais, em um processo de gentrificação (SMITH; 2018).

⁹⁰ Embora haja siglas mais completas a serem utilizadas e que abarcam um número maior de pessoas, optei pela utilização da sigla LGBT (Lésbicas, gays, bissexuais, travestir e transexuais) – que foi aprovada no Brasil em 2008 em uma conferência nacional para debater os direitos humanos e as políticas públicas de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transsexuais – porque dentro da Ocupação só verifiquei a presença de pessoas identificadas com as supracitadas identidades.

⁹¹ Acredito que os sem-teto não consigam vislumbrar tal elemento de maneira direta como um requisito da moradia ideal, mas considerem que seja algo importante se confrontados com sua existência.

O embelezamento consistia em dar a essas áreas um tratamento estético e paisagístico que pressupunha a inexistência da pobreza. A solução do problema de moradia da massa trabalhadora pobre, entretanto, não fazia parte desses projetos de reforma urbana. (MARICATO; 1997; p.29)

Tal processo foi uma constante no regime de urbanização de todas as grandes cidades brasileiras. No entanto, São Paulo pode ser entendida, assim como a Ocupação PSM de SBC, como um caso paradigmático. De acordo com ROLNIK (2017), enquanto nos bairros populares havia alta densidade populacional, pouca infraestrutura urbana, que se resumia praticamente ao bonde, e a mistura entre o trabalho e a moradia dos pobres se dava de maneira desregrada, a ordem urbanística fazia da região central um local destinado apenas às elites.

A partir da política urbanística de segregação social, as edificações urbanas passaram a ser vistas como verdadeiras mercadorias. De acordo com Maricato (1997), o fator essencial para que alguém pudesse ter acesso a tal mercadoria era a propriedade privada da terra. Em um segundo momento, a própria legislação urbana teria papel fundamental ao passo que estruturaria e legitimaria as ações do mercado imobiliário. Ainda, os investimentos públicos voltados para as áreas urbanas coroarão o processo: infraestrutura nas áreas centrais favoreceriam os proprietários dessas regiões. O nascente capital imobiliário brasileiro, ao perceber tal dinâmica, passa, a partir do poder econômico, a controlar os recursos e investimentos públicos, direcionando-os para as áreas mais promissoras das cidades, ou seja, nas quais se localizam as classes sociais mais abastadas capazes de assumir o papel de mercado consumidor. Ao mesmo tempo, as empreiteiras começam a ocupar lugares que antes eram de profissionais autônomos na construção das obras urbanas coletivas. Acrescento, ainda, a própria atuação do poder judiciário e dos representantes do poder executivo que, muitas vezes, por meio de suas escolhas políticas, atuações e decisões judiciais acabam por legitimar todo o processo. Do outro lado, a classe mais pobre, agora isolada da região central das cidades sofre com a falta de estrutura e com a falta de acesso à moradia:

Inicia-se uma articulação pela qual passarão, nas próximas décadas, as mais importantes decisões sobre a produção do espaço urbano. Ela vincula os proprietários de terra e imóveis, capitais imobiliários, construtoras, parlamentares e governantes e as concessionárias de serviços públicos, controlados por capital estrangeiro. (MARICATO; 1997; p.31)

Hoje os empreendimentos imobiliários e a especulação imobiliária no Brasil só crescem. O aumento do crédito na forma de financiamentos traz lucros para o capitalista imobiliário, mas endivida os trabalhadores que, sem poder honrar a dívida, tornam-se sem-teto. Está em curso, e em estágio avançado, um verdadeiro processo de financeirização da moradia (ROLNIK, 2015,

p.13). Vivemos em um cenário de concentração de empresas imobiliárias em poucas mãos. Assim, poucas e gigantes empresas concentram a propriedade de grandes áreas urbanas nas cidades, o que se traduz em mais poder – econômico e político - e força especulativa. Além disso, abre-se um cenário no qual os empreiteiros passam a financiar as campanhas eleitorais e os políticos, como pagamento, concedem aos empreiteiros a realização de obras por valores superfaturados entre outros favores que agravam o processo de gentrificação, como a elaboração de leis que regulam o uso do solo urbano para beneficiá-los. De acordo com Boulos (2015; p.60) “um terreno destinado para moradia popular vira, do dia pra noite, área comercial ou residencial de alto padrão, conforme o interesse em jogo”.

Nesse contexto, alguns fatores passaram a dar o tom no desenvolvimento urbano das cidades e a ampliar e legitimar a produção dos sem-teto: o investimento público, a mercantilização das cidades, a legislação nacional - notadamente a urbanística -, o próprio poder judiciário e as políticas públicas de acesso à moradia implementadas e geridas pelo executivo, que minimizam, mas não solucionam o problema. Pelo contrário, acabam servindo aos interesses do mercado imobiliário. De acordo com Rolnik (2015; p.15), a tendência é cada vez mais a criação de urbanos “sem lugar”, “em novos processos de subjetivação estruturados pela lógica do endividamento, além de ter ampliado significativamente a segregação nas cidades”.

A partir da Ocupação PSM de SBC é possível verificar a presença de alguns desses fatores de forma bem delineada. O terreno no qual a Ocupação se situa pertence a uma construtora, representante do capital imobiliário que obtém lucro com a produção do espaço, ou seja, precisa que o entorno do terreno esteja o mais estruturado possível para que possa, a partir da construção de empreendimentos imobiliários, atrair mais lucro (HARVEY, 1982). Não parece ser à toa que tal terreno encontra-se há 40 anos desocupado, sem serventia para a sociedade e possui uma dívida de IPTU estimada em 500 milhões de reais.

Tanto Locke (1994), quanto Las Casas (1995) defendem que mais do que propriedade, a terra corresponderia a um direito de uso, de cultivo e de domínio, que não deveria ser maior do que a capacidade de uso. No entanto, de acordo com Marés (2003; p.182) “a modernidade capitalista transformou a terra em mercadoria quando a fez propriedade privada individual e transferível a quem não a usa”. A CF, em seu artigo 5º, XXII ⁹² garante o direito de propriedade

⁹² Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XXII – é garantido o direito de propriedade; XXIII – a propriedade atenderá a sua função social; XXIV – a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade

privada. No entanto, nos termos do inciso seguinte do mesmo artigo, em uma tentativa de romper com a visão eminentemente liberal de terra como “mercadoria sem qualquer restrição ética” (MARÉS; 2003; p.185) o exercício de tal direito fica condicionado ao exercício de um dever: que o proprietário de à sua terra função social. A função social da propriedade é, também, um dos princípios da ordem econômica, nos termos do art. 170 da CF⁹³. Assim, a propriedade perde seu caráter absoluto⁹⁴.

A palavra mágica para essa intervenção estatal não era, por certo, a que traria de volta o império do uso em detrimento da propriedade, o que seria perigoso ao capital, mas usar um eufemismo, que mantivesse a propriedade incólume e o uso como um direito. O eufemismo mágico foi produtividade. (MARÉS; 2003; p.187)

De acordo com o art. 182, § 2º da CF, a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor. Nos termos do § 2º do mesmo artigo, é facultado ao poder público municipal exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que o aproveite de maneira adequada, cabendo as sanções de parcelamento por edificação compulsória, de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo ou desapropriação mediante pagamento com títulos da dívida pública pelo valor real da indenização e os juros legais⁹⁵. A lei nº 10.257/2001, que regulamenta os arts. 183 e 184 da CF e estabelece diretrizes gerais da política urbana, em seu art. 5º ⁹⁶, define que o imóvel subutilizado é aquele cujo aproveitamento seja inferior ao mínimo definido no plano diretor ou legislação dele decorrente.

pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição.

⁹³ Art. 170 – A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: III – função social da propriedade.

⁹⁴ De acordo com Marés (2003), a perda do caráter absoluto da propriedade como consequência da presença de um Estado intervencionista se deu, justamente, como tentativa de manutenção do capitalismo já que o caráter absoluto da propriedade seria uma das falhas do capitalismo e geraria tantas e tão profundas divisões internas responsáveis por grandes comoções.

⁹⁵ Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar dos seus habitantes. §2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor; §4º É facultado ao Poder Público municipal mediante lei específica para a área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente de: I – parcelamento ou edificação compulsórios; II – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; III – desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovado pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

⁹⁶ Lei 10.257/2001. Art. 2º. A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: VI – ordenação e controle do uso do solo de forma a evitar: e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização.

Ainda, o art. 2º, VI, “e”⁹⁷ da mesma lei, traz como diretriz da política urbana a ordenação e controle do uso do solo de forma a evitar o uso do solo urbano para fins de especulação imobiliária que resulte na sua subutilização ou não utilização, ou seja, no não cumprimento da função social.

O plano diretor do município de SBC tem como um de seus princípios fundamentais a função social da propriedade imobiliária urbana⁹⁸. A propriedade imobiliária urbana cumprirá sua função social quando for utilizada para fins de habitação, atividades econômicas, geradoras de emprego e renda, proteção do meio ambiente e preservação do patrimônio cultural e as propriedades imóveis não edificadas, não utilizadas ou subutilizadas, não cumprem a função social da propriedade⁹⁹. Induzir a adequada utilização dos imóveis ociosos, mediante aplicação de instrumentos urbanísticos que façam cumprir a função social da propriedade é também um dos objetivos gerais da política urbano-ambiental¹⁰⁰. Segundo relatos de vizinhos da Ocupação PSM, o terreno de propriedade da construtora MZM tinha alguns eucaliptos plantados que, há mais ou menos cinco anos, foram derrubados pela própria construtora. Desde então, o terreno vem sendo utilizado esporadicamente e sem que haja cobrança pelas vagas, como estacionamento de eventos promovidos pela prefeitura no CENFORPE. Além disso, há relatos de que a construtora realiza a limpeza do terreno, inclusive fazendo o uso de máquinas de grande porte. Para alguns dos vizinhos ouvidos, tais fatos demonstram que a função social da propriedade está sendo cumprida, o que reforçaria o argumento de que a Ocupação seria, na realidade, uma invasão da propriedade privada alheia. No entanto, tais fatos não significam o cumprimento da função social da propriedade, nos termos do próprio plano diretor de SBC, que, inclusive, prevê a possibilidade de que haja parcelamento, edificação ou utilização compulsórios do solo urbano não utilizado ou subutilizado¹⁰¹. Além disso, não estão previstas

⁹⁷ Art. 5º. Lei municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação. § 1º Considera-se subutilizado o imóvel: I – cujo aproveitamento seja inferior ao mínimo definido no plano diretor ou em legislação dele decorrente.

⁹⁸ Lei municipal nº 6.184/2011. Art. 4º São princípios fundamentais norteadores do Plano Diretor: III – a função social da propriedade imobiliária urbana.

⁹⁹ Lei municipal nº 6.184/2011. Art. 7º A propriedade imobiliária cumprirá a sua função social, quando, respeitadas as funções sociais da cidade, for utilizada para: I – habitação; II – atividades econômicas, geradoras de emprego e renda; III – proteção do meio ambiente; IV – preservação do patrimônio cultural. Parágrafo único. Não cumprem a função social da propriedade os imóveis não edificados, não utilizados ou subutilizados, conforme definido no art. 60 desta Lei.

¹⁰⁰ Lei municipal nº 6.184/2011. Art. 8º Constituem objetivos gerais da política urbano-ambiental. Inciso IV – induzir à adequada utilização dos imóveis ociosos, mediante aplicação de instrumentos urbanísticos que façam cumprir a função social da propriedade.

¹⁰¹ Lei municipal nº 6.184/2011. Art. 60. São passíveis de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, nos termos do art. 182, da Constituição Federal, e dos arts. 5º e 6º, da Lei Federal nº 10.257 de julho de 2001, o solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado localizado na Macrozona Urbana Consolidada – MUC,

nenhuma das situações trazidas no art. 61 do mesmo Plano Diretor que são excludentes da necessidade de parcelamento, edificação ou utilização do solo urbano¹⁰². Há, ainda, a previsão de cobrança de IPTU progressivo no tempo, bem como desapropriação em caso de descumprimento da função social¹⁰³. No entanto, nenhuma das atitudes previstas em lei foram executadas por parte da prefeitura do município.

Ao tolerar que um terreno de tamanho tão expressivo de propriedade de uma construtora, que há 40 anos não cumpre função social e que possui uma grande dívida de IPTU, seja mantido em tais condições sem que nenhuma das ações previstas na legislação seja tomada, o poder público acaba por eleger um lado: o do mercado imobiliário. De acordo com os relatos da vizinhança, dos ocupantes, da militância e lideranças do MTST, o prefeito da cidade, Orlando Morando, nunca esteve na Ocupação, tampouco aceitou falar com seus líderes. Duas marchas foram feitas até a prefeitura da cidade. Em uma das ocasiões, o prefeito teria saído pelos fundos do prédio da prefeitura para não ter que encontrar com os acampados. O argumento oferecido pelo prefeito em suas redes sociais e reverberado pela vizinhança é que por se tratar de um terreno privado, a prefeitura não pode imiscuir-se na questão. No entanto, a mesma prefeitura que reivindica isenção, participou das reuniões do GAORP e assumiu, em todos os momentos, postura contrária a existência da Ocupação. A única atitude da prefeitura em relação à Ocupação foi no sentido de criminalizá-la, deslocando agentes da GCM para fazer o controle da entrada

inclusive a ZIES 2situadas nesta Macrozona. § 1º Considera-se solo urbano não edificado os terrenos e glebas com área igual ou superior a 1.000m² (mil metros quadrados), sendo o coeficiente de aproveitamento utilizado igual a zero. § 2º Os terrenos e glebas com área igual ou superior a 1.000m² (mil metros quadrados), que não atingem o coeficiente de aproveitamento mínimo de 0,20 são considerados solo urbano subutilizado. § 3º Constituem solo urbano não utilizado as edificações que não se encontrem na posse de terceiros ou do proprietário, há mais de 3 (três) anos.

¹⁰² Lei municipal nº 6.184/2011. Art. 61. Ficam excluídos da obrigação estabelecida no art. 60 desta Lei, os imóveis que não exijam edificação para exercer suas finalidades, tais como as seguintes atividades econômicas: I – estações aduaneiras; II – terminais de logística; III – transportadoras e garagem de veículos de transporte de passageiros; IV – depósitos de material de construção a céu aberto; V – terreno ou gleba veiculado à oferta de vagas de estacionamento de outra atividade econômica no entorno, nos limites estabelecidos pelo órgão municipal de circulação e trânsito quando do licenciamento; VI – pátios de manobra e estacionamento de empresas de transporte; VII – pátios descobertos de deposição ou manobra de containeres, quando inerentes à atividade econômica licenciada para o imóvel; VIII – linhas de transmissão de energia ou dados, trilhos e assemelhados, quando operados por concessionárias ou permissionárias de serviços públicos ou característicos da atividade econômica licenciada para o imóvel; IX – equipamentos industriais como fornos, tanques de combustíveis, dutos e assemelhados, quando inerentes à atividade econômica licenciada para o imóvel; X – quadras, piscinas e outras áreas de lazer descoberta, quando constituírem a atividade econômica licenciada para o imóvel; XI - fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto, artefatos de cimento e preparação de massa de concreto e argamassa para o uso na construção civil; XII – estação ou equipamentos de captação, tratamento e distribuição de água e esgoto; XIII – terrenos sujeitos à inundações. Parágrafo único. Ficam igualmente excluídos da obrigação estabelecida no art. 60, desta Lei, os terrenos ou lotes: I – ocupados por clubes ou associação de classe; II – que estejam exercendo função ambiental essencial, atestada pelo órgão de gestão ambiental do Município; III – de interesse ou patrimônio cultural, tombados, provisória ou definitivamente, por órgão competente.

de pessoas nas ruas que dão acesso a Ocupação. Entretanto, após a desocupação do terreno o prefeito Orlando Morando postou vídeos em suas redes sociais, filmados dentro da propriedade, informando que a situação já estava normalizada, como se agora a prefeitura tivesse que ingerir-se na questão.

No caso da Ocupação PSM, o poder judiciário esteve diante de uma ação de Reintegração de Posse proposta pela MZM na qual era pretendida a expulsão de mais de oito mil famílias de sem-teto de um terreno que há décadas não cumpre sua função social. A decisão judicial autorizou a realização do despejo, com uso de força policial, no prazo de 72 horas caso não houvesse desocupação voluntária¹⁰⁴. Após interposição de recurso por parte dos advogados do MTST, a decisão pela reintegração foi mantida, mas ficou suspensa até a realização de reunião com o GAORP, que deu o prazo de 120 dias para que o terreno fosse desocupado. É possível perceber que o próprio poder judiciário, ao apreciar a questão e decidir no sentido de que os acampados devem “levantar acampamento”, por estarem ocupando um terreno que é privado, também se posiciona do lado do capital imobiliário e legitima a existência dos sem-teto. Afinal, duas ilegalidades restam validadas nesse processo: o não provimento do acesso à moradia e o não cumprimento da função social da propriedade com conseqüente descumprimento da Constituição Federal, do Estatuto da Cidade e do próprio Plano Diretor do município de SBC.

Tal posicionamento por parte do poder judiciário não é exclusividade da Ocupação PSM. Em 2004, na cidade de São José dos Campos, no estado de São Paulo, famílias que haviam sido despejadas de suas casas ocuparam um terreno que estava há 30 anos sem cumprir função social e que havia sido adquirido através de grilagem pela empresa Selecta S/A. No bojo de uma ação judicial de reintegração de posse provida, havia, no entanto, a exigência de que a mesma fosse cumprida sem violência. Entretanto, posteriormente e após imbróglio judicial, a reintegração de posse foi realizada com aval do Judiciário e um verdadeiro massacre humano foi promovido¹⁰⁵.

¹⁰⁴ Infelizmente, não foi possível ter acesso a íntegra do processo, bem como contato com os advogados do MTST que poderiam fornecer maiores informações sobre o mesmo.

¹⁰⁵ De acordo com Bello e Pires (2017; p. 260), “No mesmo ano de 2004, a massa falida da empresa Selecta S/A ingressou com ação de reintegração de posse, com pedido liminar, perante a 18ª Vara Cível de São Paulo, para reaver o terreno. O juiz concedeu a liminar, mas encaminhou a decisão para a Comarca de São José dos Campos, local do imóvel. A ação foi distribuída para a 6ª Vara Cível de São José dos Campos. Já em São José dos Campos, um dos integrantes da ocupação teria peticionado pedido de sobrestamento da decisão, pois a propriedade não cumpria sua função social. A ação restou suspensa pelo juiz até que a Prefeitura municipal, o Governo do Estado de São Paulo e a Presidência da República tomassem providências que garantissem que a reintegração de posse ocorreria sem violência e que os ocupantes teriam para onde ir. Posteriormente, a massa falida impetrou Mandado

Outro fato curioso é que o mesmo poder judiciário que concede decisões de reintegração de posse para que terrenos privados sejam desocupados pelos sem-teto, ignora as invasões de terra promovidas pelo capital imobiliário quando da busca por lucros. De acordo com Boulos (2015; p.78) “apenas na cidade de São Paulo, as áreas públicas invadidas ou com concessão de uso irregular para a iniciativa privada representam mais de R\$ 600 milhões de prejuízo anual para o poder público”. Em tais casos os invasores são os clubes de divertimento, *shoppings centers*, supermercados, bancos, universidades privadas e a própria Associação Paulista dos Magistrados “que está sediada numa área pública, com irregularidades na cessão de uso, no bairro nobre do Ibirapuera” (BOULOS; 2015; p.79).

Tais posicionamentos fazem com que a própria população deixe de acreditar no sistema judiciário. Todos os acampados por mim ouvidos, quando questionados sobre suas crenças nas leis, no Direito e no poder judiciário, afirmaram que preferem contar com a própria luta, uma vez que a justiça tem lado, e é o lado do mais forte, já que eles estão sendo obrigados a ocupar para conseguirem ter acesso a um direito que, formalmente, já os assiste. Para além do direito à moradia, ou a falta de sua efetivação, outros exemplos da atuação do poder judiciário quando da aplicação das leis foram apresentados e reforçam a crença de que a justiça possui um lado e não é o lado do mais pobre. Os acampados “A.M.C.” e “A.C.” têm 10 filhos. Eles viviam em Diadema em uma casa própria que pegou fogo e que havia sido conquistada a partir da luta por moradia. A casa foi interditada pela prefeitura. Diante da situação da falta de moradia, passaram a receber aluguel social no valor de R\$ 420,00 reais. No entanto, só conseguiram alugar uma casa pequena cujo aluguel custa R\$ 600,00 reais. Diante de uma denúncia e considerando que o ambiente era muito pequeno, a juíza da Comarca de Diadema teria determinado que os filhos do casal fossem recolhidos a um abrigo e, posteriormente, teria suspenso as visitas que os menores faziam ao casal nos finais de semana. Sem condições de continuar arcando com o valor

de Segurança no TJ-SP requerendo que a decisão de reintegração de posse fosse cumprida. Em tal ocasião, foi concedida a segurança. No entanto, os moradores interpuseram Agravo de Instrumento contra a decisão proferida inicialmente, que concedia a reintegração de posse. Foi concedido efeito suspensivo e restou suspensa a desocupação. Ademais, houve decisão pela competência do foro de São José dos Campos, e não o de São Paulo, para decidir a questão. O próprio Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou que a 6ª Vara de São José dos Campos era a responsável pelo processo. Em 2011, com a ocupação já consolidada, a reintegração de posse foi concedida por uma juíza da 6ª Vara de São José dos Campos, que passou a atuar no processo. A Associação Democrática por Moradia e Direitos Sociais ajuizou ação cautelar com pedido liminar na Justiça Federal contra a União, o Estado de São Paulo e o Município de São José dos Campos. A medida foi deferida em plantão judiciário e a ação foi posteriormente distribuída para a 3ª Vara Federal, que entendeu não existir interesse da União na questão. Então, a mesma Associação interpôs Agravo de Instrumento contra a tal decisão. Foi deferido efeito suspensivo para reestabelecer a decisão inicial tomada em cautelar. Em consulta realizada pela juíza da 6ª Vara Cível de São José dos Campos, o presidente do TJ-SP teria sustentado o entendimento de que não seria cabível a decisão da Justiça Federal, pois não haveria interesse da União na questão, devendo ser mantida a realização da reintegração de posse. Em 22 de janeiro de 2012, ocorreu uma ação policial para a desocupação em Pinheirinho.”

do aluguel, e sem os filhos, o casal está na Ocupação lutando por uma nova moradia. Ao mesmo tempo, a casa que possuem não é desinterditada para que possam retornar e nenhuma outra solução para a situação é oferecida pela prefeitura.

Ante ao contexto de falta de moradia causado pelos posicionamentos que, desde sempre a até hoje, se alinham ao lado do capital imobiliário, surgem as políticas de habitação. De acordo com o art. Art. 23, IX, da CF, o direito de acesso à moradia deve ser fomentado através de políticas habitacionais promovidas pela União, Estados e Municípios¹⁰⁶. No entanto, mesmo diante de uma realidade que deveria ser a de prover moradias para aqueles que delas mais necessitam, o que se percebe, em certa medida, é a consolidação de políticas que acabam, mais uma vez, servindo aos interesses do capital. Além disso, é insuficiente que novas moradias sejam construídas se os fatores que geram sua falta e que criam os sem-teto não forem igualmente minimizados. Do contrário, o que ocorre é uma mera substituição de um sem-teto por outro em um ciclo vicioso e eterno.

De acordo com Maricato (1997) no período de 1964 até 1986 cerca de quatro milhões de moradias foram providas através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH). A ideia era “transformar o trabalhador em proprietário” (BOULOS; 2015; p.37):

Não se tratou de ruptura em relação às tendências anteriores: a ideologia da casa própria se tornou absoluta, o mercado de produção de apartamentos se ampliou para atender à classe média (consolidação do capital de promoção imobiliária), os materiais de construção se diversificaram, em especial os de acabamento, o mercado de terras se ampliou graças ao crescimento do sistema viário aberto para a circulação do automóvel. A escala dos empreendimentos também mudou, implicando grande volume de recursos investidos. A segregação espacial e a exclusão social se aprofundaram. O problema da moradia se agravou. (MARICATO; 1997; p.49)

Grande parte dos recursos utilizados pelo SFH provinha do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e de recursos provenientes das cadernetas de poupança. Na verdade, praticamente não havia subsídio, mas apenas juros mais baixos do que aqueles comumente praticados pelos bancos privados. Além disso, as prestações eram elevadas. Assim, eram mais favorecidas as classes médias e as classes altas. Ao mesmo tempo, obras de infraestrutura, realizadas por empresários do capital imobiliário foram feitas em larga escala a partir do uso de tais recursos. As obras eram de qualidade duvidosa e, muitas vezes, superfaturadas, servindo a interesses corruptos. De acordo com Maricato (1997), após a extinção do Banco Nacional de

¹⁰⁶ Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: IX – promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

Habitação (BNH), ocorreram diversas irregularidades na gestão dos fundos do FGTS e os apartamentos e casas dos conjuntos habitacionais produzidos passaram a ser utilizados como presentes dados em troca de votos. As parcelas da prestação da casa própria, então, não eram pagas e, assim, o dinheiro não retornava ao fundo. Sem dinheiro para aquisição de moradia no mercado privado, sem uma política habitacional de moradia subsidiada e sem condições de pagar aluguel, uma parcela da população passou a fazer parte de um outro problema urbano brasileiro que gera a insegurança da posse, um dos componentes do déficit habitacional: a compra de terrenos irregulares, a construção de “puxadinhos” na casa de parentes, a ocupação de favelas e a invasão de terras públicas.

Apenas em 2009 uma nova política habitacional foi proposta, o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). Após a crise hipotecária e financeira de 2008, ocorrida nos Estados Unidos e que deixou o mercado imobiliário ferido, os empresários atingidos, liderados pela Gafisa e pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), foram até o governo federal na busca da implementação de um pacote habitacional:

Por meio de subsídios diretos ao comprador, o governo viabilizaria a compra de 200 mil unidades que as construtoras capitalizadas estavam preparadas para lançar no mercado – operação que estaria ameaçada pela crise se não houvesse essa intervenção estatal. Esses subsídios seriam dados na forma de aportes para os compradores finais, além de maior facilidade nos créditos hipotecários, com a introdução de um fundo garantidor dos empréstimos. (ROLNIK; 2015; p.300)

Em ocasião anterior, o governo havia adotado política de formulação de um Plano Nacional de Habitação. No entanto, quando da negociação com os empresários, a equipe responsável, até então, pela formulação de tal plano, foi deixada de fora. A proposta do pacote habitacional que virou programa habitacional era construir um milhão de casas, sendo 20% das unidades destinadas aos setores de mais baixa renda. Ainda, deveria ser criada uma nova faixa, totalmente subsidiada e por fora do crédito hipotecário, para a baixíssima renda. Os movimentos de moradia e o Fórum Nacional de Reforma Urbana, que haviam sido excluídos do processo de negociação, após mobilizações, conseguiram apresentar suas propostas, entre elas, a mais utilizada pelo MTST, a modalidade entidades.

O programa MCMV é destinado tanto para “habitação urbana” quanto para “habitação rural”. Tratarei aqui apenas do que diz respeito à “habitação urbana”. Em um primeiro momento, há quatro faixas de famílias contempladas, de acordo com a renda: Faixa 1 (financiamento de até 120 meses, com prestações mensais que variam de R\$ 80,00 a R\$ 270,00 reais, de acordo com a renda bruta familiar); Faixa 1,5 (possibilidade de aquisição de imóvel

financiado pela Caixa com taxas de juros de até 5% ao ano e até 30 anos para pagar e subsídios de até R\$ 47,5 mil reais); Faixa 2 (para famílias com renda bruta até R\$ 4 mil reais e subsídios de até R\$ 29 mil reais) e Faixa 3 (para famílias com renda bruta até R\$ 7 mil reais, com taxas de juros abaixo do mercado). Há, ainda, a modalidade “entidades”, que é aquela utilizada pelo MTST quando da aprovação de recursos para a construção de moradias que resultam das negociações que colocam fim às Ocupações realizadas pelo Movimento. Aqui o intuito é tornar a moradia acessível às famílias organizadas por meio de cooperativas habitacionais, associações de demais entidades privadas sem fins lucrativos, e é dirigido às famílias de renda mensal bruta de até R\$ 1.600,00 reais.

São várias as críticas feitas ao Programa MCMV, principalmente no que diz respeito ao fato de que, após terem sido salvas da crise e terem o valor de suas ações na Bolsa recuperados, as grandes empresas, que lançaram unidades no Programa em sua primeira fase, passaram a abandoná-lo na segunda fase, “voltando-se para seus nichos mais tradicionais do mercado” (ROLNIK; 2015; p.305). Além disso, no que diz respeito ao acesso à moradia adequada e ao direito à cidade, ao passo que o programa atribui o poder de decisão sobre a localização e o projeto das moradias para os agentes privados, o fator que acaba sendo determinante na realização de tais escolhas é o financeiro. Sendo assim, há uma padronização na construção das moradias, que fere o requisito da adequação cultural (ROLNIK; 2013) e a escolha de terrenos baratos nos piores pontos das cidades, ferindo a necessidade de localização adequada (ROLNIK; 2013), no provimento do direito à moradia.

Em algumas situações, observa-se a aglomeração de diversos empreendimentos em uma mesma região, formando verdadeiros bolsões de moradia popular, bastante semelhantes às cidades-dormitório que foram constituídas pela produção habitacional pública em décadas anteriores. (ROLNIK; 2013; p.311)

Persiste, assim, a segregação espacial, uma vez que os empreendimentos da faixa 1 estão localizados nas periferias das cidades, retroalimentando o ciclo de gentrificação no qual a população mais pobre está sempre servindo aos interesses do capital imobiliário. Ainda que o programa tenha realizado, em certa medida, a inclusão de uma camada social que era absolutamente excluída do acesso à moradia, “não passou a interferir no lugar tradicionalmente ocupado pelas camadas mais pobres nas cidades, reproduzindo o padrão periférico” (ROLNIK; 2013). Embora não seja o ideal, o MCMV é o programa mais utilizado pelo MTST em suas demandas pela construção de moradias, e é considerado adequado pela maioria dos acampados por mim entrevistados, que afirmam que se fosse de outra forma não teriam acesso ao

financiamento imobiliário e tampouco à possibilidade de pagar um valor condizente com sua condição social. No entanto, o próprio MTST, embora lance mão de tal política pública para entregar o que promete para as famílias, a moradia, não ignora o fato de que não basta a existência de políticas habitacionais que resolvam o problema da falta de moradia dos sem-teto já existentes, é preciso que não haja mais a produção dos sem-teto. Daí a importância de que a luta empreendida pelo Movimento não se esgote na alocação dos sem-teto em moradias.

No caso específico de São Paulo, e também no bojo da Ocupação PSM de SBC, outro programa habitacional importante e comumente utilizado é o da CDHU. Trata-se de um dos braços da Secretaria de Estado da Habitação (SH) ao lado da Agência Paulista de Habitação Social (Casa Paulista), que tem como foco aquelas famílias que recebem de um a dez salários mínimos, com prioridade para até cinco salários. Há a previsão de produção de moradias de forma isolada ou em empreendimentos habitacionais, em parceria com os municípios e outros agentes; a aquisição de moradias já existentes ou concessão de créditos e subsídios para aquisição de moradias pelos beneficiários e a requalificação habitacional, que procura promover a melhora de moradias já existentes por meio de crédito habitacional.

De maneira geral, os ocupantes não fazem distinção entre um ou outro programa habitacional, a única demanda que apresentam é pela moradia digna, seja como for.

Sendo assim, foi possível perceber, através do desenvolvimento do presente capítulo, quem são os sem-teto brasileiros, partindo de uma visão macro e micro, ao passo que a Ocupação PSM de SBC, por se desenvolver no maior centro urbano do Brasil, que também apresenta a maior demanda habitacional do país, funciona como um espelho refletor dos componentes do déficit habitacional brasileiro. Ainda, foi possível analisar, a partir de um estudo empírico-teórico, de que forma o déficit habitacional brasileiro é produzido e porque ele se perpetua até os dias de hoje. No próximo e último capítulo, pretendo demonstrar como funciona o MTST, e - se e de que maneira - o Movimento, ao lado dos sem-teto, busca, através da luta por moradia e pelo direito à cidade que se realiza no espaço urbano, fomentar a consciência da relevância e da essencialidade do exercício da cidadania ativa não só para prover direitos, como para romper com um modelo social que é excludente e injusto.

4 CIDADANIA ATIVA PELA PORTA DA MORADIA

No quarto e último capítulo desta dissertação pretendo conjugar os elementos já estudados e consolidar a pesquisa. Assim, objetivo aferir se e de que forma a luta pelo direito à moradia e a luta pelo direito à cidade, travados pelos sem-teto, fundado, especificamente, na realidade da Ocupação PSM de SBC como caso paradigma, se traduzem no exercício de cidadania em sua vertente ativa. Coordenado com o que já foi visto até aqui apurarei em que medida a conjunção entre os sem-teto, os motivos que estão por trás do déficit habitacional brasileiro e o MTST resultam no cenário ideal não só rumo a consolidação do direito à moradia, como também de um direito à cidade e, finalmente, por uma ruptura com um modelo de cidadania excludente como é o vigente no Brasil.

Inicialmente, lidarei com os conceitos de cidadania e sua relação recíproca com os movimentos sociais. Na sequência, projetarei os contornos assumidos pelo MTST a partir de suas ações e história. Por fim, associando as referências supracitadas, bem como aquelas contidas nos capítulos anteriores, validarei, ou não, a existência de um poder popular como protótipo de cidadania ativa.

4.1 Cidadania e direito à cidade

Como resultado do que foi visto nos capítulos anteriores, ou seja, da forma com que o processo de urbanização das cidades brasileiras se deu e se perpetua, as cidades passaram a abrigar classes sociais diversas que ocupam espaços distintos e bem delimitados dentro de um mesmo espaço urbano e que nele desenvolvem seus interesses e conflitos, sendo um motor para a ocorrência das transformações sociais, quebra de paradigmas e conquista de direitos:

As cidades não são apenas reflexos do que se passa na sociedade. São bem mais do que um mero cenário passivo, onde os conflitos, a cultura se expressam. Os espaços urbanos não se limitam também a ser locais ou palcos da produção industrial, da troca de mercadorias, ou lugares onde os trabalhadores vivem. Eles são tudo isso e muito mais; são produtos edifícios, viadutos, ruas, placas, postes, árvores, enfim, paisagem que é produzida e apropriada sob determinadas relações sociais. A cidade é objeto e também agente ativo das relações sociais. A dominação social se dá também através do espaço urbano em especial a dominação ideológica, aquela que se oculta ao olhar

do dominado. O poder político é exercido, em parte, por intermédio do espaço urbano, assim como a exploração econômica. Os espaços urbanos ou o ambiente construído, de um modo geral, não constituem meros cenários para a sociedade, mas são parte dela. (MARICATO; 1997; p.42)

Nesse emaranhado de relações físicas e sociais paradoxais, inclusivas e excludentes, que se estabelecem na e com a cidade, o direito de fazer parte do espaço urbano de fato, de se apropriar da cidade como sujeito ativo que se vê representado, respeitado e abrigado de maneira digna, corresponde ao direito à cidade. Os componentes humanos do déficit habitacional brasileiro, ou seja, os sem-teto, não têm seu direito à cidade respeitado. Isso porque, por não fazerem parte dos planos do capital - notadamente o imobiliário - a eles é relegado o *status* de cidadãos de segunda classe. Nesse sentido, quando Harvey, em *Cidades Rebeldes* (2012), retoma o pensamento de Lefebvre de que a classe trabalhadora urbana – cumpridora do papel do proletariado fabril na modernidade – é fragmentada, múltipla e, por isso, desorganizada ele questiona se seria possível que tais grupos se unissem de modo a construir uma força revolucionária.

A realidade da Ocupação PSM de SBC parece oferecer uma resposta ao questionamento de Harvey, pois ilustra a dinâmica das relações sociais na e com os centros urbanos, bem como dá uma mostra do conceito de cidadania vigente no Brasil. Isso porque, em um mesmo espaço urbano, convivendo de maneira muito próxima, temos tanto a presença dos ocupantes, representantes dos sem-teto, que são homens e mulheres com as características que já vimos anteriormente e que se encontram sem moradia em virtude dos motivos que também já expus nos capítulos anteriores; como a presença dos vizinhos, homens e mulheres também pobres, mas proprietários, moradores da Vila da Associação, que no passado residiam em uma favela e através da luta conseguiram conquistar o direito à moradia digna; e os vizinhos moradores de condomínios de apartamentos situados na Rua Dom Jaime de Barros Câmara, alguns proprietários, outros inquilinos e pagadores de financiamentos, pertencentes a classe média e classe média alta de SBC. Tal contexto rompe totalmente não só com a dinâmica urbana existente no Brasil, como também com os conceitos de cidadania aqui praticados. Houve, ainda que de forma passageira, em um mesmo espaço urbano e de forma fragilmente delimitada, a coexistência não só de pessoas de classes sociais distintas, como também de cidadãos tidos como de categorias diferentes. Paralelamente, há ainda a figura de um movimento social liderando o processo e procurando, através dele, criar um poder popular capaz de romper com os elementos opressores e criadores de todo o cenário acima descrito.

De acordo com Gohn (2014), os movimentos sociais de hoje são diferentes, por exemplo, dos movimentos sociais da década de 80 em diversos aspectos. Especificamente em relação à luta por moradia, como fica claro a partir da análise da realidade da Vila da Associação, há a atuação de uma associação formada pelos próprios interessados na construção das moradias. Além disso, houve forte participação de outros setores da sociedade, como o movimento operário de SBC, e a igreja católica, que além de dar o suporte necessário, vendeu o terreno onde foram construídas as casas. Ademais, as casas foram feitas em mutirão pelos próprios interessados em um sistema de autoconstrução. Por sua vez, o MTST, movimento social com 22 anos de existência, adota outra forma de mobilização: a ocupação. Isso significa que a luta do MTST não é institucionalmente limitada o que a torna, em grande medida, revolucionária. Além disso, a atuação é em rede, ou seja, pretende-se mais do que o acesso à moradia, busca-se a efetivação de um direito à cidade como um todo. Certo é, no entanto, que em ambos os casos a luta é pela efetivação de um direito de uma categoria de cidadãos que são considerados de “segunda classe” (HOLSTON; 2013; p.68). Essencialmente, além do corte temporal e, conseqüentemente, do contexto histórico, o que difere a Vila da Associação da Ocupação PSM é a forma de luta empreendida.

Os debates a respeito das teorias sobre a cidadania ficaram por um tempo perdidos “com a ascensão ideológica do neoliberalismo e a consolidação da sua lógica de predomínio da economia de mercado sobre a política democrática” (BELLO; p.51). No entanto, mais tarde, o debate a respeito das diversas concepções sobre cidadania foi retomado.

O conceito de cidadania é amplo e pode ser tratado a partir de diversas abordagens. Trata-se de um conceito volátil, que se adapta ao correr da história e com o desenrolar dos fatos. As próprias “teorias da ação social” (GOHN; 2014) que buscam entender as ações coletivas como um todo, e seus reflexos nos mais diversos movimentos sociais de luta por direitos, notadamente o direito de moradia, são frontalmente influenciadas pela concepção de cidadania vigente em um determinado território e em dado período histórico, conforme é possível depreender da leitura das “teorias dos movimentos sociais” trazidas por Gohn (2014). O conceito de cidadania sempre refletirá nas características de tais movimentos. Ao mesmo tempo, é possível afirmar que a relação que se estabelece entre cidadania e movimentos sociais é recíproca, ou seja, o conceito de cidadania influencia e molda o perfil do movimento social, mas o movimento social pode desafiar o modelo de cidadania vigente, fazendo com que ele assuma um novo aspecto.

Holston (2013), a partir da realização de trabalho de campo nas periferias de São Paulo, em processos de autoconstrução semelhantes ao desenvolvido na Vila da Associação verificou que no Brasil havia dois perfis de cidadania:

Uma é incorporação nacional, um status formal de afiliação baseado no critério de pertencimento à nação. O outro é a destruição substantiva, aos considerados partícipes nacionais, do pacote de direitos, obrigações e práticas vinculados à afiliação. (HOLSTON; 2013; p.68)

Sendo assim, verifica que a incorporação nacional seria aquela atribuída pelo Estado-nação a partir dos conceitos clássicos de lugar de nascimento e ascendência, enquanto a segunda dimensão seria, de fato, o acesso aos direitos. Ao longo de sua obra, o autor verifica que no Brasil, ao contrário do que ocorreu e ocorre nos Estados Unidos e Europa, a negativa do status de cidadão não se dá com base na não incorporação nacional, mas sim na medida em que a legislação brasileira, responsável pela formalização da titularização de direitos, assume a forma de um “compêndio de particularismos” (2013; p.81) que, além de escolher a quem e a quais interesses irá servir, desloca para o Sistema Judiciário tal escolha. Nesse contexto, de escolhas subjetivas realizadas por atores do legislativo e do judiciário que possuem, eles próprios, um determinado perfil, muitas pessoas acabam excluídas do acesso aos direitos básicos e, assim, elas mesmas passam a se enxergar e a serem apontadas pelos outros membros da sociedade como “cidadãos de segunda classe” (HOLSTON; 2013; p.68). Por fim, o autor conclui que esse processo de exclusão de acesso à direitos acaba por fomentar, no contexto das periferias urbanas da cidade de São Paulo, especificamente no que diz respeito ao direito à moradia, um movimento de insurgência que passa pela iniciativa dos próprios moradores, a partir de uma dinâmica de união e pela prática da chamada “autoconstrução” do acesso ao direito sem a interferência do poder público, notadamente do judiciário, que acaba se apresentando como um legitimador do não acesso ao direito à moradia. Trata-se da dita cidadania insurgente.

É justamente o processo de exercício da cidadania insurgente que vimos na construção das casas da Vila da Associação. Embora tenha havido uma união, por meio da criação de uma associação, para realização da construção das casas, o que ocorreu, bem da verdade, foi uma “luta por direito a ter direitos” (GOHN; 2014; p.13). Engenheiros e arquitetos assessoraram todo o processo de construção das casas, bem como líderes da igreja católica e do movimento operário envolvidos. No entanto, o que unia os associados era tão somente o objetivo individual e pontual de ter acesso à moradia. Não havia uma liderança específica e nem deliberações no sentido de traçar uma estratégia de luta. Da mesma forma,

não houve um processo de tomada de consciência política, no sentido de apontar para os fatores que estavam por trás da condição de sem-teto que eles desempenhavam. Tais características ficam muito latentes nos discursos dos moradores por mim entrevistados. A ideia de que existe ali uma coletividade fica limitada àqueles que acabaram se engajando, por um motivo ou por outro, em distintos movimentos.

Portanto, é possível perceber que a cidade é um campo fértil para o desenvolvimento de meios alternativos para promoção de direitos, pois conjuga os diversos elementos opressores e os oprimidos em um mesmo ambiente. Assim, os contornos naturais assumidos por uma determinada forma de exercício de uma cidadania alternativa irão depender da conjuntura de seu tempo, bem como dos atores que a exercerão. A cidadania insurgente apresentada por Holston (2013) a partir de movimentos de luta por moradia é, certamente, uma forma alternativa de exercício da cidadania, que também é cunhada no ambiente urbano - fruto da presença de fatores opressores e da existência de oprimidos e, em última análise, resultado da vigência de um modelo de cidadania que é excludente - mas não é exatamente o mesmo modelo de exercício alternativo de cidadania empreendido pelo MTST dentro da Ocupação PSM de SBC, principalmente no que diz respeito a amplitude de direitos que são perseguidos a partir dela.

Outro modelo alternativo de exercício de cidadania, a medida que busca romper com o padrão em vigor, é a cidadania ativa. Bello (2013) teoriza sobre tal conceito a partir do “ponto de vista da produção de concepções teóricas específicas” conjugada com a análise empírica da ação dos movimentos sociais urbanos que lutam pela efetivação do direito à moradia na cidade do Rio de Janeiro. Assim, a cidadania pode ser vista a partir do viés clássico, teórico, como titularidade e “status de direito” (BELLO; 2013; p.23), conforme também é discutido por Holston (2013) ou como “dinâmica e ampliada” (BELLO; 2013; p.23). Em sua primeira dimensão, a cidadania seria vista em uma acepção tida pelo autor como “estritamente jurídica” (2013; p.27) com um caráter apático no qual o cidadão simplesmente é aquele que tem acesso a uma carta de direitos e que deve esperar que tais direitos o alcancem (BELLO; 2013; p.27):

(i) a cidadania é transferida do homem político-concreto para a figura abstrata do cidadão projetado nas instituições estatais, e (ii) do âmbito da prática social para o da aplicação judiciária de normas jurídicas. Arrefece-se a participação cidadã ativa dos cidadãos, em detrimento da institucionalidade estatal, caracterizada pela noção de fetichismo constitucional, que denota a reificação jurídica da cidadania e a ilusão que esta se realizaria plenamente ao ser confi(n)ada ao Direito (especialmente a Constituição) e aos atores do Sistema Judiciário.

Por sua vez, a segunda dimensão diz respeito ao fato de que a cidadania, em convergência com o que é trabalhado por Holston (2013), se daria através do “reencontro entre homem e política, teoria e prática, norma jurídica e práxis social” (BELLO; 2013; p.27). No entanto, entendo que no âmbito da cidadania ativa, ao contrário do que acaba ocorrendo no exercício da cidadania insurgente, e também nos termos em que é proposto por Gohn (2014) a busca por direitos assume um aspecto que é universal e ocorre a partir de uma atuação em rede, ou seja, rompe com a ideia do “associativismo”, que acaba sendo mais pontual e individual, na medida em que possui um horizonte mais imediato, particular e limitado. É a atuação em rede que permite que o exercício da cidadania ativa, ainda que tenha início a partir de uma luta específica, como é a luta por moradia, tenha o potencial de romper também com os elementos opressores que geram a condição de falta de direitos, bem como com o próprio conceito tradicional de cidadania em vigor. Há no exercício da cidadania ativa uma filiação ao que pode ser chamado de “neocomunitarismo” (MARICATO; 1997; p.12) que “submetem o indivíduo a crenças e práticas e impõem sua participação numa dada comunidade, em busca da reconstrução de uma ordem social (TOURAINÉ; 2007; p.75). O desenvolvimento desse novo modelo de comunidade se dá a partir da criação de um vínculo entre os indivíduos que se relacionam. Além disso, outro ponto importante, seria o desenvolvimento da própria consciência política e o se enxergar como sujeito de direitos que não só pode, como deve, demandá-los. Outro ponto importante é no sentido de que as ações práticas para reivindicação de direitos, ainda que, em certa medida, sejam pautadas pela “nova institucionalidade criada pelas políticas públicas” (GOHN; 2014; p.12), também procuram, justamente, desafiar as instituições partindo para ações de enfrentamento e resistência.

Para José Geraldo de Souza Júnior, a cidadania ativa acaba permitindo que haja um salto na criação e na garantia de direitos e possibilita que um novo ator social tenha participação no espaço de decisão política. Tal protagonismo acaba sendo assumido, justamente a partir das referências de exclusão da juridicidade.

Portanto, a cidadania em seu viés ativo é produto de seu tempo e vem, justamente, para romper com o conceito que é clássico. O que há, portanto, é a construção de uma dinâmica na qual a adoção e vigência de um determinado conceito de cidadania – estático e apático de pura previsão constitucional e legal de direitos mas sua não efetivação pronta e direta pelo Estado – acaba, ele mesmo, por gerar um vazio a partir do qual aqueles que se

enxergam e são vistos como não cidadãos, ou como “cidadãos de segunda classe” (HOLSTON; 2013; p.68) constroem um novo conceito de cidadania, a cidadania ativa.

Em relação especificamente à luta por moradia, é no plano constitutivo da criação de direitos o que norteia a própria experiência social e a cidadania ativa, uma vez que os sujeitos do processo, que são os sem-teto apoiados pela força do movimento social, têm a possibilidade de definir a constituição deste direito que buscam. Dessa maneira, as próprias relações sociais criam experiências de “renovação democrática com pretensão de substituir as instituições tradicionais, mediante formas diretas de um efetivo poder popular e da definição do conteúdo material de novos direitos” (SOUZA JÚNIOR; 1982; p.14).

No Brasil é vigente e mais difundido um conceito de cidadania tradicional que, em certa medida, reverbera também o senso comum e reconhece como cidadão aquele que, em primeiro lugar, cumpre o seu dever de pagar seus impostos. Na sequência, é cidadão aquele que, não apenas é titular, mas exerce e têm respeitados os seus direitos civis, sociais e políticos. Sendo assim, não é incomum perceber que aqueles que, especificamente, não conseguem exercer o direito de propriedade privada, ou que não aparentam exercê-lo, sejam tidos por si mesmos e pelos demais atores sociais como não cidadãos, ou “cidadãos de segunda classe” (HOLSTON; 2013; p.68) não importando quais fatores histórico-culturais inviabilizam ou dificultam seu acesso a tal direito.

A própria classe trabalhadora detentora de alguns direitos – cidadã –, irá excluir e excluir-se da convivência com a classe trabalhadora que não têm acesso à direitos, os não cidadãos, ou cidadãos de “segunda classe” (HOLSTON; 2013; p.68), colocando-se, muitas vezes, ao lado dos detentores do capital. Tal movimento também terá forte impacto na perpetuação da forma de construção das cidades e nos fatores que levam à perpetuação do déficit habitacional.

4.2 O poder é popular, fé na luta, venceremos.

Considerando o conceito e os elementos presentes no exercício da cidadania em seu viés ativo, procuro, no presente tópico, através principalmente da análise da atuação do próprio MTST, e retomando e aprofundando pontos que já foram vistos nos capítulos anteriores, averiguar em que medida a Ocupação PSM de SBC pode ser considerada como um exemplo de atividade que se desenvolve de maneira voltada ao exercício da cidadania

ativa e se esse modelo, em alguma medida, se apresenta, de fato, com o propósito não apenas de efetivar o direito à moradia daqueles que nele estão engajados, como também o direito à cidade e, mais amplamente, como meio de ruptura com os elementos produtores e legitimadores do déficit habitacional brasileiro.

“O MTST existe porque o Brasil é uma fábrica de fazer sem-teto” (CAMPOS, RUD e SIMÕES; 2017; p.80). Essa frase já elucida um primeiro ponto: são as próprias engrenagens urbanas e o modelo vigente e ineficiente de cidadania que produzem os movimentos sociais. O MTST é um movimento social fundado no ano de 1997, período em que surgiram algumas ocupações de áreas urbanas que estavam abandonadas por trabalhadores que precisavam de moradia. Tais ocupações eram espontâneas e sem organização ou liderança estabelecida, o que dificultava que encontrassem o êxito pretendido.

Na Cartilha de Princípios do MTST o primeiro princípio encontrado é o de que o maior objetivo do Movimento é a luta “contra o capital e o Estado que representa os interesses capitalistas”. Portanto, todas as estratégias empreendidas pelo Movimento serão no sentido de alcançar um objetivo ainda maior: o estabelecimento de um poder popular. Para que esse poder popular se estabeleça são adotadas diversas estratégias que se desenvolvem com muita “organização e luta”. A partir da leitura da cartilha é possível depreender que a construção do poder popular se dá a partir de diversas frentes: bairros, ocupações, trabalho e todos os lugares, “levando adiante a ideia de que só precisamos de nossa força para mudar a realidade”. Nesse sentido, fica claro que o objetivo do Movimento é sim, promover mudanças e romper com todos os elementos legitimadores da desigualdade que vigora nas cidades.

O direito à moradia é apenas a porta de entrada na construção da luta, é a chama para o desenvolvimento de algo muito maior. De acordo com relatos de “J.A.R.”, um dos coordenadores nacionais do Movimento, as cidades possuem um papel histórico na luta por direitos e mudanças, e o acesso à moradia, por ser precário, e fundamental, conforme já vimos em capítulo anterior, possui um poder aglutinador e de mobilização muito grande. Ademais, quem não tem direito à moradia digna, acaba não tendo acesso a uma série de outros direitos que dele fazem parte: educação próxima, atendimento de saúde próximo, transporte, infraestrutura, entre outros. Daí a necessidade de que, mais do que casas, haja uma verdadeira reforma urbana que seja capaz de romper com a segregação física e social construída por meio de uma lógica na qual o que prevalece é o capital.

Para atingir os objetivos a que se propõe o MTST faz uso das próprias contradições

existentes nas cidades e transforma as vítimas em agentes da mudança, uma das características que tornam o exercício da cidadania em ativa. Sendo assim, é possível observar a partir das diversas estratégias de atuação do Movimento: ocupações de terras, bloqueios de rodovias e estradas importantes, organizações de atos, marchas e ocupações de prédios públicos, que parte-se de uma atividade concreta em busca de algo que é apenas formal, em um verdadeiro exercício de cidadania ativa.

O estudo empírico realizado na Ocupação PSM de SBC me permitiu observar como funciona a atuação do Movimento não só dentro, como também desde uma ocupação urbana que luta por moradia. A pesquisa que empreendi até aqui, pouco a pouco, foi me permitindo verificar que em cada ação havia, claramente, a tentativa de viabilizar a emancipação dos sujeitos envolvidos para o exercício da cidadania ativa não só na luta pela efetivação do direito à moradia, como também na luta por direitos e pelo reconhecimento da condição de cidadão.

Nesse contexto, a principal estratégia de atuação do MTST sempre foi a de ocupar terras urbanas. Inicialmente, o Movimento atuou em ocupações já existentes, mas com o passar do tempo, conforme ia se consolidando, passou a realizar suas próprias ocupações. Um exemplo disso é a Ocupação Anita Garibaldi que ocorreu no ano de 2001 na cidade de Guarulhos, SP. A Ocupação reuniu mais de 2000 famílias e consolidou algumas estratégias que continuariam a ser utilizadas pelo Movimento e que são, ao mesmo tempo, expressões do exercício da cidadania ativa.

As ocupações de terra, em especial as que são organizadas por movimentos populares, ocorrem em grandes terrenos e prédios abandonados que o proprietário – muitas vezes uma grande empresa, que tem também outros terrenos – utiliza para especular. (BOULOS; 2014; p.76)

O ato de ocupar é uma forma de exercício da cidadania ativa porque envolve a atuação direta dos sem-teto e pretende, justamente, confrontar o Estado e seus poderes legislativo, executivo e judiciário. “Com elas pressionamos diretamente os proprietários e o Estado, denunciando o problema social da moradia e construímos um processo de organização autônoma dos trabalhadores” (MTST; 2017). Afinal, se por um lado existe uma Constituição e um conjunto de leis que garantem o direito à moradia como visto no capítulo anterior, bem como mecanismos que façam com que a função social da propriedade seja cumprida, por outro lado há a manipulação na aplicação de tais leis por parte do poder judiciário e a não aplicação dos instrumentos que obrigam que seja dada função social à propriedade privada. Portanto, é como se só existisse o direito de propriedade privada, pois o único argumento

apresentado é o de que invasão é um ato ilegal. De acordo com Boulos (2014; p.81) “nem sempre a lei é legítima e nem sempre a ilegalidade é ilegítima”.

Por isso, é importante que o terreno de fato esteja em situação de ilegalidade, ou seja, sem cumprir função social. Também é importante que o proprietário da terra seja um grande empresário do setor imobiliário, como é a construtora MZM. Isso porque deve ficar bem claro quem é o opressor: o capital imobiliário e todos aqueles que o legitimam.

Será que é a mesma coisa ocupar a casa de alguém ou um grande terreno vazio, usado para a especulação imobiliária? Pensamos que não. O trabalhador que, de algum modo, conseguiu ter um terreno ou um apartamento para morar ralou muito para isso. Foi inclusive vítima do capital imobiliário que o jogou em bairros distantes em sem serviços públicos e que vendeu lotes desvalorizados, sugando todas as economias de uma vida de trabalho mal pago. Outra coisa é o especulador, o grande proprietário. Ele herdou terras, muitas vezes terras que eram públicas e foram griladas por sua família. Ou ele próprio foi quem grilou. Ele entra em acordo com os governos, muitas vezes nem imposto paga. Deixa suas terras vazias, esperando a ocasião para vendê-las por preços exorbitantes. (BOULOS; 2014; p.76)

Outro norte para a escolha é a proximidade com grandes rodovias. É preciso tornar visível a questão da moradia. No caso da Ocupação PSM, há proximidade com a Rodovia Anchieta. Outro fator presente na Ocupação, que nem sempre é verificado, é a proximidade do terreno com uma vizinhança de classe média e classe média alta.

Nesse caso, entendo que haja um fiel retrato do que é a luta de classes no Brasil, o que possibilita um desafio a ideia já trabalhada de que existem os cidadãos de primeira classe e os de segunda classe. Assim, ainda que transitoriamente, a Ocupação realiza uma espécie de ruptura com a lógica segregacionista de distribuição da cidade. Os sem-teto estão ali para mostrar que mais do que direito à moradia digna, eles podem estar em uma região nobre da cidade, ao lado da classe média e da classe média alta. Tal ponto ilustra também uma diferença entre a cidadania insurgente dos movimentos de autoconstrução dos anos 80 e a cidadania ativa: o desenvolvimento de uma consciência de classe.

Os moradores da Vila, por exemplo, afirmam que não tiveram que ocupar para conseguirem suas casas e, em alguma medida, não conseguem se identificar com os acampados que, para eles, estão errados, mas conseguem se identificar com os moradores dos condomínios da Rua Dom Jaime:

Porque não foi assim que eu consegui, não foi assim que a gente conseguiu, você entendeu? Querer tomar aquilo que é dos outro, porque esse terreno é de uma construtora mesmo, a MZM (...) como eu consegui minha casa, aqueles que trabalha, que luta, nada é impossível, nada é impossível, fia. Pra aqueles que lutam, mas dignamente, não é querer entrar no que é dos outro. (M.L., vizinha e moradora)

da Vila da Associação)

Por sua vez, os sem-teto se entendem diferentes dos vizinhos dos prédios e sabem que sua presença incomoda por um motivo específico. Ao mesmo tempo reconhecem que os moradores da Vila têm uma realidade mais próxima da deles. Um dos sintomas desse desconforto é a forma como se dá a relação estabelecida entre a vizinhança e os acampados. Alguns moradores da Vila da Associação, que não possuem consciência de quem são e que não percebem que também fazem parte dos cidadãos de segunda categoria e, em maior número, os moradores da Rua Dom Jaime de Barros Câmara, entendem que aquele não é o lugar dos sem-teto.

Eu tive o prazer e o desprazer de conhecer uma pessoa que mora aí nos apartamento e ela veio trazer a neta dela na escola, e ela falou pra mim, eu pensei que ela tava vindo pra Ocupação e eu procurei ta fazendo amizade com ela, perguntei se ela vinha pra Ocupação, e ela falou que morava nos prédios e ela deixou bem claro que não tava conformada, ela falou que não se conformava com esse povo vir morar num lugar tão bom desse. E eu quero frisar que pra mim lugar bom é o céu. O céu é um lugar bom. Aqui é um sonho, a terra é de todos, porém poucos têm o direito. (B.M.C.S., acampada e coordenadora)

O argumento oferecido oficialmente pela vizinhança é no sentido de que o descontentamento não se dá por eles quererem uma casa, mas sim pela forma adotada para conquistá-la: a ocupação de um terreno de propriedade privada. O que tais moradores não admitem, portanto, é tão somente a ilegalidade. Para eles, mais adequado seria o cadastro e a espera na fila dos programas habitacionais de forma ordeira. No entanto, em vídeos veiculados na internet, bem como na página que mantinham no *Facebook*, verifiquei a presença de outras justificativas. Há moradores que se manifestam no sentido de se sentirem abandonados pelo poder público porque por eles ninguém faz nada. Como exemplo, o morador informou que verificou, do seu apartamento, que os acampados estariam construindo uma fossa, que demonstrava uma estrutura gigante frente ao desamparo da classe média ¹⁰⁷. Afirmações são feitas no sentido de que é muito fácil para os acampados invadirem um terreno em uma área nobre da cidade. Por que não na periferia? se eles, moradores, tiveram que trabalhar para ter uma moradia, por que o mesmo não ocorre com os sem-teto? Tais argumentos só reforçam a existência do que já foi dito no capítulo anterior: há no Brasil um modelo de cidadania que categoriza os cidadãos entre “bons” e “ruins”, onde os “ruins”, por mais que sejam titulares formais de direitos, os terão negado por um Estado que escolhe um lado para defender.

Nesse contexto, a estratégia de ocupar, além de ser uma forma de exercício

¹⁰⁷ Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5QC3zbSkkO8>>.

genuinamente ativo de cidadania, por reivindicar, através da ação, o cumprimento de um direito, que é o acesso à moradia, também propicia que embates importantes sejam travados paralelamente, no intuito de quebrar com a lógica de que os mais pobres devem ficar em regiões periféricas e pouco valorizadas da cidade, bem como apartados do convívio social com as classes média e média alta.

A realização da Ocupação só ocorre porque há, dentro do Movimento, um grande senso de organização que acaba sendo transferido para as ocupações e, conseqüentemente, para os próprios acampados.

Existem os chamados coletivos políticos, que compreendem a coordenação nacional e as coordenações estaduais; os coletivos organizativos, responsáveis por atividades específicas nas ocupações, e os coletivos territoriais, que vão desde coordenações de ocupação, passando por núcleos em comunidades, até os chamados coletivos regionais (...). Já em 2006, por exemplo, faziam-se reuniões com outras forças com o objetivo de criar uma plataforma comum entre movimentos sociais do campo e da cidade, sindicatos, estudantes, etc. No campo popular urbano, uma articulação a nível nacional se desenhava: a Resistência Urbana – Frente Nacional de Movimentos, uma tentativa de congregar movimentos populares urbanos que tivessem como princípios a ação direta e a autonomia perante partidos e governos. (CAMPOS, RUD, SIMÕES; 2017; p.37)

Após a escolha do terreno em que será feita a ocupação, que é realizada coletivamente dentro do próprio Movimento, a coordenação estadual passa a reunir pessoas para dar início a nova Ocupação. Os primeiros acampados, que “estouram o cadeado” da propriedade, na maioria das vezes, não são pessoas que irão lutar por moradia a partir daquela ocupação específica, mas sim que já lutam por moradia em outras ocupações lideradas pelo MTST, ou mesmo já conquistaram suas moradias a partir de tais ocupações. Portanto, são pessoas que sabem como funciona a Ocupação e que foram e são, igualmente, sem-teto.

Tudo é resultado de um trabalho de base que é realizado constantemente pelo MTST a partir de núcleos territoriais onde “a ideia é manter a organização de base mesmo fora dos terrenos ocupados, através de reuniões periódicas em locais públicos” (CAMPOS, RUD e SIMÕES; 2017; p.31). Assim que a ocupação é montada, começa um trabalho que se calca num processo de organização autônoma dos trabalhadores. Há representantes de todos os setores do MTST que passam, então, a receber acampados que irão lutar por moradia a partir daquela ocupação. Os acampados são recepcionados com carinho e com instruções por parte da militância e da liderança. As primeiras informações que são passadas são no sentido de explicar o que é o Movimento e que para estar ali não é preciso pagar nada, mas é preciso participar. Todos os acampados que foram ouvidos disseram que se sentiram abraçados quando chegaram na Ocupação. Muitos relataram que foram recebidos com prato de comida,

carinho e atenção, principalmente quando chegavam com crianças. Alguns, apesar de terem chegado depois das 22h, horário de encerramento das atividades na Ocupação, foram acolhidos para que não ficassem na rua durante a noite.

Então, no dia que eu cheguei, eu cheguei 22:30, só podia chegar até às 22h, mas eu vim de longe, a C. me levou até a casa da mãe dela, que é aqui próximo, deu uma *tupperware* de comida pros meus filhos, que eu tenho uma filha de 12, uma de 10 e um filho de três. Eles tavam com fome, deram comida, a gente não tinha barraco. Então, arrumaram um barraco pra gente, meu filho dormiu dentro, meu marido não cabia, né? Ficou pra fora, na trilha, dois dias, enquanto meus filhos tava dormindo comigo dentro do barraco. (C.O.S., acampada)

A partir de então os acampados são orientados a montar seus barracos e são informados que os mesmos devem ser mantidos em bom estado. Assim tem início o convívio entre acampados, militantes e lideranças. Como já foi dito, o MTST é dividido em brigadas, que são responsáveis pela realização de tarefas específicas. A Ocupação é uma construção cotidiana e coletiva, não são todos os acampados que vivem na Ocupação ou que ao menos passam parte do dia ali, pois muitos trabalham. Os que assumem tal papel se engajam nas atividades das brigadas de acordo com suas aptidões. Em geral, as atividades são o recolhimento de lixo, limpeza do terreno, limpeza das cozinhas, abastecimento de água, cocção de alimentos, segurança, recebimento de visitas, segurança, entre outras. A maioria das conversas, bem como as reuniões dos Grupos ocorrem no ambiente da cozinha, que ocupa um lugar de centralidade no progresso da criação de vínculo entre os acampados e simboliza a ideia de relações que são comunitárias.

De acordo com Boulos (2017), a dinâmica das cidades e a forma como as relações sociais se estabelecem nesse contexto acabam por criar naqueles que são tidos como cidadãos de segunda categoria, um sentimento de humilhação e de não pertencimento. Como resultado, as relações ficam despersonalizadas. “São fenômenos que expressam o fim das relações comunitárias e dos vínculos de solidariedade” (BOULOS, 2017, p.91). Nesse sentido, passa a ser uma estratégia de atuação do MTST forjar desde o ambiente da Ocupação, um vínculo de pertencimento por meio da convivência e da realização das tarefas cotidianas. Trata-se de método que desperta para o exercício da cidadania ativa, pois tira o sujeito – acampado - da inércia. O viver em coletividade faz com que o ocupante sinta que deve ter uma postura ativa não só por si, mas também pelos outros e, assim, se engaje na luta para além da questão da moradia.

Então, eu vim aqui com uma ideia fixa, vou conseguir meu apartamento. Hoje eu já penso diferente, penso em ajudar as pessoas, eu penso mais nas pessoas. Antes eu pensava muito em mim, né? Tipo, o meu apartamento. Hoje eu não penso mais dessa forma, eu penso em ajudar, em lutar, correr atrás e sempre ta ajudando o

companheiro. O meu, claro que eu quero sim, com certeza, e vou conseguir, mas não tenho aquela sede do meu, não é tão unitário assim, entendeu? (C.M., acampado)

Assim, de acordo com Boulos (2017) e com a minha própria percepção, é possível depreender que há a tentativa de aprimoramento de cinco pontos que são capazes de despertar o sujeito para o exercício da cidadania ativa: a ampliação das relações sociais, o acolhimento, o resgate da autoestima, o vínculo de solidariedade e o sentimento de pertencimento.

O engajamento também se constrói a partir da presença diária na Ocupação para receber os informes e ter consciência das estratégias que estão sendo traçadas pelo Movimento. Portanto, existe a assinatura da lista de presença que ocorre após a realização da Assembléia principal todos os dias. Ainda, atos ocorrem fora dos limites da Ocupação. Participar dos atos não é obrigatório, mas faz com que o acampado que participa tenha, por exemplo, prioridade na realização do cadastro final para o recebimento da moradia.

Então, o que acontece? E que isso fique bem claro! O Movimento não trabalha com dinheiro, o Movimento não cobra nada de ninguém, o Movimento não cobra um centavo para fazer tudo isso que faz pra esse povo. O Movimento vive de doações de pessoas que simpatizam com o Movimento e nos ajudam, mas uma coisa que o Movimento cobra, e cobra pesado, é a participação, é a luta. A participação é a participação nas Assembléias, cuidar do barraco, cuidar do terreno, é manter as coisas em ordem dentro da Ocupação, e as lutas é nossas reivindicações na rua, nossas marchas, nossas manifestações, isso é o que o Movimento cobra. Então, o que acontece, pra fazer um controle de quem tá participando de tudo isso, tanto interno na Ocupação, quanto nas nossas lutas na rua, aí tem uma lista de presença pra quem participa e depois é através disso que as pessoas vão tendo êxito na luta deles. Aqueles que participam mais, tem êxito mais rápido, aqueles que participam menos, demora mais um pouquinho. Então, existe essas listas de presença pra ver a participação dessas pessoas como que tá na luta. (C.S., militante)

A partir dessa estratégia, o MTST faz com que aqueles que não podem viver o cotidiano da Ocupação a partir das tarefas rotineiras, e que não conseguem criar um vínculo com os demais acampados pela impossibilidade de convivência diária, possam se envolver com o Movimento e suas bandeiras a partir de outras frentes. Ao mesmo tempo em que cria um vínculo e uma consciência de participação no indivíduo, o poder de mobilização que o direito à moradia carrega serve para a conquista daquele que já apontei como maior objetivo do Movimento. Assim, os acampados são instados a participar de passeatas e atos públicos que lutam na e pela cidade. É o uso das próprias engrenagens urbanas que são combatidas para que se faça a ruptura delas mesmas. O MTST sempre está presente nas passeatas contra o aumento de passagens de ônibus, por exemplo, e esteve presente nos chamados “rolezinhos”, que foram manifestações populares de juventude periférica contra a segregação social que ocorria nos shoppings de São Paulo. O Movimento também procura, sempre,

adotar um posicionamento combativo frente as questões importantes que assolam o Brasil, mais um elemento que demonstra o exercício de uma cidadania ativa. Como exemplo podemos citar a presença nas manifestações contrárias ao *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff e as Reformas Trabalhista e da Previdência propostas pelo governo Michel Temer, temas que não são diretamente ligados ao direito à cidade, mas que afetam os elementos criadores e legitimadores do déficit habitacional brasileiro. Além disso, muitos são os atos que buscam o diálogo com o poder público e que se materializam na ocupação de prédios de órgãos públicos. Os ocupantes da PSM de SBC que participaram da passeata que foi de SBC até o palácio dos Bandeirantes, em SP, ficaram maravilhados com o feito e, ao serem questionados sobre como havia sido, sentiam orgulho de terem podido “fazer história”.

O que se percebe dentro da Ocupação é que, apesar de haver desentendimentos pontuais entre os acampados, o espírito que prevalece é o de união. Os próprios acampados definem que a Ocupação é uma verdadeira família, onde há ajuda mútua. Aqueles que estão desempregados acabam encontrando na luta uma forma de se sentirem valorizados e de darem sentido para a vida. Também é possível que desenvolvam suas habilidades e utilizem o que já sabem em prol da coletividade. E aí está outro ponto estratégico na construção do poder popular: o espírito de coletividade que se desenvolve a partir do sentimento de pertencimento. Sendo assim, “as Ocupações mostram para todos que, se nos levantarmos de forma organizada, podemos ser muito fortes” (MTST; 2017).

A união que existe dentro do ambiente da Ocupação também é uma estratégia de luta para além dela. É preciso acumular forças para que os objetivos sejam atingidos. Portanto, verifico a presença de outro componente que tornam a luta do MTST um exercício de cidadania ativa: a atuação em rede. Tanto o MTST, como as ocupações e, especificamente, a Ocupação PSM de SBC, sobrevivem a partir de doações. Nesse sentido, as doações podem ser tanto financeiras, como de alimentos, produtos de limpeza, utensílios domésticos, produtos de higiene, roupas e tudo o mais que é necessário não só para a manutenção da Ocupação em si, como também dos acampados. Embora tanto a militância, como a liderança e os ocupantes tenham sido categóricos ao informar que a Ocupação não é partidária, tanto durante meus períodos de visita, como na coleta de dados sobre a Ocupação foi possível perceber a grande atuação de políticos ligados a partidos de esquerda no ambiente da Ocupação. De acordo com os entrevistados, no entanto, todos os políticos que lá estiveram, incluindo o ex-Presidente Luis Inácio da Silva (Lula), não foram fazer campanha, mas oferecer um “apoio”, e um “incentivo”. Também são atuantes, tanto em ações diversas

encabeçadas pelo MTST, como na Ocupação PSM de SBC os artistas e intelectuais. Para além da sociedade civil, o Movimento busca ter como parceiros entidades sindicais e outros movimentos populares.

Desde sua criação, o MTST atua no bojo da Associação Periférica Ativa, “uma rede de referências e lideranças territoriais que, junto com as coordenações do MTST, discutiam e mobilizavam suas comunidades para lutas além da moradia” (CAMPOS, RUD e SIMÕES, 2017, p.31). Em 2015 foi criada a frente Povo Sem Medo que, inclusive, dá nome a Ocupação aqui estudada. Trata-se de uma frente nacional de mobilização popular da qual participam partidos políticos, movimentos estudantis, centrais sindicais, movimentos sociais, intelectuais e artistas¹⁰⁸. A Frente PSM possui, sem dúvida, um viés político ideológico de esquerda e surgiu como uma espécie de alternativa a Frente Brasil Popular, ligada mais fortemente ao PT. A intenção inicial era mobilizar a esquerda em prol de uma agenda que desafiasse as políticas de austeridade tomadas pelo governo de Dilma Roussef, bem como freasse os interesses mais conservadores. Sua principal bandeira é “recuperar as ruas”, que haviam sido perdidas pelo governo petista (BOULOS; 2014).

No manifesto de lançamento da Frente ficou claro que a saída para a crise internacional que afetava o Brasil não poderia ser a política que penalizava somente os mais pobres, mas, sim, a construção de uma alternativa popular, fazendo com que os mais ricos também fossem responsabilizados por ela. E, para chegar em tal alternativa, não havia outro caminho senão a retomada das ruas com grandes manifestações populares e a retomada do trabalho de base, principalmente nas periferias urbanas, conclamando as classes populares a lutar diante do massacre que vinham sofrendo. Contra a ofensiva conservadora, a intolerância de todos os tipos, a criminalização da pobreza e das lutas sociais; contra a austeridade que esmaga os pobres, a Povo Sem Medo se lança como ferramenta para radicalizar a democracia e a participação popular por reformas estruturais, como a democratização das comunicações, a reforma tributária progressiva e um controle social do poder judiciário, bem como profundas reformas agrária e urbana. (CAMPOS, RUD e SIMÕES; 2017; p.119)

Em agosto de 2017, foi lançada a Plataforma “Vamos! Sem Medo de Mudar o Brasil”,

¹⁰⁸ Consta no site da Organização os seguintes participantes: Central única dos Trabalhadores (CUT); Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Intersindical (Central da Classe Trabalhadora); Bloco de Resistência Socialista; União Nacional dos Estudantes (UNE); União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES); Federação Nacional dos Estudantes do Ensino Técnico (FENET); Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG); União de Núcleos de Educação Popular para Negras, Negros e Classe Trabalhadora (UNEAFRO); Rede Emancipa de Educação Popular; Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST); Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB); União Brasileira de Mulheres (UBM); União de Negros pela Igualdade (UNEGRO). Círculo Palmarino; Movimento de Mulheres Olga Benário. Coletivo Cordel; MAIS (Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista); Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); RUA – juventude anticapitalista; Coletivo Juntos!; União da Juventude Comunista (UJC), ligada ao Partido Comunista Brasileiro; União da Juventude Rebelião (UJR); Juventude da Esquerda Marxista; Coletivo Construção; Juventude Comunista Avançando (JCA) ; Juventude Manifesta; Mídia Ninja. Igreja do Povo de Deus em Movimento; Brigadas Populares e Coletivo Literatura Marginal

que foi uma iniciativa da Frente PSM. Tratou-se de um ciclo de debates que ocorriam pela internet e presencialmente em diversas partes do país. Os debates se organizavam em torno de cinco eixos principais: democratização da economia, política e poder; territórios e meio ambiente; cultura e comunicações; programa negro, feminista e LGBT. O objetivo final era pensar um projeto amplo e democrático para a esquerda, com intuito de contemplar posições e representações diversas. Por fim, o resultado da Plataforma “Vamos!” acabou se tornando, em certa medida, o próprio Programa de Governo¹⁰⁹ da candidatura à Presidência da República de Guilherme Boulos e de sua vice, Sônia Guajajara, pelo PSOL, nas eleições de 2018.

Para além da atuação no ambiente das cidades que ocorre por meio da participação coletiva no bojo da Ocupação e em rede, como vimos, um fator essencial para que a atividade do MTST seja direcionada para o exercício da cidadania ativa diz respeito ao fomento de uma consciência política e social emancipatória, ou seja, que permita que os agentes envolvidos continuem atuantes mesmo depois da conquista da moradia. Isso porque, a luta pela moradia é só o início de todo o processo e não um fim em si mesma. Sendo assim, é essencial que os acampados saibam os motivos que os encaminharam para estar na condição de sem-teto, tendo que lutar por uma moradia por meio de um movimento de ocupação, bem como quais direitos possuem e de que forma devem se comportar diante das diversas injustiças que passam. Nessa perspectiva, mais uma vez, a organização do MTST e também da Ocupação é essencial.

Conforme observei, e retomando o que já foi por mim relatado, os coordenadores dos “Gs”, além das tarefas cotidianas, são responsáveis pela organização dos demais acampados, pela elucidação de dúvidas, pela resolução de conflitos que eventualmente surjam e também pelo contato mais direto com a militância e com a liderança. É importante que, para além da militância e da liderança, os coordenadores se tornem uma referência para os demais ocupantes. Porém, ao mesmo tempo, é necessário que fique muito claro que o fato de exercer um cargo de liderança, militância ou coordenação, não faz com que ninguém seja melhor do que ninguém. Os canais devem estar sempre abertos ao diálogo. De fato, a partir dos relatos dos acampados, e também a partir da minha observação no ambiente da Ocupação, notei que

¹⁰⁹ O Programa de Governo de Guilherme Boulos e Sônia Guajajara trouxe 17 pontos principais: superar a crise; política; negritude; mulheres; LGBTs; educação; saúde; segurança pública; direito à cidade; terra e meio ambiente; trabalho; assistência social e seguridade; previdência; pessoas com deficiência; cultura; comunicação; juventude; esporte e lazer e relações internacionais.

tanto a militância quanto a liderança são acessíveis aos acampados. O próprio Guilherme Boulos, apesar de não estar presente no cotidiano da Ocupação, nas vezes em que testemunhei, demonstrou ser muito solícito. Quase todos os acampados com os quais conversei relataram ter tido contato com ele, já ter conversado, recebido um abraço ou mesmo cozinhado para ele. Inclusive, sempre que questionados sobre a figura do coordenador nacional do Movimento, as falas eram de admiração, respeito e gratidão.

Então, como participo bastante de várias reuniões eu vejo bastante ele. Ele é uma pessoa super humilde e o que eu gosto mais nele é que é que a inteligência dele, eu me inspiro nele. Quando eu vejo ele falando ali (aponta pro palco) e tal, eu me inspiro nele e eu gosto da simplicidade dele e das coisas da forma que ele fala. Tipo, explica com as palavras, sabe? Ele entende bastante, porque é bem estudado, bem inteligente. Então, eu me inspiro bastante nele. Ele fala a linguagem do povo, sem dúvida. (C.M., coordenador e acampado)

A escolha de coordenadores é duplamente tática: como a Ocupação é muito grande, em todos os sentidos, é difícil que apenas a liderança e a militância tenham contato com todos os acampados, fato que poderia ocasionar a perda total do controle do que acontece em seu interior. Assim, os coordenadores surgem como facilitadores nesse processo, escutam as necessidades dos acampados, as repassam para a liderança e, em conjunto, as decisões são tomadas, nunca impostas. Esse primeiro ponto também faz com que os ocupantes sintam que possuem voz ativa e poder de modificar a realidade, fator que propicia o desenvolvimento da postura emancipatória. O outro aspecto envolve a própria formação de novos militantes e líderes. Como já foi dito, dentre as lideranças presentes na Ocupação, apenas duas delas não entraram no Movimento pela porta da moradia, ou seja, em busca de sua própria casa. O restante, no entanto, é remanescente de ocupações pretéritas. Por possuírem, em certa medida, um perfil de liderança e por operarem como propagadores de informação, são os coordenadores que recebem a maior parte da instrução e formação dada pelo MTST. Os coordenadores, como já assinali em capítulo anterior, recebem aulas e palestras que são ministrados pela liderança do MTST. Além disso, é possível a realização do chamado curso de formação de militantes, que é ministrado na sede do MTST. Ao mesmo tempo em que estão sendo formados e informados, os coordenadores passam a formar e a informar os demais acampados.

Em vista disso, os ocupantes são categóricos ao expressar que entrar para o Movimento amplia os horizontes e cria uma consciência política, de coletividade e uma noção de cidadania que até então não possuíam. Não é incomum os que afirmam que antes de entrarem para o MTST não tinham nenhuma noção de política e sequer sabiam que eram

titulares de direitos, uma vez que nunca tiveram acesso à eles, e apenas viviam para trabalhar e pagar contas, mas que agora percebem que a vida é muito mais do que isso.

Abri totalmente a visão, como a companheira N. B. fez pra nós um curso que nós fomo fazer no MTST lá no Casarão. Casarão é um lugar que nós fazemos nossas atividades aí, nossas reunião. Então ela fez uma dinâmica, colocou uma venda nos olhos e depois nós dava pra ver, aí depois que eu entendi a jogada, ela vendou nossos olhos porque nós não tava vendo nada. Aí eu falei: caramba, não tava vendo nada, agora to enxergando. O que? A gente começa a aprender, a gente tem direito de lutar, direito de se manifestar que é um direito constitucional, você não ta ferindo ninguém se lutar. (C.G.)

Muitos relatos são no sentido de que estar na Ocupação fez perceber que a lida por moradia não se esgota na conquista da própria casa, e é só o começo da luta. Percebi, ainda, ao comparar os relatos de como eram antes da Ocupação, e de como passaram a ser depois dela, que os ocupantes começam a compreender que não são menos do que as outras pessoas, e que são tão cidadãos como aqueles que têm casa. Por isso, podem, sim, querer ter acesso a bens como celular e carro e, mesmo na condição de sem-teto, sabem que ter tais bens não significa riqueza, uma vez que ter um celular ou mesmo financiar um carro, é bem mais simples – e barato - do que financiar uma casa.

Porque muitos aqui, no começo que eu vi, muitos vieram aqui com um carrinho ou com um celular na mão. Eles (aponta para a vizinhança) acha que por isso tem dinheiro pra comprar uma casa. Você compra celular hoje de R\$ 400,00 reais, R\$ 500,00 reais. Eles sabe que a gente pode fazer um cartão porque se você é um ser humano, você tem direito a fazer um cartão, você pode comprar um carrinho parcelado. Agora, quem é que tem dinheiro pra comprar uma casa? (A.A.S.C., ocupante)

Ao longo dos relatos colhidos e, principalmente, ao responderem especificamente se acreditam no direito, nas leis e na justiça, ou se em suas lutas, fica evidente que já há, por parte dos acampados, o conhecimento de que o direito à moradia digna existe e está previsto na Constituição ou em leis. Da mesma forma, há a clara percepção de que os poderes instituídos não estão ao lado deles para garantir o direito que já existe e, por isso, só o esforço que é individual, mas também coletivo, vai levar à vitória que é, em última análise, a conquista do direito. Sendo assim, não basta sentar e esperar que aquilo que está escrito se cumpra, é preciso lutar, e lutar é legítimo.

A pessoa vai colocar na sua cabeça que é errado fazer isso aqui, ocupação. Errado? Errado por que? O terreno ta lá, mais de 40 anos parado, sem função nenhuma social, você ta pagando aluguel, impostos, por que você não vai? O governo não tinha que te dar salário pra ter moradia digna e tudo e não faz? Então, você vai, você que vai ter que fazer essa luta por você. (C.G.)

Com a difusão da informação e com a promoção da formação para a luta, o MTST

faz com que os acampados entendam que, apesar de vigorar nas cidades um modelo segregador no qual eles são vistos como cidadãos de segunda categoria, eles são titulares de diversos direitos, dentre eles o direito à moradia e que, como cidadãos, possuem o dever de lutar por esses direitos. Assim, os coordenadores da PSM e muitos acampados, ainda que não se tornem militantes dentro do próprio Movimento, serão cidadãos ativos em suas comunidades e na cidade, sendo a força que forma o poder popular.

Embora o objetivo do MTST seja maior do que a conquista da moradia para os acampados de uma ocupação específica, como a PSM de SBC, é importante não perder de vista que tal conquista é também primordial. Sendo assim, o ato de ocupar em si pode ser considerado como uma ação que opera por fora das políticas públicas e institucionais, outra característica do exercício da cidadania ativa. No entanto, a reivindicação do Movimento através da Ocupação PSM de SBC é, além da conquista do terreno para a construção das casas, também a conquista da verba para a construção dos apartamentos por meio de políticas habitacionais. Nessa perspectiva, quando o Movimento conquista a verba para a construção das moradias, passa, ele mesmo, através de seus colaboradores, a elaborar o projeto que será seguido para a construção dos apartamentos. A ideia é que os próprios acampados deliberem e informem quais são suas necessidades e o como gostariam que fosse a área comum do empreendimento. Tal atitude, mais uma vez, rompe com a lógica do capital imobiliário que, em nome dos lucros, costuma padronizar os empreendimentos, ignorando o fato de que a moradia digna deve também espelhar a identidade e a cultura daqueles que nela irão residir. Ademais, o ato de padronizar as moradias, tanto em relação ao tamanho, como também a sua distribuição, acaba as tornando rapidamente inadequadas aos tamanhos das famílias. Como já foi dito no capítulo 1, o principal modelo e referência de construção de moradia popular no Brasil foi o condomínio João Cândido, em Taboão da Serra, SP, sendo resultado da luta por moradia empreendida pelo Movimento. “O tamanho dos apartamentos, a qualidade do empreendimento e, sobretudo, a participação dos moradores na totalidade do processo fazem dessa a principal experiência da conquista econômica desses 20 anos. Até agora...” (CAMPOS, RUD e SIMÕES; 2017; p.33).

Neste capítulo procurei, a partir do contexto no qual se encontra a Ocupação PSM de SBC, contrapor a existência de duas formas distintas e alternativas de exercício da cidadania: a cidadania insurgente e a cidadania ativa. No caso concreto, entendo que a primeira foi aquela exercida quando da construção das casas da Vila da Associação onde, apesar de ter havido a conquista das moradias a partir de um movimento empreendido pelos próprios

moradores da Vila, não houve um processo de tomada de consciência capaz de gerar a emancipação dos sujeitos envolvidos na demanda. Sendo assim, embora tenha havido um movimento coletivo, a atuação acabou ficando restrita aos sujeitos diretamente envolvidos naquele objetivo específico. A meu ver, é como se a conquista da moradia fosse um fim em si mesmo. A segunda, por sua vez, é aquela que se desenvolveu no âmbito da Ocupação PSM de SBC e que é empreendida pelo MTST. Nela, conforme foi mostrado a partir da análise dos mais diversos elementos observados desde a Ocupação e da própria atuação e posicionamento do MTST, há o surgimento não só de uma consciência política e de classe, que visa a emancipação dos sujeitos ativos no processo, como também a busca por resultados maiores que se dá a partir de uma atuação coletiva, combativa e em rede que avança por dentro e por fora das instituições.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apresentação da presente dissertação é apenas um passo na realização de toda a pesquisa que foi por mim desenvolvida. A realização de um trabalho que se baseia, quase que exclusivamente, em dados empiricamente coletados não é fácil. Mesmo agora, caminho em uma superfície que me parece um tanto instável. Afinal, trata-se de uma empreitada que pode ser construída a partir de uma percepção completamente antagônica a que utilizei. Ademais, o processo analisado ainda está em andamento. Embora o terreno da Ocupação PSM de SBC tenha sido desocupado, a verba necessária para a construção das moradias ainda não foi conquistada, e os acampados seguem sem-teto, sem receber aluguel social e à espera da realização de seus sonhos. Além disso, devido a quantidade de pessoas envolvidas no processo e os diferentes rumos que seguiram, não foi possível realizar, até a finalização desta pesquisa, a oitiva dos principais envolvidos – os acampados - após desocupação do terreno. Nesse sentido, persiste o questionamento: será que eles, de fato, continuam na luta, exercendo a cidadania ativa? Será que houve a criação de um “poder popular” a partir da Ocupação?

Infelizmente, as respostas para essas perguntas não poderão ser dadas neste trabalho. Porém, seja como for, uma coisa é inegável: o que aconteceu dentro da Ocupação PSM de SBC é reflexo do *modus operandi* do MTST e se repete nas demais ocupações lideradas pelo Movimento.

A própria liderança e a Cartilha de Princípios do MTST deixam claro quais são os principais objetivos do Movimento: “a luta contra o capital e o Estado” que representa os poderes capitalistas e “criar poder popular”. Ao longo da dissertação procurei identificar qual é o capital que produz o déficit habitacional, bem como o que o legitima, além de traçar o retrato mais fiel possível da Ocupação PSM de SBC. Na sequência, a partir dos dados por mim coletados e de dados produzidos por terceiros, tracei o perfil dos ocupantes da PSM, que são, em última análise, a imagem dos sem-teto brasileiros, bem como do que é o direito de acesso à moradia; tanto o esperado pelos ocupantes, como o teorizado por estudiosos e o garantido pela Constituição e pelas leis. Após identificar e apresentar causas e efeitos da falta de moradia no Brasil, passei a tratar da solução vislumbrada dentro da Ocupação PSM e oferecida pelo MTST,

qual seja a criação de um “poder popular” através da luta, que nada mais é do que o exercício de um modelo alternativo de cidadania, a cidadania ativa. Por fim, procurei, através da construção de um conceito do que seja cidadania ativa, precisar em que medida o MTST, através de suas estratégias de atuação e, principalmente através da dinâmica que se estabelece dentro da Ocupação PSM de SBC, faz uso da realidade e das contradições urbanas para atingir seus objetivos.

Durante a realização da pesquisa e até mesmo no processo de construção da dissertação propriamente dita, a principal dúvida que me assolou foi em relação a quais pontos abordar. Isso porque, por tratar-se de um objeto empírico, o estudo é dinâmico e, por isso, diversas foram as variáveis que surgiram. A fala dos acampados e da vizinhança, principalmente, me apontaram para diversos caminhos que poderiam ser seguidos. Muitos são os estudos e esclarecimentos que precisam e devem ser feitos a respeito do objeto. No entanto, optei por trabalhar somente aqueles que, a meu ver, têm pertinência com o objetivo final do trabalho, que foi determinar o modelo de cidadania ativa empreendido pelo MTST a partir de suas estratégias de atuação, notadamente a Ocupação PSM de SBC.

Ao me deparar com a Ocupação PSM de SBC eu não sabia, por exemplo, que encontraria a Vila da Associação, modelo do movimento de autoconstrução na consolidação do direito à moradia, ação que ao ser analisada por Holston (2013), em contexto muito similar, deu origem à concepção de cidadania insurgente. Assim, entendo que se minha intenção era abordar um modelo alternativo de exercício da cidadania que se desenvolve por meio da luta por moradia, ainda que a partir de outro viés, não seria possível ignorar fato tão relevante, mas que não era previsto até então. Daí se tornou impossível não contrapor cidadania insurgente e cidadania ativa.

Ainda que eu tenha, a todo momento, procurado não fugir do meu objetivo principal, me senti na obrigação, até por uma questão de princípios e por coerência, de tentar esclarecer alguns pontos cruciais que não poderiam passar em branco, ainda que fossem tangenciais. Assim, não foi possível estudar a Ocupação em si sem deixar claro quem são seus ocupantes e os sem-teto de modo geral e o que significa, de fato, o ato de ocupar. Seria contraditório produzir uma dissertação sobre acesso à moradia sem demonstrar que os sem-teto não são os “vagabundos”, “ratos”, e cidadãos de segunda categoria que tantos acreditam ser. São homens e mulheres das mais diversas idades vítimas de um sistema opressor que os mata um pouco por dia, e que os faz ter que optar entre comer e morar. Da mesma maneira, foi impossível não

esclarecer o que é função social da propriedade privada, conceito que parece não ter sido devidamente apreendido não só pela nossa sociedade, como também pelo próprio poder judiciário. Sendo assim, procurei demonstrar o quão crucial são tais pontos para que se possa falar na existência de uma cidadania ativa.

A possibilidade de estar dentro do ambiente da Ocupação durante tantos dias convivendo com aquela realidade me fez realizar que havia algo de muito especial acontecendo ali e, em grande medida, me ajudou a delimitar o objetivo do meu trabalho. Desde o início da pesquisa me questioneei sobre o porquê daquela Ocupação ter ganhado tanta relevância. Hoje, tenho a certeza que os elementos que fazem com que a Ocupação seja um exemplo de exercício da cidadania ativa são a resposta. Os dias eram extremamente quentes, o ambiente era precário, eu percorri cozinhas e barracos de lona, sentei em bancos improvisados e ouvi histórias de vida muito tristes e completamente distantes da minha realidade. Entretanto, mesmo diante desse cenário, que poderia me chocar, fui tomada por um imenso sentimento de esperança e conforto. O mérito, porém, não é meu. Isso só aconteceu porque em nenhum momento eu percebi qualquer vitimismo por parte dos acampados. Pelo contrário, todos os discursos que ouvi eram de gratidão e caminharam no sentido de que, por mais difícil que sejam as coisas, nada irá impedir que a vitória seja alcançada. Dentre os muitos casos que eu poderia citar, escolho, mais uma vez, o relato de uma mãe de quatro filhos, que até poucos dias antes da entrevista estava morando na rua e ficava sem dormir para que as crianças pudessem descansar sem que ninguém fizesse nenhuma maldade contra elas. Depois de me contar toda essa história, a mesma mulher sorriu e disse que a Ocupação era, para ela, “um pedacinho do céu”, uma “verdadeira família”, e passou a dizer para o militante que me acompanhava que estava com a ideia de criar um espaço exclusivo para que as mães que trabalhavam na Ocupação e fora dela pudessem deixar seus filhos. Inclusive, se ofereceu para cuidar do espaço, uma vez que estava desempregada.

Foi então que eu percebi que, mais do que uma estratégia para chamar a atenção do poder público e garantir algumas moradias, a Ocupação liderada pelo MTST foi algo muito maior: foi o exemplo de que é possível, através da informação e do respeito à dignidade da pessoa humana, despertar nas pessoas a consciência de que é possível mudar a realidade através da luta, que nada mais é do que o exercício da cidadania ativa. Em uma visão macro, não basta aceitar pacificamente que o sistema jurídico outorgue direitos. Se tais direitos não são oportunizados por quem deveriam ser, é a mobilização coletiva e organizada que vai fazer com que eles sejam cumpridos. Em uma perspectiva micro, o próprio ato de ocupar, de ter que construir e manter os barracos, colaborar com a realização das tarefas, conviver com os demais

acampados, ser firme diante das provocações da vizinhança, deliberar sobre decisões que devem ser tomadas, dialogar com a liderança e manter a Ocupação funcionando, já é, por si só, o exercício da cidadania ativa.

Outro ponto que me chamou muita atenção durante a realização da pesquisa é o papel fundamental que as mulheres ocupam na luta por moradia. Conforme foi visto no capítulo três, 53,4% das ocupantes são mulheres, sendo que 47,7% são chefes de família. Das mulheres por mim ouvidas, a grande maioria não sabia, até estar ali, o que era uma Ocupação e o que isso significava; tampouco tinham noção que o acesso à moradia é um direito de todos, inclusive delas, que são invisibilizadas e tidas como inferiores por uma grande parcela da sociedade. Todavia, como já expus no capítulo dois, as acampadas foram fundamentais quando da tomada de decisão para estar na Ocupação. Tal fato se dá, certamente, porque o acesso à moradia, por ser uma questão que afeta a própria existência familiar – em uma sociedade eminentemente patriarcal, como é a sociedade brasileira – acaba sendo um tema mais afeto a realidade da mulher. A princípio é possível dizer que se a ocupação PSM de SBC é um paradigma de exercício da cidadania ativa capaz de romper com o sistema segregador institucionalizado na realidade urbana brasileira, o poder popular é feminino e ele pode e deve ser exercido por fora e por dentro das instituições. Todavia, há muitas outras nuances envolvidas nessa afirmativa, de modo que por mais que a constatação aqui trazida seja essencial, ela não pode ser tratada de forma exaustiva, sob pena de ampliar demasiadamente o objeto do trabalho. De qualquer forma, sinalizo, desde já, para a necessidade e desejo de aprofundar tal estudo em outro momento.

Poder realizar uma pesquisa no Campo como a por mim realizada foi uma das experiências mais enriquecedoras da minha vida. No aspecto pessoal, pude conhecer e conviver com pessoas extraordinárias que me permitiram desenvolver um outro olhar sobre a minha própria maneira de viver. Em relação a pesquisa, acredito que se ainda hoje eu continuar mantendo contato com a militância do MTST e com os acampados, novos questionamentos surgirão. Trata-se, portanto, de um objeto muito rico que, em razão de sua natureza, é fonte inesgotável de estudo. No entanto, acredito que eu tenha conseguido analisar a Ocupação PSM de SBC desde seu início até a desocupação do terreno e que isso seja suficiente para apontar para o desejo de desenvolver um modelo ativo de cidadania dentro daquele ambiente. Por outro lado, sinto que eu poderia ter feito outros e mais questionamentos aos entrevistados que poderiam tornar o trabalho ainda mais rico. Questiono, muitas vezes, a forma com que as perguntas foram por mim realizadas. Receio que, devido ao sem fim de problemas que poderiam ter sido discutidos a partir da Ocupação PSM de SBC, o objeto não tenha ficado tão delimitado

quanto eu gostaria e pode ter se ampliado. Entretanto, penso que não seria fiel a mim e aos próprios acampados se alguns pontos tratados não fossem aqui apresentados. Gostaria de ter podido ouvir diretamente outros atores envolvidos com o objeto, como os vizinhos da Rua Dom Jaime de Barros Câmara, o prefeito de SBC e os próprios representantes da construtora MZM. No entanto, as circunstâncias e até mesmo o posicionamento por eles adotado fizeram com que isso não fosse possível. Gostaria, também, de ter estado com os advogados do MTST para poder entender de forma mais profunda e detalhada toda a situação jurídica do terreno ocupado, bem como o desenrolar e os fundamentos das decisões tomadas no bojo da ação de reintegração de posse proposta pela construtora MZM. Acredito que teria sido igualmente enriquecedor trazer pontos relativos ao estatuto da Ocupação, mas até a finalização deste trabalho acabei não tendo acesso ao material. De toda forma, reitero a total boa vontade e disponibilidade da militância do MTST em colaborar com a construção da pesquisa e reconheço que a impossibilidade de conversar com os advogados do Movimento, bem como de ter acesso ao material supracitado, foi fruto da imensa carga de tarefas desempenhada pela militância. No entanto, acredito fortemente que o resultado de todo o processo de pesquisa tenha sido positivo e que meu objetivo principal tenha sido atingido.

Por tudo exposto, ainda que em virtude da conjuntura política e econômica do Brasil atual em que, em termos de moradia, a previsão de gastos com o único programa habitacional do governo federal MCMV, tem dotação orçamentária de R\$ 4,6 bilhões de reais - menor orçamento desde 2009 - as moradias não sejam conquistadas, é possível afirmar que, enquanto a Ocupação PSM de SBC existiu, ela fez vigorar um modelo de cidadania ativa. Contudo, o panorama futuro, que diz respeito a continuidade da luta, a consolidação do poder popular e a real construção de um modelo de gestão urbana que rompa com os paradigmas excludentes vigentes é incerto. Nossa sociedade está, assim como as cidades, cada vez mais dividida. A classe média urbana, especialmente, se alinha cada vez mais aos interesses dos representantes do capital e contra os sem-teto e si mesma, ao passo que parece esquecer, ou não se dá conta, que também paga aluguel ou tem imóvel financiado.

A Ocupação teve início após um duvidoso processo de *impeachment* de uma mulher, presidenta legitimamente eleita. Se desenvolveu, na maior parte do tempo, sob a batuta do governo neoliberal de Michel Temer, e assiste sua fase final se desenrolar durante o governo igualmente neoliberal, e de extrema direita, de Jair Bolsonaro. O discurso vigente é o de combate ao ativismo dos movimentos sociais, cuja atividade está sendo equiparada ao terrorismo. Por mais que o poder de luta seja popular, é inegável, a partir do exame do caso

concreto da Ocupação PSM de SBC, que a liderança exercida pelo MTST é fundamental para a construção da cidadania ativa que leva ao poder popular. As medidas e políticas conservadoras e neoliberais que se apresentam, conjugadas à criminalização da atuação dos movimentos sociais, vão agravar, ainda mais, o déficit habitacional no Brasil. O país que é fábrica de produzir sem-teto já está trabalhando a todo vapor. Embora o panorama seja assustador, ter estado no ambiente da Ocupação e ter podido conviver de maneira mais próxima com a militância e com a liderança do MTST me permite dizer que enquanto houver desigualdade, o Movimento vai existir. É possível que haja mudanças e sejam feitas adaptações nas formas de atuação, mas tudo indica que a luta continua e, se deve ser maior, será também mais forte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fábio Ferraz de. Aspectos práticos da pesquisa empírica em direito: uma discussão a partir da experiência etnográfica no Tribunal do Júri. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**. Vol. 1, n. 2, jul., 2014, pp.25-39.

BECKER, Howard S. A Epistemologia da Pesquisa Qualitativa. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**. Vol. 1, n. 2, jul., 2014, pp.184-198.

BELLO, Enzo. **A Cidadania no constitucionalismo latino-americano**. Caxias do Sul: EDUCS, 2012.

_____. **A Cidadania na Luta dos Movimentos Sociais Urbanos**. Caxias do Sul: 2013, Educs.

_____; PIRES, Cecília Bojarski. O MTST como Movimento Social na Luta pela Reforma Urbana e pelo Direito à Cidade: as Ocupações Pinheirinho e Povo sem Medo (São Paulo). BELLO, Enzo; KELLER, Renê José (Org). **Curso de Direito à Cidade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

BOULOS, Guilherme. **De que lado você está?** 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **Porque ocupamos?** 3ª ed., São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

_____. **Estudo sobre a variação de sintomas depressivos relacionados à participação coletiva em ocupações de sem-teto em São Paulo**. 2017. Dissertação (Mestrado em Psiquiatria) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5142/tde-06062017-084608/>>. Acesso em: 10. mai. 2018.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. **Criminologia e prisão**: caminhos e desafios da pesquisa empírica no campo prisional. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*. vol. 1, n. 1, jan., 2014, pp.46-62.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2017.

_____. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

BRINGEL, Breno; VARELLA, Renata Versiani Scott. **A pesquisa militante na América Latina hoje:** reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. *Revista Digital de Direito Administrativo*. Vol. 3, n. 6, 2016, pp.474-489.

CAMPOS, Flávio de. **Oficina de História: história do Brasil**. 1ª ed., São Paulo: Moderna, 1999.

CAMPOS, Marcos; RUD, Rafael; e SIMÕES, Guilherme. **MTST 20 anos de História**. Luta, organização e esperança nas periferias do Brasil. São Paulo: 2017, Autonomia Literária.

CASAS, Frei Bartolomé de Las. **Brevíssima relação de destruição das Índias:** O paraíso perdido. 4ª Ed. Porto Alegre: L&PM, 1985

EPSTEIN, Lee; ING, Gary. **Pesquisa empírica em Direito: as regras de inferência**. São Paulo: Direito GV, 2013.

FALBO, Ricardo Nery. A contribuição da Teoria Crítica para o Direito. In: BELLO, Enzo; ENGELMANN, Wilson (Org.). **Metodologia da Pesquisa em Direito**. Caxias do Sul: EDUCS, 2015.

FJP, FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional no Brasil 2015**. Belo Horizonte: 2018. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/direi-2018/estatistica-e-informacoes/797-6-serie-estatistica-e-informacoes-deficit-habitacional-no-brasil-2015/file>> Acesso em: 20. jul. 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 5ª ed., São Paulo: Loyola, 2006.

_____. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 5ª ed., São Paulo: 2014, Loyola.

_____. **Movimentos Sociais e Luta por Moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

GUSTIN, Miracy B.S.; DIAS, Maria Tereza Fonseca. **(Re) Pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. 2ª. ed., Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes. Do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo, 2012. Martins Fontes.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente. Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: 2013, Cia das Letras.

HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. **Os Pensadores**. Rio de Janeiro, s/d, pp.125-162.

JENNINGS, Andrew. Brasil em Jogo. **O que fica da Copa e das Olimpíadas**. 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2014.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre el gobierno civil**. Barceloa: Altaya, 1994.

LONGO, Ivan. **Justiça proíbe show de Caetano em Ocupação do MTST**. *Revista Fórum*. Publicado em: 30. out. 2017. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/justica-proibe-show-de-caetano-em-ocupacao-do-mtst/>>. Acesso em: 20. jul. 2018.

LULA. **Página Oficial**. Disponível em: <<https://lula.com.br/ha-40-anos-greve-da-scania-tornava-se-marco-da-luta-sindical>>. Acesso em: 20. jul. 2018.

MARES, Carlos Frederico. **A Função Social da Terra**. 1ª ed., Porto Alegre: Sérgio A. Fabris, 2007.

MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. 1ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. **Habitação e Cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

MORANDO, Orlando. **Página no Facebook**. Disponível em: <<<http://www.facebook.com/orlando.morando/videos/781603905381012>>, <<http://www.facebook.com/orlando.morando/videos/7917138667703349>> e <<http://www.facebook.com/orlando.morando/825452094329526>>. Acesso em: 20. jul. 2018.

MOREIRA, José Roberto. **Terra, poder e território**. 1ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MOSCOVICI, Serge. O fenômeno das representações. In: Idem. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 7ª ed., Petrópolis: Vozes, 2010, pp.29-111.

MCI, MOVIMENTO CONTRA A INVASÃO EM SÃO BERNARDO DO CAMPO. **Página no Facebook**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/movimentocontrainvasaoemcbc/>>. Acesso em: 11. dez. 2017.

MTST, MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO. Vitória dos lutadores e lutadoras! **Revista da Vitória**. Secretaria Nacional do MTST, 2017.

_____. **O Formigueiro**. São Bernardo do Campo: MTST, outubro de 2017.

NOLASCO, Loreci Gottschalk. **Direito Fundamental à Moradia**. São Paulo: Editora Pillares, 2008.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **Territórios em conflito. São Paulo: espaço, história e política**. 1ª ed., São Paulo: Três Estrelas, 2017.

_____. **Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?** LabCidade. Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/download/PDF/2011_UNU_Direito_das_Mulheres_a_Moradia.pdf>.

SÁ, Eduardo. **Vila Nova Palestina, o maior acampamento paulista**. *Revista Fórum*. Publicado em: 14. jul. 2014. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/vila-nova-palestina-o-maior-acampamento-paulista/>. Acesso em: 20. jul. 2018.

SÃO BERNARDO DO CAMPO. **Lei nº 6.184, de 21 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre a aprovação do plano diretor do município de São Bernardo do Campo, e dá outras providências.

SMITH, Neil. **Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano**. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, nº 21, pp.15-31, 2007. Disponível em: <<https://http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74046/77688>>. Acesso em: 17. Jan. 2018.

SOUZA JÚNIOR, José Geraldo. **Fundamentação teórica do direito de moradia**. *Revista Direito e Avesso: Boletim da Nova Escola Jurídica Brasileira*, ano I, nº 2, pp.13-17, 1982

TORRES, Marcos Alcino de Azevedo. **A Propriedade e a Posse: um confronto em torno da função social**. 1ª ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

TRINDADE, Thiago Aparecido. **Protesto e Democracia: ocupações urbanas e luta pelo direito à cidade**. 1ª ed., São Paulo: Paco Editorial, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. **Diagnóstico Habitacional do Grande ABC**. Relatório Final. São Paulo: 2016. Disponível em:

<http://consorcioabc.sp.gov.br/imagens/noticia/Diagnostico%20Habitacional%20Regional%20do%20Grande%20ABC_versao%20final.pdf>. Acesso em: 23. Jul. 2018.

VERONESE, Alexandre; FRAGALE FILHO, Roberto. Pesquisa em direito: as duas vertentes vs. A não pesquisa. In: SILVA, Larissa Tenfen; XIMENES, Julia Maurmann (Org.). **Ensinar o direito**. São Paulo: Editora Saraiva, 2015, pp.299-336.

ANEXOS

ANEXO 1: Questionário 1

- 1) Desde quando você está na Ocupação?
- 2) Como a Ocupação teve início?
- 3) Como você ficou sabendo da Ocupação e como chegou nela?
- 4) Onde você vivia antes de vir para a Ocupação?
- 5) Você já teve casa própria?
- 6) O que te motivou a estar na Ocupação?
- 7) Quantas pessoas vieram com você para a Ocupação?
- 8) Você está trabalhando?
- 9) Qual o seu meio de sustento?
- 10) O local de trabalho é muito distante da Ocupação?
- 11) O seu patrão sabe que você está engajado no Movimento?
- 12) O que o seu patrão acha de você estar engajado no Movimento?
- 13) Como é a dinâmica da Ocupação?
- 14) Como é a rotina na Ocupação?
- 15) Como foi o episódio no qual um ocupante tomou um tiro que partiu de um dos condomínios da Avenida Dom Jaime de Barros Câmara?
- 16) Como funciona a questão da chamada/ recolhimento de assinaturas ao final das Assembleias?
- 17) O que você acha da frase: a Ocupação é do PT?
- 18) Como é a sua rotina na Ocupação?
- 19) Quem são os líderes da Ocupação?

- 20) Você percebe a existência de algum critério para escolher quem participa ou não da Ocupação?
- 21) Como é a relação dos acampados com a vizinhança?
- 22) É possível trazer eletrodomésticos para a Ocupação?
- 23) O que você espera conseguir participando da Ocupação?
- 24) O que é acesso à moradia para você?
- 25) Qual a sua visão sobre a situação atual do Brasil?
- 26) Antes de vir para a Ocupação, você já conhecia o MTST?
- 27) Você participa de algum movimento social ou político?
- 28) Quando você enfrenta um problema, você acredita que ele irá se resolver porque a lei, a justiça e o Direito estão ao seu lado, ou você acredita mais na sua própria luta?
- 29) Como é a relação entre ocupantes e a liderança da Ocupação?
- 30) Quem é Guilherme Boulos?

ANEXO 2: Questionário 2

- 1) Há quanto tempo você está no MTST?
- 2) Como ocorreu a sua entrada no MTST?
- 3) Como ocorreu a escolha pelo espaço no qual seria desenvolvida a Ocupação?
- 4) Como é feita a seleção dos ocupantes?
- 5) Qual o critério adotado para que novos ocupantes sejam admitidos na Ocupação?
- 6) É verdade que o terreno estava há 40 anos sem cumprir sua função social?
- 5) Como se dá a formação e a manutenção da Ocupação?
- 6) Qual a demanda do MTST com a Ocupação, especificamente?
- 7) Qual a demanda do MTST de modo geral?
- 8) O que o MTST entende como acesso à moradia?
- 9) Qual foi o contato do Estado com a Ocupação?
- 10) Com quais atores o MTST dialoga?
- 11) Qual o papel do Guilherme Boulos dentro do MTST?

ANEXO 3: Questionário 3

- 1) Há quanto tempo você mora aqui?
- 2) O que você acha da Ocupação?
- 3) Como aconteceu na Ocupação?
- 4) O que você acha do acesso à moradia no Brasil?
- 5) Como você percebe a dinâmica da Ocupação?
- 6) Qual você acredita ser a solução para os ocupantes que não possuem moradia?
- 7) Você já participou de algum movimento social ou político?
- 8) Se a Ocupação fosse em outro lugar, você iria se incomodar?
- 9) Qual sua visão sobre a situação atual do Brasil?